

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

**ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, DESAPOSEAMENTOS E EXPROPRIAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS E O GLOBAL LAND GRAB**

Porto Alegre

2018

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

**ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, DESAPOSEAMENTOS E EXPROPRIAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS E O GLOBAL LAND GRAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.
Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior
Coorientador: Prof. Dr. Marcelo Milan

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Sibemberg, Raul
Acumulação Primitiva, Desapossamentos e
Expropriações Contemporâneas e o Global Land Grab /
Raul Sibemberg. -- 2018.
143 f.
Orientador: Ronaldo Herrlein Jr..

Coorientador: Marcelo Milan.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2018.

1. Economia Política. 2. Acumulação Primitiva. 3.
Acumulação por Espoliação. 4. Expropriações. 5.
Capitalismo Contemporâneo. I. Herrlein Jr., Ronaldo,
orient. II. Milan, Marcelo, coorient. III. Título.

RAUL TRAJANO SIBEMBERG

**ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, DESAPOSEAMENTOS E EXPROPRIAÇÕES
CONTEMPORÂNEAS E O GLOBAL LAND GRAB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia

Aprovada em Porto Alegre, 05 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Júnior – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi
UFRGS

Prof. Dr. Ricardo Dathein
UFRGS

Prof. Dr. Sergio Schneider
UFRGS

Dedico o presente trabalho às brasileiras e brasileiros que trabalharam durante o período em que me dediquei ao mestrado, aqueles que possibilitaram a minha trajetória de estudos e pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que estiveram presentes ao longo do percurso, os presentes desde os primórdios, minha mãe e meu pai, aqueles que com o tempo vieram compartilhar comigo a experiência de viver, minha irmã e meu irmão, e às companheiras e companheiros que compartilharam comigo a pós-graduação, colegas e professores sem os quais tamanha experiência de aprendizagem não teria se materializado.

Agradeço ao meu orientador na fase de elaboração do trabalho, que esteve disponível e forneceu todo o apoio e suporte à realização do mesmo, e ao coorientador, que me ofereceu apoio à pesquisa acadêmica desde o período da graduação e esteve presente orientando-me à elaboração do projeto do presente trabalho, por certo mais ambicioso que o resultado.

Aos membros da banca examinadora, meus agradecimentos pelos comentários, críticas e sugestões de eixos para a continuidade da pesquisa que orientou a elaboração deste texto, bem como pelo tempo oferecido à avaliação.

Sobretudo e, por fim, agradeço à minha companheira, tão presente em minha vida, com quem dividi momentos que, sem sombra de dúvida, foram fundamentais para ter a força de vontade extra que se fez necessária em alguns momentos da elaboração, pela paciência e compreensão nos momentos em que tive de me recolher e ter apenas os livros como companhia.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo oferecer uma discussão de economia política a respeito de alguns dos dispositivos predatórios de acumulação que perpassam a história do desenvolvimento capitalista, escapando formalmente ao domínio da exploração produtiva, caracterizados pelo seu efeito de espoliação, esbulho. Inicialmente, é descrita a chamada acumulação primitiva e discutida a importância do processo histórico que serve de base para a análise descritiva de Marx, o papel que a gênese de elementos representados pela acumulação primitiva possui no decorrer da análise marxiana do capitalismo e reinterpretações marxistas que fazem referência à continuidade da acumulação primitiva. A seguir, propõe-se discussão a respeito da tendência à expansão das bases sociais e espaciais da acumulação capitalista, enquanto resultado dos limites intrínsecos à acumulação de capital que se manifestam na tendência de queda da taxa de lucro e nas crises. Voltando a análise ao capitalismo contemporâneo, é realizado trabalho de contextualização a respeito da mundialização do capital e do neoliberalismo, para então discutir teorizações a respeito das formas contemporâneas de desapossamento e expropriação, enquanto formas predatórias de acumulação. Na parte final, são discutidas as espoliações de terra, à luz da literatura emergente do *global land grab*, oferecendo bases analíticas presentes no campo da economia política agrária que auxiliam na compreensão da aceleração dos investimentos em terras na última década, bem como o alcance explicativo dos conceitos discutidos nos capítulos iniciais no contexto da apropriação corporativa de terras, para então discutir a introdução do tema do *land grabbing* no Brasil e os limites das análises que interpretam o fenômeno enquanto “estrangeirização de terras”, que se faz evidente no contexto brasileiro, onde os principais atores das espoliações de terra (ainda) são nacionais. Conclui-se que a discussão da acumulação primitiva é extremamente atual, embora, enquanto conceito, não tenha poder explicativo diante do desenvolvimento generalizado e global das relações capitalistas. A acumulação por espoliação, por outro lado, oferece uma base teórica geral para analisar o capitalismo neoliberal e suas tendências socialmente perversas, que se manifestam na conjuntura abordada pela literatura do *land grabbing*, bem como em um histórico secular de apropriação de terras, dentre outros objetos e espaços sujeitos às espoliações.

Palavras-chave: Marx. Acumulação Primitiva. Acumulação por Espoliação. Land Grabbing.

ABSTRACT

This dissertation offers a political economy discussion about some of the predatory devices of accumulation that mark the history of capitalist development, namely, the ones that perpetuate dispossession. It begins with the description of primitive accumulation and a discussion about its significance and the role it plays in Marx's work, followed by the exposure of reinterpretations that refer to the continuity of primitive accumulation. Then comes a general discussion enrolled with the tendency of expansion of capitalist accumulation's social and spatial bases as a response to the internal limits of capitalism, that manifest themselves on the secular downward trend of the profit rate and crisis. Bringing the analysis to contemporary capitalism, we contextualize globalization and neoliberalism, and discuss theorizations about contemporary forms of dispossession. At the end the dispossession of land is discussed, bringing in the emerging literature of the global land grab, offering analytical basis from the field of agrarian political economy that help understanding the acceleration of land investments on the last decade and the applications of the concepts previously discussed, finishing with the introduction of the land grabbing theme in Brazil and the limits that remain in works that interpret the phenomena as foreignization of land, particularly visible in Brazil, where local players are mainly active. It is concluded that the primitive accumulation discussion is very actual, although, it doesn't give a theoretical basis to understand the present time, on which a globalized development of capitalist relations is observed. The concept of accumulation by dispossession, on the other hand, serves as a general theoretical basis to understand neoliberal capitalism and its socially destructive trends, that manifest in the context to which the land grabbing literature refer and to secular courses of land appropriation, as well as other objects and spaces subjected to dispossessions.

Keywords: Marx. Primitive Accumulation. Accumulation by Dispossession. Land Grabbing.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO	12
2.1	A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA OU ORIGINÁRIA NA OBRA DE MARX	14
2.1.1	O contexto teórico e político da acumulação primitiva.....	14
2.1.2	A violenta expropriação dos camponeses	21
2.1.3	Dispositivos legais e disponibilização de trabalhadores.....	29
2.1.4	Acumulação primitiva, a gênese dos capitalistas e o desenvolvimento do mercado interno.....	33
2.1.5	Comentários adicionais	38
2.2	INTERPRETAÇÕES E CONTROVÉRSIAS A RESPEITO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	44
2.2.1	Acumulação primitiva e a divisão social do trabalho.....	47
2.2.2	A separação como pré-condição e base para a acumulação de capital.....	50
2.3	CAPITAL, CAPITALISMO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	52
3	CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, DESAPOSEAMENTOS E EXPROPRIAÇÕES	56
3.1	A TENDÊNCIA À EXPANSÃO CAPITALISTA E SEUS LIMITES INTERNOS....	56
3.2	CRISE ESTRUTURAL, MUNDIALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	61
3.3	ESPOLIAÇÕES E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	74
3.3.1	Capital monetário e expropriações	74
3.3.2	Acumulação por espoliação	81
3.3.3	Debates teóricos e a análise de Harvey do capitalismo contemporâneo.....	88
3.4	DISPOSITIVOS PREDATÓRIOS E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TEORIA, TENDÊNCIAS GERAIS E CONFIGURAÇÕES PARTICULARES.....	93
4	O CHAMADO GLOBAL LAND GRAB E A TERRA COMO ESPAÇO DE ESPOLIAÇÕES.....	99
4.1	NARRATIVAS INSTITUCIONAIS E A DENÚNCIA DO <i>GLOBAL LAND GRAB</i> ..	99

4.2	ANÁLISES DO GLOBAL LAND GRAB.....	105
4.2.1	Economia política agrária e o global land grab	107
4.2.2	Argumentos em torno da subreprodução das ecologias sociais	118
4.2.3	Acumulação primitiva, acumulação por espoliação e a literatura do land grabbing	122
4.3	O BRASIL NO GLOBAL LAND GRAB.....	128
5	CONCLUSÃO.....	136
	REFERÊNCIAS	140

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a proposta de, a partir de uma revisão bibliográfica orientada pela perspectiva crítica da economia política, oferecer uma proposta de discussão teórica a respeito de alguns dos dispositivos predatórios de acumulação que perpassam a história do desenvolvimento capitalista. Tal temática pode ser definida como uma busca pela compreensão de uma das dimensões do desenvolvimento recente das sociedades capitalistas, dentre tantos fatores econômicos e políticos que passam por um momento de dinamismo acelerado e incerteza, tendo como horizonte o tempo do vir a ser. Mas o que seriam dispositivos predatórios, pensados primordialmente, dentro das limitações do presente trabalho, sob a perspectiva da economia política? Pode haver respostas múltiplas, pois há uma multiplicidade de ferramentas que se apresentam e se transformam mutuamente, incidindo sobre vidas e corpos, em comum, a ameaça do desapossamento, de ter algo tirado de si ou de uma coletividade, como, por exemplo, o acesso às capacidades e meios necessários para viver dentro de marcos sociais vigentes para determinados agrupamentos. Pois bem, sob a perspectiva da economia política crítica, essa ampla problemática social, que transcende as discussões habituais da economia, é enxergada sob a lente teórica do Capital, sujeito impessoal que aparece com posição de centralidade na sociedade moderna, com aparente autonomia, cuja existência depende de uma coletividade de trabalhadores, mas que não vê mal em “cortar na carne” (destes).

O ponto de partida para o trabalho proposto foi a análise da acumulação primitiva de Marx (2011) e a percebida semelhança que determinados mecanismos predatórios vigentes no período sujeito ao recorte analítico quanto à origem do modo de produção capitalista possuem com a brutalidade do presente. A ideia de realizar uma análise sobre um presente incerto, por certo, remete o pesquisador ao passado, porém, cabe retornar ao presente, entender sua distância do passado, seus elementos de continuidade e ruptura, buscando, dessa forma, compreender dinâmicas sociais sistêmicas em meio à metamorfose de suas formas e relações. Para tanto, propõe-se o trabalho objetivo de revisar a categoria clássica da acumulação primitiva, bem como categorias novas e reinterpretações, enquanto formas de compreender o tempo presente. O trabalho, dessa forma, desdobra-se na organização do debate contemporâneo sobre a temática das espoliações e seus respectivos conceitos, sendo direcionado, enfim, para o tema focalizado e fracionado, específico, da aceleração da espoliação de terras desde o final dos anos 2000, que fez emergir o debate em torno do chamado “Global Land Grab”, que refere-se à apropriação corporativa sobre a terra e, conseqüentemente, da privação de terras pelo “outro”, aquele considerado prescindível diante dos imperativos de valorização.

Como ponto de partida, é abordada a análise descritiva de Marx (2011) a respeito da chamada acumulação primitiva, buscando oferecer uma leitura compreensiva que indique sua relação com o conjunto da obra principal do autor, *O Capital*, e os elementos que compõem a história de origem do modo de produção capitalista, que incluem, mas não estão restritos à expropriação de camponeses. A acumulação primitiva não constitui-se precisamente de categoria, mas de uma ferramenta utilizada no decorrer da obra de Marx (2011) que oferece uma narrativa de gênese das condições históricas sobre as quais desenvolve-se a teorização geral do autor, algo como um ponto de partida para o modo de produção capitalista, bem como uma resposta crítica à economia política clássica, ilustrando a nada romântica história de gênese da classe trabalhadora britânica. Não obstante, há, no tempo presente, processos que remetem à acumulação primitiva, em dimensões distintas, justamente pela gama diversa de dispositivos que integram a análise descritiva de Marx (1867). Para aprofundar a compreensão do tema, são abordadas as reinterpretações de De Angelis (2001) e Perelman (2000), que designam a acumulação primitiva como categoria conceitual, referindo-se à sua continuidade no contexto do desenvolvimento capitalista, enquanto processos que recriam as condições da separação entre trabalhadores e meios de produção ou enquanto processos que incorporam formas de trabalho direto à acumulação capitalista.

No capítulo seguinte, são discutidos de maneira breve os limites internos da acumulação capitalista, expressos na tendência secular de queda da taxa de lucro, bem como o impulso à expansão das bases sociais e espaciais do capital em sua busca incessante por valorização. É realizado, na sequência, um trabalho de contextualização a respeito do capitalismo neoliberal, direcionando a análise ao capitalismo contemporâneo. São abordadas, então, teorizações a respeito dos dispositivos predatórios de acumulação no capitalismo contemporâneo: as expropriações primárias e secundárias abordadas por Fontes (2010), que tem como foco de sua análise a disponibilização progressiva de trabalhadores e o papel desempenhado pelo capital-monetário concentrado na intensificação da exploração e de estratégias de valorização fictícia; a teorização de Harvey (2009) da acumulação por espoliação, que tem como objetivo compreender as relações entre a reprodução expandida e a produção de excedentes de capital com as formas predatórias da acumulação, por meio da apropriação excludente de recursos sociais sem compensação equivalente, que são em sua análise encaradas como dispositivos centrais para a continuidade da acumulação capitalista, intensificados no capitalismo neoliberal.

Como passo final, é abordado o movimento recente de aceleração das espoliações de terra. Pela importância social da terra, tal movimento apresenta-se como exemplo significativo

para observar as tendências apresentadas pelas abordagens anteriormente descritas. De maneira mais específica, busca-se trazer à língua portuguesa uma visão geral a respeito do fenômeno que vem sendo designado como *global land grab*, que descreve tendências recentes e generalizadas de aceleração da apropriação corporativa sobre a terra, alvo de literatura emergente. São descritas perspectivas da economia política agrária sobre as bases analíticas necessárias para compreender os impactos de tal aceleração sobre as trajetórias de mudança agrária e apresentadas as aplicações das categorias da acumulação primitiva e da acumulação por espoliação na literatura emergente do *land grabbing*. Por fim, é discutida a introdução do tema no Brasil, buscando situar de maneira crítica o país diante das tendências globais observadas e as generalizações presentes na literatura.

2 A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E A ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO

A economia política se consolidou como uma disciplina de estudos já há alguns séculos, quando a produção capitalista ainda caminhava seus primeiros passos, articulada de maneira contraditória com formas distintas de produção. As profundas transformações subscritas no processo de desenvolvimento capitalista tornaram-se objeto de contínuo estudo, em um momento marcado por reorientações políticas e econômicas de grande profundidade, de maneira que as mudanças percebidas iam muito além do domínio imediato da produção. Os autores clássicos da economia política, voltadas à dimensão produtiva e às suas potencialidades crescentes, discutiram importantes questões que se apresentavam em sua época, como as fontes da riqueza nacional, a divisão do trabalho, os processos que levavam à ampliação da produtividade e do número de manufaturas e fábricas e o desenvolvimento progressivo dos mercados, dentre outras.

Uma das questões fundamentais que surgiram com o avanço das forças produtivas capitalistas foi quanto à origem da produção generalizada de mercadorias, marcada pela crescente especialização das unidades produtivas. Um dos precursores da discussão sobre a origem da divisão social e ocupacional do trabalho que se manifestava na alvorada do capitalismo foi Adam Smith (1976), autor que fez referência à acumulação prévia de estoques de riqueza como condição fundamental para o desenvolvimento da divisão do trabalho e produção generalizada de mercadorias. Em um discurso que se propunha neutro, Smith (1976) identificou a origem da produção capitalista com a acumulação prévia de estoques de riqueza, fruto da retenção de excedentes, acumulação prévia de “capital”, reforçando a ideia de um caráter harmônico das transformações sociais impulsionadas pelas novas formas produtivas que apareciam em seu tempo.

Crítico da economia política clássica e leitor da obra de Smith, Marx (2011), em seu capítulo sobre “a chamada acumulação primitiva”, elaborou uma expressiva contraposição à perspectiva do escocês a respeito da origem e natureza das relações sociais capitalistas. Marx ofereceu uma narrativa composta por episódios imbuídos da mais explícita violência, determinantes naquele momento em que se difundiam as formas especificamente capitalistas de produção, revelando aspectos até então desconsiderados pela teoria. As condições com as quais se opõe e se unem capital e trabalho na produção capitalista não seriam, na concepção de Marx, produto de trocas voluntárias e equivalentes, mas fruto de uma história frequentemente definida pela força. A narrativa de Marx (2011) da acumulação primitiva, enquanto processo

histórico que origina uma configuração social em geral orientada para a reprodução do capital, revela a falácia da universalidade da relação-capital. A separação entre trabalhadores e meios de produção constitui, historicamente e em sentido teórico, uma condição para o desenvolvimento das relações sociais características da produção capitalista. O desenvolvimento capitalista, enquanto processo histórico de desenvolvimento daquelas sociedades em geral orientadas para a reprodução do capital, depende, de modos frequentemente contraditórios, da perpetuação das condições sobre as quais ocorre a reprodução do capital por meio da exploração. Dentre estas, a separação entre trabalhadores e a propriedade dos meios de produção, a qual é assegurada, uma vez predominante, pelo funcionamento próprio da produção capitalista.

Primordialmente, a acumulação primitiva serve de representação do processo histórico de gênese do modo de produção capitalista, em Marx (2011), aparece como uma ferramenta teórica, embora não se trate de uma categoria como as que compõe as determinações centrais de sua obra. Não obstante, pela importância de alguns de seus elementos para o desenvolvimento capitalista, é tomada enquanto categoria teórica por intérpretes. De Angelis (2001) e Perelman (2000), por exemplo, sustentam a hipótese da continuidade da acumulação primitiva, definindo a categoria conceitual a partir de elementos presentes no texto de Marx (2011). Para o primeiro (DE ANGELIS, 2001), a categoria denota processos de recriação da separação entre trabalhadores e meios de produção, disponibilizando trabalhadores para a acumulação capitalista. O outro (PERELMAN, 2000), vê sua continuidade em torno de transformações na divisão social do trabalho, entendida de maneira ampla, incorporando à produção capitalista formas de trabalho direto e familiar.

O presente capítulo tem como objetivo elucidar em que consistiu a análise descritiva da acumulação primitiva em Marx (2011), seu posicionamento no conjunto da obra, enquanto ferramenta empregada com objetivos através de um fundo teórico já desenvolvido, da qual surge uma gênese dos elementos que compõe as características do modo de produção capitalista, passando a uma análise do conteúdo de interpretações controversas, algumas das quais têm associado a acumulação primitiva a processos contemporâneos de espoliação. A partir do mapeamento conceitual da acumulação primitiva em Marx, da síntese de sua narrativa, e do trabalho de alguns de seus intérpretes, procura-se compreender os sentidos atribuídos à categoria e a relação que teria uma possível continuidade da acumulação primitiva com a reprodução do capital por meio da exploração.

2.1 A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA OU ORIGINÁRIA NA OBRA DE MARX

A “acumulação primitiva”, enquanto expressão politicamente carregada, representa um ponto de partida para o desenvolvimento capitalista, onde aparecem configurações sociais particulares e dispositivos de poder em meio a um processo histórico transformador, tratado de maneira distinta do restante da obra de Marx (2011). Embora a acumulação primitiva tenha sido impulsionada pela violência sobre os trabalhadores, também foram reveladas, através da análise descritiva de Marx, transformações institucionais, tendências e sujeitos políticos atuantes no âmbito do Estado e no exercício de outras formas de poder não necessariamente coercitivas, o desenvolvimento da agricultura capitalista, do mercado interno e da indústria. Enfim, todos os tipos de mecanismos e processos que serviram de alavanca para a consolidação da propriedade capitalista e a acumulação por meio da exploração constituíram a chamada acumulação primitiva.

Que sentidos podem ser atribuídos à acumulação primitiva, que dispositivos, tendências e estratégias aparecem na análise de Marx? Para melhor compreender a chamada acumulação primitiva, parte-se de uma discussão acerca da função da mesma enquanto ferramenta teórica e estratégica e enquanto análise histórica descritiva, expondo sua relação com o conceito de capital enquanto relação social. A partir de uma síntese da análise teórica e descritiva de Marx, procura-se melhor compreender a relação entre a acumulação primitiva e a acumulação capitalista, alvo de renovadas discussões teóricas.

2.1.1 O contexto teórico e político da acumulação primitiva

Fez-se importante a presença de uma narrativa na obra de Marx (2011) que tivesse como objeto a gênese das relações sociais capitalistas. Até chegar a esse momento de sua obra, Marx já havia produzido uma primeira sistematização do funcionamento geral do capital, a “lei geral da acumulação de capital”. No entanto, a teorização de Marx, precisamente pelo seu caráter explicativo geral, adquiria as feições de um “círculo vicioso”, iniciado com a aparição do capital como potência social hegemônica, algo que poderia ser resolvido, se admitida “uma acumulação primitiva, anterior à acumulação capitalista, [...] uma acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida” (MARX, 2011, p. 827).

O início da obra de Marx (2011) elucida como meios de produção, dinheiro e mercadorias não constituem, em si mesmos, capital, existindo enquanto tal apenas sob determinadas condições históricas. A partir da crítica da aparência, Marx procurou revelar

alguns dos aspectos característicos e determinantes do funcionamento social da produção capitalista, ocultos nas análises da economia política a que criticava. Os escritos da economia política clássica, em grande parte, debruçavam-se sobre as condições históricas de seu tempo como as próprias se apresentavam, examinando a produção de riquezas sem, no entanto, decifrar as relações sociais que embasavam tal produção.

Embora seja possível encontrar manifestações daquilo que veio a se constituir como capital antes mesmo do desenvolvimento do chamado modo de produção capitalista, apenas em um período relativamente recente - afinal, a história da humanidade perpassa milênios - a acumulação de capital adquiriu predominância social. Uma sociedade orientada em torno da relação-capital não poderia ter surgido de um vazio de relações sociais. Referir-se à existência de sociedades capitalistas, isto é, sociedades que se reproduzem, de maneira geral, através das formas de produção especificamente capitalistas, só se torna possível com o reconhecimento dos profundos processos de transformação social pelos quais passaram tais sociedades, o caráter geral de tais transformações, e suas particularidades históricas.

As categorias que compõe o conceito de capital, bem como suas determinações e “leis de funcionamento” expostas na obra de Marx, construídas sobre condições históricas peculiares à reprodução social capitalista, pressupunham um processo histórico profundamente transformador. Não fossem as profundas mudanças nas mais distintas configurações sociais, jamais teria se tornado hegemônico o capital, enquanto “sujeito” histórico dotado de determinações particulares. A gênese do modo de produção capitalista tornava-se, dessa maneira, um objeto de estudo necessário para o prosseguimento da investigação sobre o funcionamento do mesmo.

A teoria da economia política sobre a produção capitalista carecia de estudos quanto à origem das relações sociais que a caracterizavam, o que não poderia ter sido surpreendente para críticos como Marx, já que a essência desigual da relação-capital desaparecia sob o véu da equivalência mercantil. Os dispositivos que impulsionavam as transformações sociais que originaram a produção capitalista apareceriam à margem da produção teórica dos economistas políticos, transparecendo apenas em suas propostas de atuação governamental. A expressão “acumulação primitiva”, que aparece nas traduções de Marx para a língua inglesa, teve, não obstante, sua origem na economia política clássica.

Adam Smith (1976), o mais reconhecido teórico da economia política clássica, fez referência a uma acumulação prévia de estoques de riqueza, que correspondiam à sua noção de “capital”, vista como uma pré-condição para a divisão do trabalho que caracterizava a produção capitalista. A análise de Smith, no entanto, não levava em conta o abismo social que opunha os

protagonistas do trabalho coletivo àqueles aos quais se destinava a apropriação dos excedentes. Smith (1976) chamou essa acumulação que teria dado origem à divisão do trabalho de acumulação “prévia”, a qual foi traduzida por Marx como “*ursprünglich*” (originária), para então tornar-se “primitiva” nas traduções de Marx para o inglês (PERELMAN, 2000).

Marx (2011) rejeitou veementemente a narrativa proposta por Smith, marcando o afastamento entre suas concepções desde o título de seu capítulo sobre o tema, pela introdução do termo mediante a expressão “a assim chamada”. Ao dissertar sobre o tema, Marx comparou o papel da acumulação originária na economia política clássica com o papel do pecado original na teologia. Ressaltou o papel desempenhado na “verdadeira história” pela violência. Na “suave economia política”, por outro lado, “o idílio reina desde os primórdios” (MARX, 2011, p. 828).

[...] A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor de seu rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia. Por causa dele, a grande massa é pobre e, apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo. (MARX, 2011, p. 827)

A crítica de Marx foi incisiva, demonstrando que por trás da aparente legitimidade, oculta sob o véu da “voluntariedade” das relações de mercado e da igualdade formal dos cidadãos perante a lei, as condições sociais para a produção capitalista haviam se concretizado por meios nada idílicos. Enquanto na noção de Smith o desenvolvimento econômico parece ter progredido apenas através de atos voluntários, embora os resultados fossem nada harmônicos, Marx (2011) considerou referências de processos transformadores que ocorreram ao longo de séculos marcados pela expropriação de camponeses, coerção e rapinagem, dos quais havia emergido o leviatã capitalista. Enquanto Smith se absteve da análise das relações sociais que embasam a produção capitalista, Marx buscou produzir um estudo elaborado sobre o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, a chamada acumulação primitiva (PERELMAN, 2000).

Em sua obra, Marx (2011) é bastante claro quanto ao seu distanciamento das noções da economia política de Smith, a utilizando, por diversas vezes, como ponto de partida para sua crítica. Quanto ao tema da acumulação originária, a divergência evidencia-se logo no referencial: o conceito de capital enquanto relação social com características determinantes e particulares, em oposição à noção do capital como acúmulo de estoques de riqueza e potencial produtivo que libera as condições materiais para a divisão progressiva do trabalho, aumento da

riqueza e da produção de mercadorias. A acumulação originária de Smith enfatizou um caráter pretensamente harmônico das relações sociais capitalistas e o potencial produtivo surgido com o desenvolvimento da divisão do trabalho. Marx, por sua vez, elaborou crítica a partir de uma concepção distinta da história e da natureza das relações sociais capitalistas, essencialmente desiguais, muito embora também tenha reconhecido algo de positivo no progresso das forças produtivas em que incorre o desenvolvimento capitalista.

Aparecem, na relação social *tipicamente capitalista*, segundo Marx (2011), duas classes distintas de possuidores de mercadorias: os proprietários de dinheiro e meios de produção, que buscam valorizar o capital de sua propriedade através da compra da “mercadoria” força de trabalho, a qual, combinada adequadamente com meios de trabalho e matérias primas, produz um excedente de valor, incorporado à mercadoria que pertence ao proprietário; e, no outro extremo, os trabalhadores “livres”, das regulações pré-capitalistas, e de suas posses, os quais dispõem tão somente de sua capacidade de trabalhar. De um lado, proprietários que desejam ampliar sua riqueza a partir do trabalho alheio e, do outro, aqueles cuja subsistência depende do trabalho assalariado para o capital. É a consolidação desses dois extremos desiguais e dependentes nas relações de produção que dá condições básicas para a expansão virtualmente ilimitada da produção capitalista. É chamado de acumulação primitiva, dessa forma, o processo histórico que dá origem aos sujeitos opostos que se deparam na relação-capital. Simultaneamente, são resultados a generalização da forma valor e do caráter abstrato do trabalho que incorpora e cria novos valores.

Ao desvelar aspectos determinantes das relações sociais que fundamentam a reprodução sempre em escala ampliada do capital, expostas as condições com as quais se defrontam capital e trabalho na produção capitalista, Marx demonstra que o capital, enquanto relação social, pressupõe, fundamentalmente, a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições para a realização de seu trabalho. Produto da concentração da propriedade sobre os meios de produção, através de processos que envolveram a predação e a fraude, legitimadas com a consolidação institucional das relações de propriedade privada, além de uma série de mutações sociais, a *separação*, condição para o conceito de capital, também foi condição histórica para o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A chamada acumulação primitiva pode ser interpretada como o processo histórico que origina uma sociedade em que as relações sociais são mediadas por coisas, sob determinadas condições. Em uma sociedade capitalista, objetos úteis são produzidos como mercadorias, tendo como referência o valor e a expectativa de realização do lucro, por trabalhadores que vendem sua força de trabalho por determinado valor como mercadoria para os capitalistas, para

que possam comprar, dos mesmos, aquilo de que necessitam para viver. O trabalho vivo, representando em geral os trabalhadores e sua subjetividade, torna-se, sob domínio do capital, nada mais que uma coisa dentre coisas, apenas um instrumento a servir aos imperativos de valorização (DE ANGELIS, 2001), adquirindo caráter abstrato.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (MARX, 2011, p. 827)

Não obstante seu afastamento em relação à noção de Smith de uma acumulação prévia ou originária, Marx subscreve a acumulação primitiva a um período histórico de transição entre as formas de produção pré-capitalistas e a hegemonia social da produção capitalista (PERELMAN, 2000). A acumulação primitiva em Marx, afinal, é designada de maneira explícita como ponto de partida para a acumulação capitalista, e não uma decorrência da mesma, de modo que pode ser interpretada como um processo histórico de transição entre distintas formas sociais, embora, na obra de Marx (1867), não exista o propósito de designá-la como um processo histórico, cumprindo uma função enquanto ferramenta que *faz referência a um processo histórico* amplo e multilinear que dá origem às condições sociais sobre as quais concentra-se o restante da obra. De certa forma, a acumulação primitiva continuaria, em Marx (2011), a ter o papel do “pecado original” - mais complexo que a “teologia” de Smith - por dar vazão a uma “separação original” (DE ANGELIS, 2001) entre trabalhadores e meios de produção, que possibilitaria a reprodução expandida do capital, dando “início” à história do desenvolvimento capitalista.

A dissociação entre trabalhadores e meios de produção a que faz referência Marx pode ser interpretada como uma categoria teórica, que representaria, em geral, a existência dos sujeitos coletivos opostos na relação capitalista. A oposição marcada pela categoria teórica da separação, para De Angelis (2001), seria nuclear para o conceito de capital, expressando a relação específica em que os proprietários dos meios de produção podem ter disponível a força de trabalho na forma de mercadoria. Estes mesmos donos constituem-se, abstratamente, em um sujeito, o “capital personificado”, cuja força motriz é a valorização, por meio do trabalho alienado e da reprodução contínua da *separação*, essencial para a reprodução do capital. Compreender o conceito de *separação* no contexto da acumulação de capital é meio para compreender um dos sentidos atribuídos à acumulação primitiva. A reprodução social

capitalista em sentido amplo, por ter como base a oposição entre trabalho e capital, não apenas produz mercadorias, mas reproduz a relação social do capital: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado (DE ANGELIS, 2001).

Na estrutura da obra de Marx, a chamada acumulação primitiva desempenha pelo menos dois papéis primordiais. O primeiro consiste na contraposição explícita em relação à narrativa mítica da economia política clássica, que traz suporte à aparência de naturalidade das condições com que se defrontam capital e trabalho no “mercado”, oferecendo uma narrativa alternativa quanto à origem das condições que marcam a história das sociedades capitalistas. A segunda, necessária para o andamento de sua obra, é tirar a relação-capital de um vácuo histórico, buscando exemplos dos processos multilíneares e combinados que puderam elevá-la a uma posição social hegemônica, em que a separação primordial entre os trabalhadores diretos e os meios de produção teria se efetivado de tal forma que, então, o funcionamento da produção capitalista se encarregaria de reproduzi-la.

A marcha da história, creia-se em termos gerais definida ou fundamentalmente incerta, foi marcada pelas mais diversas formas de violência. A origem de um novo modo de produção, capaz de se desenvolver de maneira desigual e combinada através das mais diversas sociedades, não poderia ter sido diferente. A existência de uma massa de despossuídos, privados dos meios de produção, condição para o desenvolvimento expressivo da forma do trabalho assalariado, não veio a concretizar-se sem episódios violentos de expropriação, além de dispositivos políticos diferenciados em suas formas e conteúdo – aproximados por sua função no desenvolvimento capitalista.

Esse processo histórico multidimensional e com duração de séculos, que pode ser chamado de acumulação originária, foi mediado por fraudes e violências, dentre múltiplos mecanismos e estratégias. Compreendeu uma metamorfose social profunda, em que, de um lado, foi criada uma massa espoliada, privada de meios de produção, enquanto para outros gerava acúmulo de riqueza, rápida concentração de propriedade e consolidação do poder de classe. Além dos processos citados, se deve mencionar o desenvolvimento de uma institucionalidade propriamente capitalista, que orbita em torno do capital, manifestando-se nas subjetividades individuais e coletivas, bem como na organização jurídica e política do Estado, bem como nas relações de poder exercidas nas demais dimensões sociais.

Da narrativa quanto à origem da sociedade capitalista e das relações sociais que lhe embasam o conceito de capital, emergem mecanismos e estratégias que favoreceram determinadas frações da sociedade em detrimento de outras, potencializando a acumulação por meio da espoliação, além de disponibilizar de maneira progressiva trabalhadores “livres” à

produção capitalista. Esses dispositivos atuantes nos processos históricos que dão condições para a reprodução expandida do capital, desse modo, são uma característica marcante da acumulação primitiva. Não podem ser explicados apenas através daquilo que compreende a relação-capital, tampouco entendidos sem levar em conta sua funcionalidade para a acumulação.

Os dispositivos de acumulação utilizados ao longo desse período são fundamentalmente distintos daqueles expostos na análise de Marx do processo de produção capitalista. Enquanto a reprodução “normalizada” do capital ocorre por meio da exploração, a acumulação primitiva foi realizada primordialmente através de expropriações, da coerção e da coação legal de um Estado que priorizava o direito à propriedade privada capitalista sobre os direitos de propriedade feudais e comunitários. As estratégias e métodos que se apresentaram no período caracterizado pela acumulação primitiva, o sentido funcional das transformações que ocorreram, os dispositivos muitas vezes coercitivos voltados para a disponibilização progressiva de trabalhadores, tudo isso pode, não obstante, ser observado em geografias e temporalidades distintas daquelas que compreende a descrição da acumulação primitiva em Marx (2011).

Tais dispositivos, embora orientados para a acumulação, parecem estranhos à reprodução de capital por meio da exploração. Embora Marx (2011) designe a reprodução do capital manifesta nas “leis econômicas” como método muito mais efetivo que a coerção para a reprodução da dependência dos trabalhadores em relação à produção capitalista, decorrente das próprias condições de produção, o mesmo jamais desconsiderou, passado o período da acumulação primitiva, o papel da violência ou das expropriações, não tendo reproduzido de maneira alguma a fábula de uma sociedade caracterizada pela troca de equivalentes mercantis. A reprodução das condições sociais que embasam a produção capitalista, embora primordialmente assegurada pela reprodução expandida do capital, jamais ocorreu de maneira exclusiva através do funcionamento dos mercados, envolvendo uma economia política mais ampla, em que se manifestam diversos dispositivos de poder, cabe lembrar, não apenas coercitivos.

Ainda que constitua uma precondição histórica e conceitual, a acumulação primitiva – ou alguns dos aspectos concretos que aparecem na descrição dos processos através dos quais a mesma se realiza - podem ultrapassar o sentido de uma acumulação originária. Embora Marx (2011) a designe como ponto de partida para a acumulação capitalista, e não uma decorrência da mesma, há interpretações que fazem referência à continuidade da acumulação primitiva, interpretando-a como categoria conceitual que não se restringe ao papel desempenhado no

desenvolvimento primário do capitalismo. Essa continuidade, no entanto, não poderia ser da própria acumulação originária, uma vez que, como categoria, a mesma refere-se a um período em que se origina a produção social capitalista. O sentido atribuído a essa continuidade provém de reinterpretações que enfatizam aquelas interposições políticas e econômicas manifestamente predatórias que foram determinantes para a acumulação primitiva, e permanecem importantes com o estabelecimento a ordem social capitalista.

Pode-se admitir, sob essa perspectiva, que ao longo da história do capitalismo se manifestam atos e estratégias políticas que tomam parte na reprodução social capitalista, embora não sejam decorrência direta das leis de funcionamento do modo de produção capitalista. Incluem a incorporação de espaços sociais potenciais para a produção de valores, a rapina sobre riquezas já criadas, pressões sobre trabalhadores que reforçam sua dependência em relação ao mercado, através de processos cujo alcance não se restringe à exploração dos trabalhadores no processo produtivo tipicamente capitalista. Falar de uma sociedade capitalista, ou do capitalismo, significa falar em alguma medida de uma totalidade social, onde ocorrem processos mediados por configurações sociais que escapam à categoria conceitual do capital, muito sejam sempre codeterminados pela reprodução do capital. Falar em sociedades capitalistas, por sua vez, requer a abertura de linhas de pensamento que extrapolam os limites de uma economia nacional, por exemplo, às relações multilíneas e desiguais que se desenvolvem de maneira dinâmica entre as distintas sociedades, ligadas não apenas a partir de intercâmbios econômicos, mas culturais e geopolíticos, as quais resultam em institucionalidades e padrões de acumulação de capital particulares.

2.1.2 A violenta expropriação dos camponeses

Em sua discussão inicial a respeito da acumulação primitiva Marx (2011) realiza um trabalho propriamente teórico, partindo das categorias componentes do conceito de capital, e das determinações que já propusera a respeito do funcionamento da produção capitalista. Seu objetivo inicial é discutir a necessidade de uma acumulação primitiva, para a sua teorização e para a sociedade sobre a qual teorizava, tendo em mente as categorias centrais que já propusera para o modo de produção capitalista, a generalização do trabalho assalariado e do valor e, dessa forma, do mais-valor, a divisão social desigual e antagônica assegurada pelas próprias condições de reprodução social. Indica um componente essencial do processo histórico que origina o modo de produção capitalista, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, a qual seria base para a oposição que marca a produção capitalista, entre capital e

trabalho. A centralidade dos processos representados sob a categoria da acumulação primitiva para a história do capitalismo corresponde à importância categórica da existência dos polos opostos nas relações de produção para o significado do capital enquanto relação social.

Não bastava, para cumprir com seus propósitos, enfatizar um único aspecto fundamental dentre as inúmeras, profundas e correlatas transformações sociais que ocorriam, a dizer, a *separação*, parte nuclear de seu conceito de capital, que possibilita a generalização da produção de valor e mais-valor como norma social. Buscando compreender a origem histórica do modo de produção capitalista, Marx (2011) partiu de relatos e comentários a respeito de transformações sociais que ocorreram ao longo de séculos, para dar origem à situação histórica como a mesma se apresentava em sua própria experiência, isto é, do desenvolvimento generalizado das formas da produção capitalista. A documentação encontrada por Marx serve também para desmistificar as narrativas da economia política clássica, ao elucidar estratégias, discursos, acontecimentos e atos políticos – que transcendem o Estado – determinantes para a origem histórica da sociedade capitalista.

Marx faz referência a uma série de transformações sociais concorrentes, contraditórias, enfatizando sempre sua funcionalidade para a acumulação de capital em sua forma primitiva. Cabe ressaltar que, muito embora esteja presente na narrativa o desenvolvimento de instituições capitalistas, o objeto primordial de sua análise da acumulação primitiva permanece sendo a relação-capital, conceito abstrato e geral, cuja existência é justificada pelas condições históricas que lhe servem de base. Essas condições históricas, de maneira abstrata, correspondem à existência das classes sociais que formam unidade de opostos na reprodução capitalista, trabalhadores despossuídos e proprietários dos meios de trabalho.

A acumulação originária tem como um de seus elementos fundamentais a apropriação de terras mediante o desapossamento de camponeses e a constituição da propriedade fundiária capitalista. As expropriações sofridas pelos camponeses foram parte fundamental do processo que originou uma sociedade orientada para o capital, uma vez que somente através das mesmas pôde se concretizar a existência de uma população majoritariamente dependente das relações de assalariamento, condição necessária para a reprodução “normalizada” do capital - em escala sempre ampliada. A análise dos intermitentes processos de expropriação camponesa, que liberam terra e força de trabalho para a acumulação capitalista, constitui a parte primeira da descrição da acumulação primitiva na obra de Marx (2011).

A primeira sociedade na qual o modo de produção capitalista pôs-se “andar com os próprios pés” foi a inglesa. Marx observou, em sua época, o desenvolvimento da indústria, com emprego de numerosos trabalhadores, de crianças a idosos, sob condições de trabalho brutais,

em situação que combinava miséria generalizada e um acúmulo sem precedentes de riqueza. Sem dúvida, a observação da sociedade industrial inglesa foi determinante para o desenvolvimento de sua teorização sobre o capital. Quando se referiu em sua obra ao às condições de trabalho sob a égide do capital, conflitos em torno da extensão da jornada de trabalho, miséria da classe trabalhadora, dentre outras questões que pediam exemplos descritivos, a Inglaterra figurou como principal ilustração, e não foi diferente no caso da chamada acumulação primitiva.

A sociedade inglesa, feudal, sob cujas condições declinantes ocorreu o desenvolvimento “originário” do capitalismo, tinha uma sociabilidade predominantemente rural. Qualquer análise que pretenda dar conta do desencadear do processo histórico de desenvolvimento capitalista na Inglaterra deve, portanto, voltar-se para a dissolução do modo de produção social característico, centrado na produção rural de escala familiar e na manufatura doméstica, meio de vida da maior parte da população. Não podem, no entanto, ser negligenciadas as formas de capital mercantil e usurário já desenvolvidas e a produção de mercadorias que ocorria nos domínios das organizações corporativas. Buscando a origem dos elementos que compõe o chamado modo de produção capitalista, é para lá que se volta a análise descritiva de Marx (2011).

Embora sujeita a formas pré-capitalistas de dominação e exploração, grande parte da população britânica possuía meios de trabalho e recursos coletivos, comunitários e familiares para seu sustento. Fossem estes posseiros revestidos pelos estatutos feudais, pequenos arrendatários ou camponeses independentes, podiam trabalhar na terra e manufaturas domésticas, tomando ou não parte em relações de assalariamento parcial, e usufruindo de parte considerável dos frutos de seu trabalho – uma parte do excedente de trabalho costumava ser extraída na forma de tributos aos *landlord* -, além do mais, dispunham do acesso a terras não cultivadas, para lenha, caça, pasto, dentre outros elementos úteis para sua sobrevivência. A situação dos camponeses, com a decadência do feudalismo, foi fragilizada. Um elemento importante dessa fragilidade é que os tributos que incidiam sobre a sua produção não dependiam necessariamente da produção efetiva de excedentes, o que pode colocar em risco a própria sobrevivência dos trabalhadores, em períodos de penúria por conta de más condições naturais para a produção, por exemplo. Fosse por não pagar tributos ou pela pura vontade dos senhores, os camponeses ligados às propriedades feudais estavam sujeitos à ameaça do desapossamento, até que o mesmo se realizasse, e viam os territórios de onde tiravam objetos para seu sustento, como a lenha, cerceados.

O período histórico em que ocorreram as transformações sociais associadas à generalização das formas de produção e apropriação típicas do capitalismo foi marcado pelo chamado movimento dos *enclosures*, que, de maneira sintética, corresponde à conversão intermitente das terras a que tinham acesso os camponeses em propriedade privada. O cercamento dos comuns e o desapossamento de camponeses ocorreram ao longo de séculos, de maneira intensa e intermitente, exibindo forças sociais contraditórias em operação. Marx (2011) enfatiza, na descrição da violência do desapossamento de terras, a alienação de populações camponesas não apenas das condições objetivas para a realização de trabalho e sustento, mas a separação destes de suas vidas, de seus hábitos familiares e comunitários construídos em torno da terra.

A terra, utilizada como meio de subsistência, vinha sendo convertida em espaço da produção de mercadorias – para, em tempo, vir a formar um importante mercado em torno de si própria -, enquanto a dominação feudal, a que estavam sujeitos os trabalhadores, se transmutava em exploração capitalista. Esse processo, segundo Marx (2011), foi acelerado pela ascensão da forma do Estado moderno, que em seu esforço pela soberania política opunha-se à dominação local do sistema de vassalagens. O Estado, no entanto, jamais foi a única força agindo nesse sentido - os senhores feudais estiveram envolvidos de maneira direta, usurpando terras comuns, desoladas, de uso intermitente, ou cultivadas, expulsando camponeses, amparados sob os mesmos estatutos feudais que seus algozes, concretizando, por meio da violência direta, expropriações de volume ainda mais significativo (MARX, 2011).

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. [...] Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo. *A história dessa expropriação assume matizes diversos nos diferentes países, percorre várias fases em sequência diversa e em épocas diferentes* (MARX, 2011, p. 829, 830)

Entre o final do século XV e o século XVIII, uma sociedade predominantemente rural passava por uma transformação que, embora durasse séculos, produzia efeitos extremos e imediatos, sobretudo sobre o povo expropriado, enquanto constituía-se uma nova elite econômica e política. Uma transformação social tão profunda e extensa não poderia deixar de gerar controvérsias políticas, dando lugar a discursos, estratégias e iniciativas legais contraditórios, em meio às instituições do organismo de Estado e àqueles que lhes escapam o

domínio. Foram promulgadas, ao longo de tal período, leis para a proteção dos expropriados, bem como decretos de expropriação (MARX, 2011).

Ao final do século XV, a clamorosa usurpação das terras comuns, a expulsão de pequenos posseiros e arrendatários e o panorama de empobrecimento das populações camponesas tomaram a atenção de governantes. Em 1489, por exemplo, foi editada lei por Henrique VII que visava dar proteção às famílias camponesas ameaçadas de despejo, estabelecendo proporções entre terras de lavoura e área de pastagem e limitando a propriedade de rebanhos, de maneira que permitisse às famílias obter pelo menos parte de suas necessidades através do trabalho direto. No entanto, nem clamores populares, tampouco as leis, foram efetivos em frear o processo de transformação social em movimento e a violência exercida sobre as populações sujeitas ao desapossamento (MARX, 2011).

No século XVI, a reforma protestante e o imenso saque dos bens eclesiásticos que a acompanhou levaram a um “terrível impulso” das espoliações (MARX, 2011). A Igreja Católica era grande proprietária de terras feudais na Inglaterra – bem como em outras regiões da Europa ocidental. Nestas terras vivia parcela significativa da população, que perdeu, com a destituição e distribuição desigual das terras e propriedades eclesiásticas, a segurança de suas posses e das condições sociais sob as quais vivia. A restauração da dinastia dos Stuarts na Inglaterra é representada por Marx (2011) como um período histórico no qual os proprietários realizaram a espoliação de uma enorme quantidade de terras, fazendo uso de dispositivos legais. Através de decretos, responsabilidades sobre a propriedade territorial eram transferidas ao Estado, apenas para que as terras fossem posteriormente apropriadas por elites proprietárias, a custos mínimos, muitas vezes pagos com a renda de tributos incidentes sobre as populações camponesas que viriam a ser expulsas. A ascensão política das classes proprietárias, como a *gentry*¹ e a nascente classe capitalista, inaugurou uma era marcada pelo saque intensivo das terras do Estado, servindo de alavanca para a consolidação da forma moderna de propriedade (MARX, 2011).

O florescimento da manufatura de lã, com a elevação consequente dos preços da lã, impulsionou diretamente essas violências na Inglaterra. A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova era um produto do seu tempo, e, para ela, o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação, por isso, era transformar as terras de lavoura em pastagens (MARX, 2011, p. 832).

A “gloriosa revolução”, segundo Marx (2011), trouxe ao poder os proprietários da mais-valia, nobres e capitalistas. O roubo das terras do Estado, até então modesto, com a aproximação

¹ *Gentry* é uma expressão originada no francês arcaico que designa uma classe de grandes proprietários de terras com status social elevado, com proximidade sociocultural à aristocracia, porém sem títulos de nobreza.

das classes proprietárias a uma posição privilegiada na política do Estado moderno, foi alçado a dimensões colossais. Terras públicas, assim como as de propriedade eclesiástica, foram distribuídas arbitrariamente e vendidas a preços irrisórios a partir de decretos, ou mesmo anexadas de maneira direta, sem a necessária observância para tanto em lei (MARX, 2011, p. 837). A expropriação dos camponeses foi base para o desenvolvimento da agricultura capitalista e criação da reserva de força de trabalho necessária para o desenvolvimento da indústria, disponibilizando trabalhadores “livres” e terras para a apropriação privada e uso lucrativo.

[...] Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, dentre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio, ampliar a área da grande exploração agrícola, aumentar o suprimento dos proletários sem direitos, enxotados das terras etc. Além disso, a nova aristocracia das terras era a aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabara de romper a casca do ovo e da burguesia manufatureira que dependia então da proteção aduaneira (MARX, 2011, p. 837, 838).

Não apenas as leis que visavam de alguma forma mitigar os efeitos destrutivos das expropriações no campo foram ineficazes, diante dos interesses da ainda nascente classe capitalista e das demais frações de classe privilegiadas, mas, com o tempo, estiveram sujeitas a uma transformação, em forma e conteúdo, como todo o conjunto do sistema jurídico, político e social. As mudanças na sociedade rural alimentadas pelas espoliações se desenvolveram de maneira combinada com as metamorfoses políticas. A dissolução das formas comunais de propriedade, embora necessária, não era condição suficiente para realizar a profunda transformação da terra em propriedade capitalista. Mesmo após o cercamento dos campos comuns, que privou camponeses de recursos vitais, os trabalhadores do campo ainda encontravam, por diversos meios, os recursos necessários à sua sobrevivência, recorrendo a laços de ajuda mútua, por exemplo.

O saque das propriedades comunais, diversas da propriedade de terras do Estado, segundo Marx (2011), ocorreu inicialmente ao longo de um período aproximado de 150 anos, desde o final do século XV, sobretudo a partir dos sistemas locais de dominação, sob a atuação da violência direta e exercício de poderes geograficamente dispersos que transformavam de maneira intermitente as terras comuns e lavouras camponesas em propriedade privada, para servir aos interesses materiais dos senhores, expulsando contingentes sucessivos de camponeses. A partir do século XVIII, segundo Marx (2011), esse padrão teria sido rompido pelo grande saque de terras que se realiza com a força da lei, em um momento onde a influência da nova elite inglesa já transparecia na configuração política do Estado.

O progresso do século XVIII consiste em ter tornado a própria lei o veículo do roubo das terras pertencentes ao povo, embora os grandes arrendatários empregassem simultânea e independentemente seus pequenos métodos particulares. O roubo assume a forma parlamentar que lhe dão as leis relativas ao cercamento das terras comuns, ou melhor, os decretos com que os senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular, decretos de expropriação do povo (MARX, 2011, p. 838).

Se ao fim do século XVII, a *yeomanry*, classe de camponeses independentes, representava parcela significativa da população rural, enquanto na segunda metade do século XVIII, segundo relatos do período, já havia se tornado condição social rarefeita. Não muito depois, os últimos vestígios que ainda restavam da propriedade comunal dos lavradores viriam a desaparecer (MARX, 2011). Torna-se evidente, a partir do destino dessa classe rural que, embora tenha sido extensivo em sua duração, o período da acumulação primitiva comportou transformações sociais de elevada intensidade, com impactos profundos em períodos relativamente reduzidos sobre os modos de vida da população inglesa. No lugar de uma antes significativa classe de camponeses independentes, surgiam pequenos arrendatários, com contratos rescindíveis, dependentes do arbítrio dos proprietários da terra. O roubo sistemático das terras comuns, o saque às terras da Coroa, a expulsão de camponeses de terras aráveis, tudo isso contribuía, segundo Marx (2011), para o desenvolvimento dos grandes arrendamentos, chamados à época de fazendas de capital ou fazendas comerciais. Essa forma de empreendimento de grande escala, com a utilização de novos métodos produtivos, exercia uma pressão ainda mais intensa sobre aquelas populações rurais empobrecidas que, sem acesso às terras comunais, convertiam-se progressivamente em jornaleiros e assalariados, e/ou viam-se em êxodo forçado rumo às cidades.

No século XIX, perdeu-se naturalmente a lembrança da conexão que existia entre agricultura e terra comunal. Para não falar de tempos mais próximos, perguntaríamos que indenização recebeu a população dos campos quando, entre 1810 e 1831, foi espoliada em 3.511.770 acres de terras comuns, com os quais, através do Parlamento, os *landlords* presentearam os *landlords*? (MARX, 2011, p. 842)

O último grande processo de expropriação dos camponeses seria, para Marx (2011, p. 842), “a chamada limpeza das propriedades, a qual consiste em varrer destas os seres humanos”. Todos os métodos ingleses de expropriação camponesa observados culminaram nesse despovoamento, privando os lavradores independentes das condições mínimas necessárias para sua sobrevivência. A conversão de camponeses em assalariados, a disponibilização de força de trabalho para a acumulação nas cidades industriais, tudo isso só se tornara possível a partir da apropriação excludente de terras.

O caso Escocês se destaca por seu caráter sistemático e sua intensidade, levando a cabo uma verdadeira “limpeza das propriedades”, de “um só golpe” (MARX, 2011, p. 842). As terras altas da Escócia possuíam uma organização social peculiar, formada por clãs, cada um dos quais tinha seus líderes enquanto espécie de proprietários titulares do território que ocupavam. Estes “grandes homens” que comandavam o clã viram seus domínios convertidos em oportunidades lucrativas com o desenvolvimento inglês e a enorme demanda por lã. Enxotaram o povo gaélico de suas terras, recorrendo ao emprego direto da violência, para transformar suas terras em pastagens. Em pleno século XIX, realizava-se um processo de expropriações ainda mais intensivo que o inglês, em que as grandes populações que antes ocupavam as terras eram substituídas por ovelhas. Muitas das famílias expulsas das terras altas foram parar em regiões litorâneas, sobrevivendo da pesca, até serem expropriadas novamente, quando os líderes dos clãs perceberam os ganhos que poderiam obter com o arrendamento da orla marítima aos grandes mercadores de peixe. Sem alternativas, grande parte dos camponeses despossuídos foram para cidades industriais como Glasgow (MARX, 2011).

A forma característica da propriedade feudal, apoiada em estatutos hierarquizados, desapareceu pouco a pouco ao longo de séculos, para dar lugar à propriedade privada capitalista, com a apropriação massiva de terras protagonizada principalmente por aqueles que já ocupavam camadas sociais hierarquicamente elevadas. Com o desenvolvimento progressivo do mercado associado à indústria têxtil, vinha apresentando-se como oportunidade aos senhores feudais a conversão das terras sob seu domínio em pastagens para a produção de lã, buscando incrementar sua renda. O desenvolvimento progressivo das fazendas de capital, com utilização de técnicas de produção mais intensiva que a da agricultura familiar, deu forma à ameaça resoluta aos direitos de posse dos agricultores, em adição às estratégias coercitivas de expropriação. O desenvolvimento do trabalho assalariado resultava na ampliação do mercado interno para os produtos alimentícios, alavanca adicional para as grandes fazendas de capital, de maior produtividade, e para o esvaziamento compulsório do campo.

Tivesse a economia tradicional se mantido intacta, dificilmente haveria adequada quantidade de trabalhadores disponíveis para a acumulação capitalista, uma vez que o nível salarial permaneceria elevado. A classe de assalariados que surgia, pelas circunstâncias iniciais de baixa oferta e acelerada demanda por força de trabalho, ainda não tinha uma posição social tão deteriorada. Possuíam, ao menos, margem de escolha, uma vez que havia, embora escassos, meios para sua sobrevivência fora do trabalho assalariado, e uma demanda crescente por trabalho assalariado, o que lhes permitia exigir pagamentos que lhes fossem mais atrativos que

as alternativas. Os direitos que até então haviam sido preservados ou adquiridos pelos camponeses, sem surpresa, foram atacados um a um (PERELMAN, 2000).

2.1.3 Dispositivos legais e disponibilização de trabalhadores

Após o término de seu relato sobre a expropriação dos camponeses, em que enfatiza a violência da ruína à qual estão sujeitos os trabalhadores diretos, destituídos de seus modos de vida, Marx (2011) volta-se para um dos demais aspectos fundamentais da mudança institucional que ocorre no período inicial do desenvolvimento capitalista, a atuação legal do Estado em sua forma moderna, no momento em que se difundiam as formas sociais capitalistas. Novamente, Marx orienta a análise à disponibilização de trabalhadores para a acumulação de capital. Se, no relato inicial, os trabalhadores, despossuídos e sem alternativas, pareciam se tornar naturalmente disponíveis para a acumulação de capital, a sujeição dos mesmos ao trabalho assalariado não lhes parecia tão natural.

A expropriação dos camponeses é um dentre inúmeros processos violentos na história da origem do capital. Além de buscar documentação e interpretar os cercamentos e expropriações no campo, Marx (2011) menciona uma série de iniciativas políticas voltadas para a subordinação das massas de expropriados ao capital. Dentre estas, destaca as legislações sanguinárias visando a sujeição completa dos trabalhadores à exploração capitalista, com punições severas àqueles despossuídos “vadios” que preferiam viver às margens a trabalhar para o capital.

Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta – esse proletariado sem direitos – não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. Bruscamente arrancados das suas condições habituais de existência, não podiam enquadrar-se, da noite para o dia, na disciplina exigida pela nova situação (MARX, 2011, p. 848).

Com a expropriação dos camponeses, as cidades recebiam, de maneira intermitente, grandes levas de pessoas que, por força das circunstâncias, podiam acabar como indigentes, ou mesmo bandoleiros. A transformação dos camponeses em vagabundos e indigentes que rondavam as cidades, imposta através do despojamento completo dos mesmos de seus modos de vida, ainda os tornava alvo de punições da mais pura crueldade. Como se houvessem escolhido deliberadamente o caminho do crime e da vadiagem, como se pudessem, à sua vontade, prosseguir trabalhando sob condições que já não mais existiam (MARX, 2011), eram tratados como uma praga a ser curada, por meio da coerção disciplinadora.

Essa legislação punitiva teria iniciado sua vigência, na Inglaterra, ao longo do século XVI, com a promulgação de lei que previa o flagelamento e prisão dos “vagabundos” - aqueles que não possuíam emprego ou propriedade sobre meios de produção. Estes, por força da lei, deveriam ser amarrados e açoitados até que sangue lhes escorresse o corpo, para então prestarem juramento de que voltariam às suas regiões de origem e se poriam a trabalhar. Essa legislação teve acréscimos posteriores ainda mais brutais, com a previsão de penas maiores em caso de reincidência, com corte de metade da orelha na segunda infração de vagabundagem, além da já prevista flagelação, e a pena capital por meio de enforcamento em uma reincidência seguinte, pois se trataria, nesse caso, de um “criminoso irrecuperável e inimigo da comunidade” (MARX, 2011, p. 848).

Além disso, na metade do mesmo século, promulgou-se lei que previa forma particular de escravização daqueles que se recusassem a trabalhar. Por esse caminho, segundo Marx (2011), seguiram sendo formuladas as leis inglesas, com dispositivos análogos na França, prevendo flagelos e trabalho forçado, e, então, a morte para aqueles que não se adaptassem à disciplina exigida, ironicamente, pelas classes ociosas. Não bastava tirar a terra dos trabalhadores para que estes readaptassem sua vida à produção para o capital, era necessário enquadrar essa população “livre”, e um dos meios fundamentais para tal foram os dispositivos legais punitivos.

Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura (MARX, 2011, p. 850, 851).

Um exemplo paradigmático das proposições políticas voltadas para a disponibilização de força de trabalho para a produção capitalista foi protagonizado por Jeremy Bentham. O economista político esboçou o projeto arquitetônico de um panóptico, uma prisão para o trabalho, que pretendia aplicar e difundir, como forma eficaz de disciplinar trabalhadores e coordenar a produção de maneira eficiente. Tal projeto não chegou a ser efetivado, mas segue como exemplo paradigmático dos dispositivos disciplinares² utilizados para impulsionar o avanço das formas sociais capitalistas. No trabalho de Perelman (2000) a proposta autoritária de Bentham aparece como ilustração de que os economistas políticos clássicos tinham mais conhecimento a respeito dos métodos e estratégias nada harmônicos envolvidos na acumulação primitiva do que indicavam seus trabalhos teóricos.

² Para uma análise aprofundada a respeito do desenvolvimento dos dispositivos disciplinares no nascimento da sociedade capitalista, ver Foucault (2012).

Para que a produção capitalista ocorresse de forma “normalizada”, seria necessária uma população disciplinada, coagida e/ou educada a cumprir seu papel de produzir aquilo que não irá lhe pertencer, em troca de um salário. Com a progressão da produção capitalista, deixaria de ser primordial a utilização de meios coercitivos e disciplinares para enquadrar as populações nas exigências do trabalho assalariado. O passar das gerações, a ausência de alternativas e a generalização da relação-capital no tecido social levariam ao desenvolvimento de “uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes” (MARX, 2011, p. 851). A reprodução do capital também produziria, de maneira contínua, uma superpopulação relativa, mantendo os salários em nível adequado à acumulação e consolidando o domínio capitalista sobre os trabalhadores, por meio da “coação surda das relações econômicas” (MARX, 2011, p. 851).

Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional. Para a marcha ordinária das coisas, basta deixar o trabalhador entregue às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital, a qual decorre das próprias condições de produção e é assegurada e perpetuada por essas condições (MARX, 2011, p. 851).

Durante a gênese histórica da produção capitalista, a atuação do Estado foi determinante, através de estratégias voltadas à compressão dos salários dentro de limites adequados à acumulação, garantindo a reprodução da dependência dos trabalhadores despossuídos (MARX, 2011). É interessante notar a referência feita ao “emprego da força do Estado” pela burguesia nascente, quando se referiu às leis que comprimem o salário e proíbem a associação de trabalhadores, mantendo trabalhadores num grau adequado de dependência. Cabe ressaltar para os fins do presente trabalho que a influência dos interesses de frações privilegiadas da sociedade no âmbito do Estado, manifesta nas políticas voltadas contra a classe trabalhadora no período da acumulação originária, reverbera continuamente na história do capitalismo.

A classe dos trabalhadores assalariados, que surgira na segunda metade do século XIV, constituía, então e ao longo do século seguinte, apenas uma fração diminuta do povo. Sua posição ainda se encontrava protegida pela economia camponesa independente no campo e pela organização corporativa na cidade. Antes da generalização das formas de produção capitalista, e da maior capitalização da produção, a parte variável do capital, referente aos custos salariais, costumava ser mais significativa. Com a acumulação, crescia a procura por trabalho, a qual não era acompanhada pela oferta, uma vez que a economia tradicional ainda se mantinha como meio primordial de subsistência (MARX, 2011). Os salários dos trabalhadores, pelas leis da oferta e

da procura, mantinham-se elevados, acima do nível de subsistência, o que significa dizer que a exploração ainda não havia adquirido a configuração especificamente capitalista, onde o trabalho excedente é majoritariamente expropriado.

Na Inglaterra, a legislação sobre o trabalho assalariado começou, segundo Marx (2011, p. 851), com o “Estatuto dos Trabalhadores”, de 1349, desde o início hostil e voltado à exploração dos trabalhadores, e, na França, foi implantado no ano seguinte um estatuto com ampla correspondência. Estas legislações possuíam dois aspectos fundamentais, um dos quais é tratado em capítulo anterior da obra de Marx, a respeito da jornada de trabalho, com o prolongamento compulsório da mesma. O outro aspecto dizia respeito à compressão dos salários a partir da promulgação de um teto salarial. O caráter hostil das legislações foi além, proibindo a associações de trabalhadores, de modo que qualquer forma de resistência coletiva era considerada ato criminal grave, desde o século XIV até metade do século XIX, quando foram abolidas as leis contra a coligação de trabalhadores.

Mesmo ao longo do século XVIII, quando o salário real dos trabalhadores já vinha caindo, e parcela significativa da população, dependente, tomava parte em relações de trabalho assalariado, continuavam em vigor as leis destinadas ao rebaixamento dos salários, bem como aquelas voltadas à punição dos “vadios”. A situação se transformou com o tempo, com a “libertação” de massas crescentes de trabalhadores, desprovidos de meios de trabalho e alternativas, dependentes do trabalho para o capital. Na Câmara dos Comuns, relata Marx (2011, p. 854), onde ao longo de 400 anos vinham sendo criadas leis que comprimiam os salários dentro de limites convenientes a acumulação, foi proposta, em 1796, por Whitbread, lei que estabelecia um salário mínimo para o jornaleiro agrícola – que, por força dos interesses dos grandes proprietários de terra, não foi aplicada. De toda forma, em 1813, foram abolidas as legislações que estabeleciam limites aos salários, redundantes, uma vez que os capitalistas já vinham obtendo êxito em rebaixar os salários a limites mínimos, por vezes insuficientes para a reprodução dos trabalhadores.

No período manufatureiro propriamente dito, o modo capitalista de produção estava suficientemente forte para dispensar, por impraticáveis e supérfluas, as leis reguladoras do salário. Entretanto, guardaram-se as armas do velho arsenal, para o caso de necessidade, e ainda se promulgaram disposições sobre remuneração do trabalho (MARX, 2011, p. 853).

Quanto à França, Marx (2011, p. 855) traz um relato interessante da conjuntura da economia política em meio à tormenta revolucionária. O direito de associação dos trabalhadores, a duras penas conquistado, foi revogado logo que a burguesia francesa chegou à

frente do Estado. Le Chapelier, relator da lei que, em 1791, declarou como atentado à liberdade e aos direitos do homem (sic) toda e qualquer coligação de trabalhadores, esteve à frente de discurso que é quase um atentado à lógica. Dizia que um salário mais alto era desejável, a fim de que o trabalhador assalariado não ficasse sujeito a uma dependência absoluta ocasionada pela privação de meios de subsistência, uma situação análoga à escravidão. No entanto, estes mesmos trabalhadores que se viam nessas terríveis condições não deveriam, segundo afirmou, ter a permissão de realizar entendimentos entre si sobre seus próprios interesses, uma vez que a unificação de seus interesses constituiria um atentado à liberdade dos empresários. Liberdade de explorar e manter os trabalhadores em uma situação análoga à escravidão?³

As disposições dos Estatutos dos Trabalhadores que se referiam à relação contratual entre empregadores e assalariados, extremamente desiguais, por seu lado, seguiram em pleno vigor até o período em que Marx escreveu. A legislação contra as coligações de trabalhadores, embora tenha sido abolida em 1825, com o reconhecimento do proletariado enquanto potencial ameaça à ordem social que se estabelecia, manteve resíduos atuantes, sob novas formas. As leis ordinárias que puniam trabalhadores em greve, ou engajados em outras formas de resistência, deram lugar a uma legislação penal de exceção, em que os próprios donos de fábricas, na condição de “juizes de paz”, realizavam o julgamento primário das ações de seus empregados. Diante da pressão crescente das massas, o Parlamento inglês, a contragosto, revogou as leis contra as greves e associações, após ter sustentado, por cinco séculos, um conluio de proprietários contra os trabalhadores (MARX, 2011, p. 855).

2.1.4 Acumulação primitiva, a gênese dos capitalistas e o desenvolvimento do mercado interno

Conforme visto, a acumulação primitiva é apresentada como uma interpretação da história da gênese do modo de produção capitalista, definido pela generalização das relações sociais capitalistas. As primeiras partes da análise de Marx (2011) da acumulação primitiva voltam-se para a gênese da classe trabalhadora, tornando nítidas a violência das expropriações dos camponeses e as estratégias e métodos coercitivos voltados para a disponibilização dos trabalhadores despossuídos para a acumulação de capital. Essa primeira parte da exposição foi, para intérpretes como Perelman (2000), o foco primordial da análise de Marx da acumulação primitiva. Apontando a classe trabalhadora como sujeito histórico coletivo portador da potência

³ É interessante notar a semelhança entre o discurso observado no fim do século XVIII e aqueles utilizados em pleno século XXI na difusão do neoliberalismo.

revolucionária que viria a gerar a superação do modo de produção capitalista, Marx concentrou esforços em oferecer uma narrativa de gênese da mesma.

Tivesse restrito sua narrativa somente aos trabalhadores, no entanto, o capital apareceria como produto “apenas” das expropriações e coerção que recaíram sobre os ombros da classe trabalhadora. A segunda parte da exposição de Marx sobre a gênese histórica do modo de produção capitalista volta-se para elementos conjunturais e transformações sociais que tomam parte no processo que origina a classe capitalista, o desenvolvimento da agricultura capitalista e do mercado interno e a liberação de condições para o desenvolvimento da indústria. Além do mais, é nessa etapa de sua exposição que aparecem as barbáries coloniais, já que a análise de classe inicial se volta para fatores internos à sociedade inglesa. Marx concentra-se, enfim, nos fatores que determinam um ponto de partida para a acumulação de capital propriamente dita, que remete ao período que antecede ao desenvolvimento das relações sociais capitalistas, inicialmente sob as formas do capital mercantil e usurário.

A gênese do arrendatário capitalista foi descrita por Marx (2011) como um processo de séculos de duração. Ocorreu de maneira desigual, pela diversidade dos títulos de posse de terra e as distintas condições econômicas com as quais emanciparam-se servos e pequenos proprietários livres. Durante a segunda metade do século XIV, o *bailiff*, ainda servo, foi substituído por um colono a quem o *landlord* fornecia insumos agrícolas. Com o tempo passariam a tomar parte em parcerias com os senhores de terra, fornecendo parte do capital e dividindo o produto total em proporções estabelecidas por contrato. Essa forma de parceria desaparecia na Inglaterra para dar lugar ao arrendatário capitalista propriamente dito, que procurava expandir seu próprio capital empregando trabalhadores assalariados, remunerando ao *landlord* com uma parte do produto excedente – sob forma monetária ou de produtos - como renda da terra. No século XV, no entanto, a situação do arrendatário, pela modesta escala de produção, ainda não se distinguia significativamente daquela do camponês que trabalha para si mesmo (MARX, 2011).

A revolução agrícola, iniciada no final daquele século, prosseguindo ao longo do século XVI, por outro lado, teria enriquecido o arrendatário com a mesma rapidez que empobrecia a população rural em geral. Enquanto a alta nos preços de trigo, lã e carne impulsionava o cercamento dos campos comuns e a expropriação direta dos camponeses, dilatava o capital monetário dos arrendatários, alguns dos quais obtinham contratos de prazos elevados com valores monetários pré-fixados. A revolução agrícola teve repercussões econômicas de alcance muito mais extenso. Além de contribuir para a expropriação e expulsão das populações rurais, servindo levadas renovadas e intermitentes de trabalhadores para a indústria urbana, combinava-

se com o crescimento do mercado interno. A expropriação e expulsão de parte da população rural não apenas libera trabalhadores, seus meios de subsistência e de trabalho em benefício do capitalista, mas efetivamente cria o mercado interno. O solo, apesar da diminuição no número de cultivadores, vinha tendo um produto semelhante ou ampliado, com a revolução no regime de propriedade territorial ocorrendo paralelamente com a melhoria dos métodos de cultura, maior socialização do processo de trabalho, além da maior intensidade do trabalho em sua forma assalariada (MARX, 2011).

Parte dos habitantes rurais se torna disponível e se desvincula dos meios de subsistência com que se abastecia. Esses meios se transformam então em elemento material do capital variável. Os camponeses expulsos das lavouras têm de comprar o valor desses meios, sob a forma de salário, a seu novo senhor, o capitalista industrial. O que sucede com os meios de subsistência ocorre com as matérias-primas que a agricultura indígena fornece à indústria. Elas se transformam em elemento do capital constante (MARX, 2011, p. 859).

Trabalhadores diretos independentes, com acesso à terra, tomavam parte nas relações de mercado apenas esporadicamente, muitas vezes realizando trocas diretas e formas de compartilhamento com membros da comunidade ou vilarejos vizinhos, de forma local e dispersa geograficamente. Despossuídos e dependentes do trabalho assalariado, esses trabalhadores passariam a produzir para o capital, além de fomentar a demanda, ampliando o produto nacional. Antes fragmentado e de extensão limitada, o mercado interno, com a expropriação dos produtores diretos e o desenvolvimento da produção capitalista, foi elevado a uma nova dimensão social. A separação de grandes contingentes populacionais da terra também correspondeu à ruína da indústria doméstica rural: o processo de dissociação entre agricultura e manufatura, proporcionou ao mercado interno a extensão e a solidez necessárias para a generalização da produção capitalista. Além disso, somente a indústria moderna e seus avanços tecnológicos forneceriam as bases para uma agricultura capitalista, expropriando de maneira radical a maioria da população rural, fosse pelos meios coercitivos ou pela concorrência desigual que torna inviável a produção de escala familiar (MARX, 2011).

Por fim, Marx (2011) volta-se para o processo que dá origem ao capitalista industrial. A gênese do capitalista industrial não teria ocorrido de maneira gradativa como a do arrendatário. Alguns mestres de corporações, artesãos e mesmo assalariados teriam se transmutado ao longo do tempo em capitalistas rudimentares, alguns dos quais, através da exploração progressivamente ampliada do trabalho assalariado, teriam chegado a assumir a figura do capitalista. No entanto, a marcha lenta do período infantil do capitalismo não seria

adequada às necessidades do mercado mundial que surgia com as grandes descobertas do fim do século XV.

Ainda durante a Idade Média, já emergiam duas formas de capital, sob diversas configurações sociais, antes mesmo da chamada acumulação primitiva: o capital usurário e o capital mercantil. O capital monetário acumulado através da usura e do comércio ainda tinha como entrave, na Inglaterra, a sociedade feudal no campo e as organizações corporativas na cidade. Com a dissolução das vassalagens e a expropriação e expulsão dos camponeses, no entanto, tal acúmulo se liberta das amarras que impediam sua aplicação produtiva, com a disponibilização de trabalhadores dependentes e crescimento do mercado interno. Portos marítimos e outros pontos estratégicos que se viam fora dos domínios da organização corporativa tornaram-se alguns dos espaços iniciais de desenvolvimento das manufaturas capitalistas (MARX, 2011).

O sistema colonial, sua violência contra as populações nativas, seus métodos predatórios de acumulação mediante a pilhagem de recursos, a produção por meio da escravidão e o comércio de escravos, a apropriação de terras, dentre outros, foram fatores fundamentais para a chamada acumulação primitiva. Além disso, através das disputas coloniais o mundo se tornava não apenas terreno da expansão da lógica da acumulação de capital, mas de guerras entre as potências europeias, orientadas para o fortalecimento das economias nacionais, que já manifestavam traços capitalistas. Envolvendo não apenas a Inglaterra, mas a Espanha, Portugal, Holanda e França, a acumulação primitiva de capital por meio do sistema colonial caracterizou-se pela violência, de uma transparência que já não era mais tolerada internamente pelas sociedades de tais nações.

[...] Todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. *A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX, 2011, p. 864).

Desde o século XVI, é possível observar o capital mercantil da Europa se aproximando do ápice de sua importância. Nesse período, formam-se as bases para o mercado internacional capitalista, a partir do sistema de dominação colonial. O capital comercial figurava em destaque, junto à coroa, com a presença financeira dos banqueiros. Antes da consolidação da forma do Estado moderno e desenvolvimento dos sistemas modernos de tributação, os custos de sua atuação interna e externa eram majoritariamente financiados pelos banqueiros que, já nos tempos áureos da nobreza, possuíam proximidade às autoridades políticas e algum poder de

barganha junto às mesmas. Se estabelecia uma disputa entre os Estados engajados em empreendimentos coloniais, bem como a competição de capitais no âmbito internacional. Tanto nas expropriações, quanto na formação de regulações sociais visando adequação da população ao novo regime de produção que se desenvolve, o papel do Estado foi marcante. O sistema colonial também constituiu importante alavanca nos processos de concentração e acumulação de capital, com o Estado assumindo papel central. O comércio monopolista garantiu mercados para as manufaturas em expansão nas metrópoles. Além disso, os processos de colonização foram marcados pela pilhagem de recursos, escravismo e outras formas de barbárie, em benefício da acumulação nas potências europeias (MARX, 2011).

Os monopólios criados nos domínios coloniais constituíram fontes de enriquecimento virtualmente inesgotáveis. Governantes de áreas coloniais tomavam parte em negócios particulares, preços eram fixados unilateralmente com força de decretos legais, enfim, uma série de métodos perversos permitia a criação de grandes fortunas com gastos mínimos. Na Índia, por exemplo, Marx (2011) faz referência à retirada do arroz do mercado para elevação de seu preço, deixando milhões de mortos pela fome. As sociedades monopolistas constituíam poderosas alavancas de concentração do capital, asseguravam mercado às manufaturas em expansão, além de fazer fluir para as metrópoles recursos oriundos da pilhagem e produção escravagista, onde transformavam-se em capital (MARX, 2011).

Além do sistema colonial, a formação das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo foram importantes meios de acumulação primitiva. A dívida pública, segundo Marx (2011, p. 868), constitui-se em uma “das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva”. Aparece como um serviço de capital que cai do céu, em que os capitalistas não tinham efetivamente de desembolsar nada, uma vez que seus empréstimos davam origem a títulos negociáveis e de crescente aceitação, além de constituírem direitos sobre parte do produto nacional futuro. Cria-se, com o desenvolvimento da dívida pública, uma classe de capitalistas ociosos, intermediários financeiros entre Estado e nação (MARX, 2011).

O período dos empreendimentos coloniais, apresentando um crescimento expressivo das dívidas nacionais, foi decisivo na estruturação de um sistema financeiro capitalista. Cresceu, com a dívida pública, um sistema internacional de crédito, frequentemente mascarando fontes de acumulação primitiva. O crescimento da dívida pública impulsiona o desenvolvimento de um sistema bancário capitalista, que servirá de alavanca para a acumulação de capital. Além do mais, o crescimento da dívida pública é complementado, inevitavelmente, pelo desenvolvimento do sistema moderno de tributação, que termina incidindo principalmente

sobre os meios básicos de subsistência, contribuindo para a expropriação progressiva dos trabalhadores (MARX, 2011).

Com tão imenso custo, estabeleceram-se as “eternas leis naturais” do modo capitalista de produção, completou-se o processo de dissociação entre os trabalhadores e suas condições de trabalho, os meios sociais de produção e de subsistência se transformaram em capital, num polo, e, no polo oposto, a massa da população se converteu em assalariados livres, em “pobres que trabalham”, essa obra-prima da indústria moderna (MARX, 2011, p. 873).

A formação de dívidas externas nos países de desenvolvimento tardio constitui, há séculos, um dos principais meios de pilhagem de recursos. Ao mencionar as formas de pilhagem associadas ao colonialismo e ao sistema moderno de crédito como processos que tomam parte na acumulação primitiva, Marx refere-se a movimentos que se mantêm, sob formas mutáveis, com o desenvolvimento capitalista. Remetem a mecanismos vigentes de expatriação de recursos, construídos sobre assimetrias de poder, econômicas e políticas, e nas múltiplas combinações adquiridas pelos processos desiguais de desenvolvimento. Embora o período do colonialismo tenha sido superado historicamente, seus reflexos se fazem presentes nas sociedades que se formaram, no caráter dependente do desenvolvimento.

2.1.5 Comentários adicionais

A acumulação primitiva, em Marx, não remete à gênese do capital, que já se manifestava nas formas comercial e usurária, mas à origem de uma sociedade orientada em torno da relação-capital. A análise descritiva de Marx indica um conjunto de elementos que participaram a formação de uma sociedade capitalista na Inglaterra. Dessa maneira, pode ser chamado de acumulação primitiva não o ponto de partida para a acumulação de capital, mas o ponto de partida do “modo de produção capitalista”, que já implica em uma generalização da produção de valores por meio da exploração, ou à origem histórica de uma sociedade capitalista, uma sociedade que tem como base material o modo de produção capitalista.

Se a acumulação primitiva não decorre do modo de produção capitalista, não poderia estar presente na teorização abstrata quanto às características definidoras da sociedade capitalista. Nem por isso se poderia considerar a continuidade de estratégias semelhantes àquelas que aparecem nos episódios da acumulação primitiva como algo incompatível com a teoria de Marx. E, se tais estratégias permanecem, e novas formas violentas, fraudulentas e predatórias de acumulação surgem com o pleno desenvolvimento capitalista, é importante

buscar compreender como se articulam com a acumulação de capital, que tem a exploração como base.

A acumulação primitiva, enquanto processo histórico, é abordada em Marx (2011) a partir de sua teorização a respeito do capital e do modo de produção capitalista. Não aponta uma trajetória histórica que seria necessariamente percorrida para o desenvolvimento de uma sociedade capitalista, mas para os aspectos fundamentais da transformação ocorrida na Inglaterra, que fornecem os elementos necessários para a reprodução do capital sob condições internalizadas. No lugar de posicionar-se com uma teoria geral do desenvolvimento capitalista, Marx ressalta a separação entre trabalhadores e meios de produção como condição primordial, uma vez que, conforme visto, tal separação faz parte da composição do conceito de capital. Sob a discussão da acumulação primitiva, Marx procura indicar, primeiro, os meios através dos quais essa separação se concretizou, possibilitando o nascimento da primeira sociedade capitalista, a partir de múltiplos processos intermitentes que tinham como produto a liberação de trabalhadores e o esvaziamento das terras. A generalização das relações capitalistas pressupõe a generalização da separação entre trabalhadores e meios de produção, que é, dessa forma, o primeiro foco de sua análise descritiva: a expropriação dos camponeses.

O capítulo sobre a “chamada acumulação primitiva” (MARX, 2011) pode ser considerado o único capítulo de O Capital em que as codeterminações entre política e economia se articulam de maneira central. A história da acumulação primitiva a que se refere Marx é resultado da combinação de múltiplos processos, que culminaram na formação de uma sociedade, em geral, orientada para o capital. Somente através da violência direta empregada pelos que se apropriaram das terras e a violência das leis que asseguraram a disponibilização de trabalhadores que o acúmulo de riquezas pôde converter-se em capital, de modo que os atos e estratégias “extraeconômicos” empregados na acumulação primitiva foram determinantes para a acumulação capitalista. A expropriação camponesa conecta-se a um ponto focal da acumulação primitiva, significativo para o conceito de capital, a separação, mas é um dentre múltiplos processos transformadores interligados que originam o capitalismo, não podendo ser separada do nascimento de uma institucionalidade capitalista, por exemplo. Essa institucionalidade adentra a cultura, a educação, os sistemas legais e disciplinares, a atuação política. Na acumulação primitiva, o exercício de diversos poderes, governamentais ou não, aparece como requisito para a formação e reprodução do capital. O resultado é a possibilidade da reprodução expandida de capital, de modo que a funcionalidade de tais dispositivos para o capital é dar-lhe base, determinar-lhe a existência.

As alavancas à acumulação presentes no período histórico originário do capitalismo já combinavam a exploração com as estratégias “idílicas” da acumulação primitiva. Em seu relato da “chamada acumulação primitiva”, Marx aponta, durante a fase primeira do desenvolvimento capitalista, a coexistência de estratégias e práticas violentas e predatórias com a acumulação que ocorria já por meio da exploração. O que distingue o momento histórico da acumulação primitiva daquele em que predomina a acumulação capitalista é o papel determinante desempenhado por tais dispositivos. Embora seus exemplos descritivos nos demais capítulos coloquem em cena configurações e estratégias políticas que exercem um papel na reprodução de capital, não são articuladas como determinantes para a acumulação capitalista. São descritas a partir de seus efeitos, sua funcionalidade para o capital, que já se tornou forma social preponderante. Posto dessa forma, as estratégias políticas aparecem de maneira geral como manifestação dos interesses de frações da classe capitalista, movidas pelo capital, algo compreensível uma vez que a discussão é construída em torno da acumulação de capital.

Uma controvérsia de grande importância na discussão sobre a acumulação primitiva diz respeito ao alcance histórico-temporal da mesma. A acumulação primitiva iniciou-se antes que a reprodução capitalista se tornasse motor social, constituindo o processo histórico que lhe dá ignição. Não é uma decorrência do capitalismo, o que não implica, no entanto, em um desaparecimento sob a reprodução social capitalista. É certo que nem tudo que ocorre desde o desenvolvimento do modo de produção capitalista pode ser considerado decorrência do capital, embora, na atualidade, pouco ocorra no mundo sem alguma relação com a acumulação capitalista.

Tais mecanismos formalmente distintos de acumulação não apenas coexistem no processo de desenvolvimento capitalista, mas se condicionam mutuamente. O acúmulo de capital e a busca pelo lucro condicionaram o chamado movimento dos *enclosures*, que gerou a expropriação de grande parte do campesinato britânico. Da mesma forma, as legislações sanguinárias, a liberação de terras e de força de trabalho, a consolidação da propriedade capitalista, tudo isso fazia alimentar a acumulação por meio da reprodução expandida, de características especificamente capitalistas, de modo que os atos e estratégias políticos que impulsionam a acumulação primitiva já são codeterminados pelas formas sociais capitalistas.

A disponibilização de trabalhadores “livres” por meio da espoliação é elemento contínuo no desenvolvimento capitalista, uma vez que, se começou a ocorrer em um período onde as formas do capital ainda ocupavam posição social periférica, as expropriações perduraram e continuaram a ser impulsionadas sob a hegemonia capitalista. No desapossamento de terras para utilização em atividades rentáveis e na “função” da acumulação primitiva de

disponibilizar trabalhadores para a produção capitalista o sentido das espoliações aponta inevitavelmente para o capital. Embora seja considerada parte em um processo que dá origem à acumulação capitalista, a separação progressiva entre trabalhadores e meios de produção, que já era alavancada pela atuação das forças do mercado, permaneceu enquanto tendência histórica do desenvolvimento capitalista.

A produção agrícola capitalista surge antes que se concretize a dissolução completa das formas de produção familiar que existiam na Inglaterra rural, de modo que a expropriação de camponeses não pode ser considerada apenas anterior à acumulação capitalista. No entanto, por ter se iniciado quando as formas de produção capitalistas ainda não haviam se estabelecido de maneira ampla, a expropriação camponesa não poderia ser uma decorrência da acumulação capitalista. Os processos de expropriação fazem parte da descrição de Marx da acumulação primitiva, em busca das bases históricas para a situação social que se apresentava, de dependência geral dos trabalhadores em relação ao trabalho assalariado.

A espoliação dos trabalhadores diretos realmente existente, no entanto, não ocorre de maneira absoluta, como o conceito geral poderia indicar. A separação, teoricamente, é uma designação que toma parte no conceito de capital, definindo que, concretamente, há trabalhadores disponíveis em situação de dependência para a acumulação capitalista. A dependência dos trabalhadores em relação ao trabalho assalariado pode, por sua vez, ser observada sob distintas formas e intensidades. Famílias trabalhadoras ainda realizam formas de trabalho direto, como o trabalho doméstico, como regra, feminino. O que seria cozinhar, preparar alimentos, senão uma forma de trabalho direto, que pressupõe a posse de meios para realizá-lo? Além do trabalho familiar no âmbito doméstico, que pode ou não ser remunerado, há uma série de outros meios, remanescentes ou novos, encontrados pelos trabalhadores para obter parte de seu sustento de maneira direta.

Em uma sociedade capitalista, o trabalhador, em geral, não possui meios para ser independente em relação ao trabalho assalariado, muito embora haja exceções à regra. Entre a dependência completa e a independência há diversas configurações sociais particulares, em que o trabalho direto pode ter papel mais ou menos preponderante para a reprodução familiar. Embora a expansão virtualmente ilimitada da produção capitalista carregue uma tendência de dissociação das demais formas de produção e disponibilização progressiva de matérias-primas e trabalhadores, a história é marcada por especificidades e relações contraditórias. Um grau de dependência intermediário em que o trabalhador é compelido a vender sua força de trabalho para complementar sua subsistência, mas possui capacidade parcial de produzir para si, por exemplo, representaria uma possível redução nos custos de reprodução da força de trabalho

arcados pelo capitalista. Se os trabalhadores são independentes, no entanto, dificilmente vendem sua força de trabalho, a menos que isso lhes represente uma vantagem significativa, o que pode ser uma barreira para a acumulação de capital. Entre os extremos há múltiplas formas de trabalho direto que fazem parte do cotidiano dos trabalhadores assalariados, que, se não realizados, incorreriam em um aumento do custo de reposição da força de trabalho para os capitalistas, e, por outro lado, em um aumento do consumo via mercado dos trabalhadores.

A acumulação primitiva em Marx representa, além de uma contribuição para a compreensão da relação em que se opõem capital e trabalho, uma descrição das origens do desenvolvimento capitalista que toma como exemplo a Inglaterra, precisamente por já estar constituída como nação capitalista. Embora cumpra um objetivo, que é explicar a origem das condições históricas que justificam a pesquisa de Marx, não se trata de um trabalho teórico no sentido de indicar determinações e “leis” do desenvolvimento das sociedades capitalistas. A análise descritiva ilustra como o capital, enquanto categoria que designa relações sociais de caráter específico, veio a se tornar uma força hegemônica na sociedade que toma como exemplo.

Uma questão a ser levantada diz respeito às interações geopolíticas e sociais a que estava sujeita a sociedade inglesa, em seu contato com o exterior. Por ser construída em torno de relatos sobre a Inglaterra, a narrativa da acumulação primitiva pode obscurecer fatores externos, embora Marx tenha apontado a interação entre os processos de acumulação primitiva e a espoliação de riquezas nas colônias, podendo vir a constituir capital nas metrópoles. A acumulação primitiva é descrita a partir de transformações socioeconômicas internas, embora apareçam as relações geopolíticas e econômicas em escala transnacional. Nessas relações, aparecem sobretudo as demais nações avançadas, já em vias de um desenvolvimento capitalista, enquanto as colônias aparecem como espaços passivos à extração de riquezas.

Se as transformações internas na Inglaterra e demais países europeus citados por Marx designam a origem do capitalismo, as demais regiões aparecem apenas na posição de receptoras, tomando parte em relações onde constituem o “outro”, sujeito aos interesses extrativistas e à incorporação à reprodução social capitalista em escala mundial. Esse outro, no entanto, embora tenha sido alvo da dominação colonial, fornecendo recursos que alavancaram o desenvolvimento capitalista, também tomou parte em processos que influenciaram de outras maneiras as sociedades europeias. Outras sociedades comerciais, como as do Oriente, com seus interesses econômicos e geopolíticos, vieram a exercer influência sobre as sociedades da Europa Ocidental, participando das transformações sociais que tomaram a forma de uma acumulação primitiva. A estrada da seda, por exemplo, contribuía para uma configuração

histórico-geográfica de maior conectividade entre as sociedades da Eurásia (ANIEVAS, NIŞANCIOĞLU, 2015).

O que procura demonstrar essa perspectiva adicional é que os processos internos de desenvolvimento das sociedades são condicionados por condições geopolíticas externas. As diferentes configurações sociais dos países, em contato, condicionam de maneira dinâmica os processos particulares de transformação social. Marx fala em relação dupla, a metabólica, entre humanidade e a natureza, e aquelas entre pessoas de uma sociedade. Sob a perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado, haveria ainda uma terceira dimensão a ser considerada, que seriam as relações entre as sociedades. Reconhecer que sociedades periféricas sob uma perspectiva eurocêntrica possam ter cumprido papel no processo histórico que desencadeia o desenvolvimento capitalista é também reconhecer os limites de uma análise histórica quanto à origem da modernidade que se dedique exclusivamente ao surgimento do capitalismo dentro das fronteiras restritas de uma economia nacional, ou da Europa ocidental, por serem demasiado reduzidas diante das complexas relações que teceram a história do capitalismo. Essa teia complexa de relações, em seu âmbito internacional, determinante para o desenvolvimento originário do capitalismo, pode, se decifrada, dar luz a novas possibilidades de compreensão sobre a sociedade atual.

A ressignificação da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, a partir da contribuição de Trotsky (1977), pode ser posta a serviço de um aprofundamento da compreensão do processo histórico que deu origem à sociedade capitalista. A ideia de desenvolvimento desigual e combinado enfatiza a multiplicidade de relações entre configurações sociais particulares que emergem no interior das sociedades ou entre elas. Essa abertura conceitual permite a observação de relações complexas que tem tomado parte na história do desenvolvimento capitalista através das mais diversas sociedades, considerando esse processo como irredutível a uma sequência pré-definida de formações socioeconômicas.

O desenvolvimento assim considerado possui um importante componente relacional, em que os sistemas econômicos, culturais e políticos interagem produzindo transformações em suas configurações sociais mais amplas, com subprodutos singulares. A desigualdade e combinação refere-se não apenas a um aspecto transnacional, mas a processos que ocorrem dentro das fronteiras nacionais, em que interagem configurações sociais particulares, diferentes. Sob essa perspectiva, argumenta-se que um processo histórico é sempre resultado de uma multiplicidade de espacialmente diversas e não-lineares potências de transformação, combinadas em quaisquer conjunturas, sugerindo a necessidade de analisar a história sob

múltiplas perspectivas para que sejam decifradas as correntes complexas e não-lineares de causalidade em torno de fenômenos históricos (ANIEVAS, NIŞANCIOĞLU, 2015).

Não obstante esteja preocupado em oferecer uma análise descritiva da origem do capitalismo, e enfatize a formação das classes sociais que caracterizam o modo de produção capitalista, Marx (2011) é cuidadoso o suficiente para não sugerir um posicionamento temporal específico enquanto “ponto de partida para a acumulação capitalista”. Sua narrativa é composta por processos não-lineares, que teriam levado, em sua conjunção codeterminante, ao desenvolvimento capitalista, isto é, a um desenvolvimento mediado pelo modo de produção capitalista, orientado pela relação-capital. O distanciamento em relação a historiografia, tratando-se de uma análise descritiva, realizada sob as lentes teóricas de sua crítica da economia política, com ênfase na relação-capital, torna a acumulação primitiva uma categoria complexa, sujeita a diferentes interpretações.

2.2 INTERPRETAÇÕES E CONTROVÉRSIAS A RESPEITO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

A separação entre trabalhadores e capitalistas, resultado de uma conjunção de processos descritos sob a rubrica da acumulação primitiva, dá origem à oposição entre capital e trabalho nas relações capitalistas de produção: de um lado, uma massa de despossuídos, cuja sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho; do outro, os proprietários dos meios de produção, que buscam ampliar sua riqueza a partir da contratação de trabalhadores assalariados, continuamente alienados dos produtos de seu trabalho. Para além de uma precondição histórica, a separação entre trabalhadores e meios de produção faz parte da composição do núcleo conceitual do capital, sendo assim um dos aspectos determinantes da reprodução capitalista. Os processos históricos que conjuntamente levam ao desenvolvimento da sociedade capitalista são diversos, envolvendo estratégias e mecanismos coercitivos, espoliativos, e disciplinares, por parte de frações da nascente classe capitalista, realizados em combinação com a atuação do Estado, marcada pela violência contra os trabalhadores, internamente, e contra os nativos nas relações coloniais. A descrição feita por Marx da acumulação primitiva, segundo Harvey (2009), revela um leque amplo de processos. Dentre estes, a privatização da terra e sua transformação em mercadoria, e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, e outras) em direitos de propriedade privada; a proletarianização dos camponeses, a alienação social dos trabalhadores, tornando-se meros portadores da mercadoria

força de trabalho, com a supressão de formas alternativas de produção e consumo; os processos coloniais e imperiais de apropriação de ativos; a monetização das trocas e a taxação da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e, em última análise, o sistema de crédito como meios de acumulação primitiva.

A acumulação primitiva de Marx, por se desenhar como um tema quase anexo ao sentido geral da obra, não implicado nas decorrências da acumulação capitalista, captou a atenção de alguns teóricos, dando origem a diferentes interpretações. Há interpretações de Marx que dão vazão à ideia de que, uma vez “normalizada” a produção capitalista, os métodos brutais presentes na acumulação primitiva desapareceriam, passando a realizar um papel acessório, uma vez que o “autômato” do mercado capitalista reproduziria em si a relação-capital. Para Perelman (2000), a primazia da acumulação de capital por meio da exploração seria o motivo pelo qual Marx teria subestimado o papel das práticas predatórias típicas da acumulação primitiva no decorrer de *O Capital*. O retrato da violência e brutalidade da acumulação primitiva contrasta com o restante da obra, cuja mensagem principal atesta que uma supremacia aparentemente justa e objetiva do capital necessariamente levaria a uma exacerbação da exploração e a uma série de mazelas sociais.

Relegar os métodos de espoliação presentes na acumulação primitiva a um passado superado, após a “normalização” do modo de produção e apropriação capitalista, seria um erro, que, sob o ponto de vista do presente autor, não foi cometido por Marx. Demasiada atenção aos métodos e estratégias brutais da apropriação capitalista poderia reforçar a ideia de que seria possível um capitalismo justo, desde que os métodos e estratégias nitidamente cruéis fossem coibidos. Com ênfase na “compulsão silenciosa” dos mercados, na violência e nas injustiças *veladas* no seu funcionamento cotidiano, buscando compreender de maneira profunda o funcionamento da produção capitalista, Marx limitou estrategicamente o alcance de sua análise da acumulação primitiva (PERELMAN, 2000).

Ressalta Marx (2011) que, uma vez consolidado o capitalismo, o funcionamento dos mercados seria em si uma forma muito mais efetiva de manutenção e ampliação da exploração dos trabalhadores. Embora tais estratégias predatórias apareçam na narrativa da acumulação primitiva sobretudo de maneira descritiva, não imbricadas de maneira direta nas determinações abstratas do capital, elas não estiveram, na história do capitalismo, restritas ao momento de sua origem. A abstração mais geral em que aparece o capital - uma sociedade separada em duas classes, onde os trabalhadores são considerados completamente despossuídos e sujeitos a uma dependência completa do trabalho assalariado - oculta uma série de mecanismos e estratégias predatórias que, não obstante, permanecem com a “normalização” da produção capitalista.

Cabe realizar uma leitura crítica de que, embora desapareçam à primeira vista nas abstrações e categorias empregadas por Marx, o mesmo jamais afirma que o desenvolvimento capitalista elimina a violência, a predação e a fraude.

Por dizer respeito a aspectos tão diversos e relevantes para as sociedades, a acumulação primitiva veio a ser empregada como uma categoria que já não mais diz respeito à origem do capitalismo, mas ao seu funcionamento, combinando dispositivos de naturezas diversas com a reprodução expandida do capital por meio da exploração. O período recente tem dado origem a manifestações predatórias da reprodução social capitalista, em processos como a privatização de bens públicos e recursos naturais, desapossamentos, perda de direitos trabalhistas, para não falar nas fraudes e predação no âmbito das finanças capitalistas. Foi pela notável semelhança entre processos intensificados no capitalismo neoliberal e aqueles presentes na descrição de Marx (2011) da acumulação primitiva que o tema readquiriu algum destaque nas últimas décadas. Trabalhos como os de De Angelis (2001) e Perelman (2000) buscam examinar algumas das dimensões do significado da acumulação primitiva em Marx. O primeiro posicionando a acumulação primitiva enquanto categoria teórica em relação ao restante da obra de Marx, o segundo situando a relação entre a categoria e as diferentes configurações da divisão social do trabalho. Outros autores, como Fontes (2010) e Harvey (2009), embora não utilizem o termo empregado por Marx (2011) como uma base conceitual, referem-se à discussão quanto aos processos que tomam parte na acumulação primitiva para buscar a compreensão de um período histórico recente que traria, através de processos de inter-relações distintas, a marca das expropriações.

Marx (2011) enfatiza, em seu relato da acumulação primitiva, a separação entre trabalhadores e meios de trabalho, isto é, a origem da classe trabalhadora e de suas amarras em relação ao capital. Algumas análises têm identificado processos atuais que desempenham a função de disponibilização de trabalhadores, além de apresentarem, não raro, métodos próximos àqueles que aparecem no relato dos *enclosures* ingleses (FONTES, 2010; DE ANGELIS, 2001). Além disso, análises ativistas da periferia do capitalismo global têm assumido uma visão crítica quanto à penetração das relações sociais capitalistas e as expropriações, afastando-se cada vez mais de uma noção que associa progresso à história da humanidade, realizando uma crítica incisiva às visões acerca do caráter positivo do desenvolvimento capitalista em meio à demanda por configurações sociais mais igualitárias.

Há autores que têm aberto o questionamento quanto à continuidade da acumulação primitiva, em uma relação dialética que envolveria as formas sociais capitalistas e um “outro”, externo a si. Rosa Luxemburg pode ser considerada precursora dessa vertente de pensamento

com sua obra *A Acumulação do Capital* (LUXEMBURG, 1988), em que fez referência a uma necessidade de interação das sociedades capitalistas com formações sociais distintas para a realização da mais-valia. Aqueles que podem ser indicados como “herdeiros” da autora guardam, de sua análise, a identificação quanto a continuidade da interação de caráter predatório entre o mercado capitalista e um “outro”. Nem todos os que levam adiante essa dialética interno-externo, no entanto, fazem uso da categoria da acumulação primitiva, como Harvey (2009), que propõe o conceito da acumulação por espoliação.

Uma forma de considerar a hipótese de continuidade da acumulação primitiva é abordá-la como categoria que designa formas de acumulação que não estão circunscritas à exploração, separando os mecanismos de acumulação em duas categorias: a reprodução ampliada e a acumulação primitiva. Essa linha de interpretações, contrapondo-se à noção restrita ao sentido de acumulação originária, faz referência a mecanismos, estratégias e processos correntes em algum grau semelhantes àqueles presentes na acumulação primitiva, de maneira que a categoria já não diz respeito tão somente à transição social para o capitalismo. Autores como Perelman (2000) e De Angelis (2001) fazem referência a formas de expansão do capitalismo, extensivas geograficamente e intensivas socialmente, através das quais as relações capitalistas continuariam a se propagar e reforçar sua base social, enquanto formas contemporâneas de acumulação primitiva.

Cabe ressaltar que o contexto histórico atual é bastante distinto daquele a que Marx se referia em sua narrativa da acumulação primitiva. Embora processos recentes possam se aproximar das estratégias da acumulação primitiva, as forças sociais que lhes impulsionam dificilmente são as mesmas. Se Marx (2011) falava em uma pré-história do capital, quando a produção capitalista ainda era uma força em ascensão, vivemos hoje o tempo de um capitalismo mundializado, hierarquizado e marcado pela grande concentração de capital monetário. Se há hoje dispositivos operantes nos âmbitos da disponibilização de trabalhadores e liberação de novos ativos e espaços para a acumulação de capital, que remetem às expropriações camponesas que marcaram a história da acumulação primitiva, são orientados para a reprodução social capitalista, de modo que sua compreensão exige a análise de suas relações com o funcionamento da acumulação capitalista.

2.2.1 Acumulação primitiva e a divisão social do trabalho

O processo de acumulação primitiva não estaria, segundo Perelman (2000), restrito ao período anterior à época da economia política clássica. Estaria presente em tempos modernos,

como na Inglaterra e em outros países de capitalismo avançado, onde a conversão de agricultores em proletários continuou pelo século XIX e XX. Essa transformação incluiria, mesmo sob o regime capitalista, mais que a “compulsão silenciosa” das forças de mercado, exemplificado no crucial suporte governamental em pesquisa e desenvolvimento que desloca a balança em favor da agricultura de grande escala (PERELMAN, 2000).

Além disso, a acumulação primitiva não pode ser vista como algo restrito à agricultura, pois esteve presente em inúmeros setores da economia, incluindo os tecidos urbanos. Os trabalhadores urbanos ainda possuem certos meios de provisão, com os quais realizam trabalho para si e suprem parte de suas necessidades por vias distintas da produção de alimentos. A espoliação de tais meios de provisão produz maior dependência dos trabalhadores em relação ao mercado, da mesma maneira que ocorre com a expropriação dos meios de produção de alimentos (PERELMAN, 2000).

A discussão nos moldes propostos por Perelman (2000) sugere uma conexão inseparável entre o trabalho assalariado e as formas de trabalho doméstico e familiar. O conceito de divisão social do trabalho aparece em um sentido amplo, que transcende a divisão social do trabalho no ambiente da relação social propriamente capitalista, compreendendo os meios de trabalho remanescentes e aqueles conquistados pelos trabalhadores, constituindo importante categoria da economia política para compreender a continuidade da acumulação primitiva. A reestruturação da vida familiar moderna através do deslocamento de mecanismos de auto-provisão para o domínio da acumulação capitalista é interpretada pelo autor como uma variante contemporânea do processo de acumulação primitiva, através do qual cresce a massa de pessoas trabalhando por salários.

A necessidade de comprar certos serviços e bens que antes podiam ser produzidos diretamente compelem pessoas a vender força de trabalho. Tais processos são sinérgicos, uma vez que trabalhadores que realizam mais trabalho para o capital possuem menos tempo para realizar atividades complementares que são essenciais para seu sustento, o que faz com que mais atividades antes presentes nas unidades familiares sejam transferidas para o domínio dos mercados. Um exemplo disso seriam as creches, bem como a proliferação de restaurantes de *fast-food*, os quais prosperam precisamente na impossibilidade de conciliação do extenso dia de trabalho com as tarefas domésticas básicas como o preparo da alimentação.

Perelman (2000) enfatiza em sua reinterpretação que a separação da população de seus meios tradicionais de produção ocorreria ao longo do tempo de maneira gradual, pautada pela demanda do capital por trabalhadores. Uma acumulação primitiva de uma vez por todas iria contra os interesses do capital. No lugar disso, o capital buscaria manipular a extensão na qual

os trabalhadores teriam meios de auto-provisão a fim de obter as condições mais favoráveis. A acumulação primitiva permaneceria, para o autor, um conceito chave para a compreensão do capitalismo propriamente dito, e não somente sua fase particular associada à transição do feudalismo. Essa perspectiva sustenta que as formas de trabalho não assalariado, como aquelas para as quais o movimento feminista contemporâneo tem chamado atenção, como o preparo da alimentação e cuidado do lar, e demais formas de trabalho direto, jamais deixaram de ter papel importante para a reprodução capitalista, que pressupõe a reprodução da “mercadoria” força de trabalho.

O esquema abstrato representado por Marx tem como polos opostos o capital, sujeito histórico despersonalizado, e os trabalhadores. A condição dos trabalhadores, nesse esquema, é definida como a de sujeitos despossuídos, que nada possuem além de sua capacidade de exercer trabalho humano, a qual lhes permite obter seu sustento por meio do emprego assalariado. Sob tais condições gerais, o capitalista remunera o trabalhador com salário equivalente ao valor historicamente determinado da reprodução da força de trabalho. No entanto, determinada fração da classe capitalista pode, sob determinadas condições, pagar salários inferiores ao valor da força de trabalho. A expropriação final e completa das formas de produção direta nunca ocorreu. Diante de situações limite, como a necessidade imperativa de encontrar meios de auto-provisão além do salário, os trabalhadores manifestam a potência humana de encontrar alternativas variadas e criativas para sua sobrevivência. Além disso, certas formas de auto-provisão dos trabalhadores podem exercer efeitos benéficos para o capitalista, ao permitir o rebaixamento do custo da força de trabalho, uma vez que a sobrevivência do trabalhador e de sua família não dependeria somente de seu salário.

Glassman (2006) argumenta sobre a importância de variadas formas de trabalho social que não seriam pagas em sua totalidade pelo capital, mas seriam requeridas pelo capital. Essas formas variam desde a provisão de infraestrutura financiada pelo setor público, subsídios à pesquisa e desenvolvimento, a educação e treinamento de trabalhadores em instituições públicas, a implementação de políticas e legislações, às formas de trabalho doméstico atravessadas por questões raciais e de gênero. A consideração dessas diferentes formas não capitalistas de produção e reprodução social amplia o escopo em relação às discussões típicas da acumulação primitiva. Na tradição marxista autonomista, o reconhecimento dessas atividades de reprodução social e a maneira como elas seriam integrais para a acumulação formalmente capitalista levou à assertiva de que o capitalismo teria chegado a um estágio em que todas as atividades estariam subsumidas em processos que levam à produção e apropriação de mais-valor pelos capitalistas. Para Glassman (2006), não há motivos para supor que a classe

capitalista desejaria eliminar os processos formalmente não capitalistas de produção e reprodução social, uma vez que isso faria com que os capitalistas arcassem com todos os custos da reprodução social.

2.2.2 A separação como condição e base para a acumulação de capital

Em *A Acumulação de Capital* (LUXEMBURG, 1988), se faz presente a ideia de que seria imprescindível para produção capitalista o contato com formações sociais distintas, uma vez que seriam necessárias trocas entre a produção capitalista e a produção não capitalista para realizar a mais-valia. Essas relações, no entanto, não seriam baseadas em trocas de equivalentes, trazendo impactos profundos sobre as formações sociais com as quais entra em contato o capitalismo. Diante da resistência que surge de tais conflitos sociais, os Estados capitalistas historicamente recorreram à violência. Embora sua argumentação trate do contato com “outros” como meio de encontrar mercados consumidores, em torno de uma tese de subconsumo, Rosa Luxemburg (1988) traz à tona algo fundamental, i.e., requisitos externos para a produção capitalista como um elemento contínuo e inerente às sociedades modernas, em extensão mundial. Tais interações podem ser consideradas como uma acumulação primitiva inerente e contínua, cuja característica marcante é a da produção *ex-novo* da separação entre populações e seus recursos e meios de produção (DE ANGELIS, 2001).

Em oposição à acumulação propriamente dita, Marx (2011) define o que pode ser chamado de acumulação primitiva como a base histórica, no lugar do resultado histórico, da produção especificamente capitalista. Segundo De Angelis (2001), a acumulação de capital e a acumulação primitiva, embora compartilhem do mesmo princípio, a *separação*, apontam para duas distintas *condições* de existência. A acumulação primitiva implicaria na *produção ex-novo da separação*, enquanto a acumulação propriamente dita em sua reprodução, em escala ampliada. A diferença entre ambas não residiria primordialmente no período histórico em que tal separação ocorre, mas sob que condições e circunstâncias é realizada (DE ANGELIS, 2001).

O desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas faria com que desaparecesse a acumulação primitiva, enquanto a acumulação propriamente dita aparece como um resultado da presença do capital como relação social, a qual reproduziria as condições sociais sobre as quais se sustenta, isto é, a separação entre trabalhadores e meios de produção. No entanto, a produção *ex-novo* dessa separação implicaria a presença de forças sociais posicionadas fora do domínio restrito das relações de mercado. A produção de nova separação corresponderia, para

De Angelis (2001), à recriação da oposição entre trabalho e capital, à refundação do caráter alienado do trabalho no capitalismo.

A acumulação primitiva em Marx é integrada por processos instigados pela atuação de algum ator social, como o Estado ou determinadas frações de classe, voltados para o desapossamento de pessoas que tem alguma forma de acesso direto aos meios de produção. Pode tomar a forma de uma estratégia que visa espoliar e separar os trabalhadores dos meios de produção. Dessa forma, se podem extrair duas conclusões da reinterpretação da acumulação primitiva presente em De Angelis (2001): a separação não apenas indica a ruptura entre modos de produção, podendo estar presente em formações capitalistas avançadas quando se tratar da produção *ex-novo* da separação; as condições de realização de tal separação marcam a distinção entre a acumulação capitalista propriamente dita e a acumulação primitiva, a qual pode abrir rumos para destrinchar as diferentes formas que pode assumir a anterior.

A acumulação primitiva, na interpretação de De Angelis (2001), é a produção *ex novo* da separação entre produtores e meios de produção, representando, sob certas condições, uma estratégia. Esses processos ou estratégias podem assumir formas distintas. A historicidade do conceito residiria não no fato de constituir-se como acumulação que dá origem às relações sociais capitalistas, mas no fato de que a separação que dá sentido à acumulação primitiva é a base para que a acumulação de capital. A acumulação primitiva é definida em termos das precondições que são satisfeitas para a acumulação de capital, adquirindo uma dimensão temporal que é anterior ao estabelecimento do capitalismo, e que permanece mediando sua preservação e expansão, sempre que a resistência social dos produtores imponha obstáculos para a reprodução expandida do capital.

A interpretação de De Angelis (2001), ao dar vazão aos movimentos de resistência e reapropriação, aproxima-se da concepção de Polanyi (2012) do “duplo movimento”. O elemento contínuo da acumulação primitiva de Marx poderia ser identificado naqueles processos sociais e conjuntos de estratégias voltados para o desmantelamento das instituições de proteção social empregadas como meios de resistência aos imperativos dos mercados. As estratégias predatórias que ameaçam o controle direto sobre meios de reprodução social por parte dos trabalhadores podem ser atribuídas ao sujeito histórico despersonalizado central na análise de Marx, o capital, e sua avidez interminável por expansão, que se opõe às formas de reapropriação social. Sob tal perspectiva, o capital engaja-se continuamente em estratégias predatórias, possivelmente coercitivas, recriando as bases sociais da acumulação, de maneira que a acumulação primitiva se torna categoria central para a análise de classe da economia política do capitalismo contemporâneo.

2.3 CAPITAL, CAPITALISMO E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Marx não buscou elaborar em sua obra uma teoria geral da história e do desenvolvimento social. Muito embora sua filosofia, sob alguns olhares, possua ares teleológicos quanto a um possível sentido que pode ser atribuído à história, não é necessário concordar com o materialismo histórico-dialético e com as previsões de Marx, estratégicas e políticas, para que se admita o poder explicativo de sua teoria do capital. O que Marx observa, quando escreve sua obra, são maquinações sociais de indubitável força, resultando na rápida progressão da produção capitalista, a incorporação de cada vez mais trabalhadores assalariados, a reprodução da relação-capital em escala ampliada através de seu funcionamento econômico. O capital em pleno processo de reprodução aparece como um autômato destinado a condicionar os mais diversos aspectos das sociedades, evidenciando a potência social da acumulação capitalista aos olhos do autor, a quem urgia compreendê-la.

Marx (2011) construiu uma teoria geral da acumulação capitalista, buscando decifrar essa potência, constituída em torno do capital, que parecia determinar a totalidade da vida social. O conteúdo da obra de Marx gira em torno do conceito de capital enquanto relação social dotada de determinações e particularidades, manifestas na oposição que caracteriza a produção capitalista, entre capital e trabalho. O chamado modo de produção capitalista, por sua vez, designa uma generalização das formas produtivas que tem como base a relação-capital. Referir-se a capitalismo, de uma ou mais sociedades, por sua vez, implica em um olhar que deve abarcar aspectos sociais de maior complexidade, não necessariamente interiorizados no conceito de capital.

O capital constitui-se em conceito geral, captando aspectos essenciais do funcionamento das sociedades capitalistas. Não representa, no entanto, todos os aspectos de uma sociedade, uma vez que as particularidades das configurações sociais não podem ser expressas nos mesmos termos gerais. No entanto, não resta dúvidas que, na recente história da humanidade, qualquer sociedade está sujeita à influência daquelas forças sociais que Marx procurou decifrar em sua teoria. As formas específicas com que ocorre o desenvolvimento capitalista não são reflexo direto das determinações gerais do capital, tampouco são compreendidas sem que se tenha em mente o funcionamento da reprodução do capital.

Um ponto que deve ser considerado com clareza diz respeito ao grau de abstração adotado na análise de Marx. O método de estudo adotado por Marx propõe-se a partir da realidade, isto é, daquilo que transparece na experiência histórica, e, a partir da crítica da aparência, desvelar aspectos ocultos. As categorias que compõe o núcleo conceitual do capital

constituem-se por abstrações sucessivas, das quais derivam-se as chamadas determinações. O sentido das abstrações, por outro lado, valida-se na história a que se propõe explicar. Na construção teórica, são realizados sucessivos “retornos” às condições históricas que embasam as construções conceituais, incorporando novos elementos e articulando teias de relações compreendidas em diferentes graus de complexidade.

É o grau de abstração do conceito de capital que possibilita sua aplicação geral, sob distintas configurações. Não obstante, uma leitura mecânica a partir da abstração pode levar a análises que obscureçam configurações sociais particulares, que em suas interações resultam em processos históricos diferenciados. As leis inerentes à acumulação de capital podem ser aplicadas a distintas sociedades onde a produção capitalista é predominante. No entanto, a compreensão de uma economia política, suas configurações sociais internas, e geopolíticas, só é aprofundada indo além das determinações gerais, levando em conta as particularidades da sociedade sob análise. Enquanto o conceito geral de capital é aplicável em inúmeros contextos, a descrição da acumulação primitiva teve de recorrer às conjunturas e configurações sociais específicas que deram origem ao capitalismo inglês, descritas sob distinto grau de abstração.

Enquanto representação de um sistema social complexo, o capitalismo não é redutível às determinações do capital, muito embora este seja descrito como relação social. Há uma série de configurações sociais contraditórias que se condicionam ao longo da história do capitalismo, em seu momento de fundação e em sua expansão desigual e combinada através do planeta. As demais sociedades que se tornam sujeitas à hegemonia do capital, embora possuam uma mesma orientação geral, apresentam configurações sociais particulares, distinções em seus territórios geográficos, em suas culturas, em sua política, na distribuição da propriedade, enfim, fatores institucionais que transformam e são transformados pelo capital, dando origem a “capitalismos”.

Uma definição alternativa, capaz de abarcar teias mais amplas de relações sociais, possibilitaria uma compreensão do capitalismo que abarca aspectos além daqueles que compõe a definição de capital. Essas configurações sociais mais amplas manifestam-se sob formas diversas, como o desenvolvimento do aparato estatal, hegemonia cultural, ideologia, formação de consenso, e formas de poder e exploração que não constituem decorrências diretas da relação-capital, todas cruciais para a reprodução das bases sociais para a acumulação capitalista. É no âmbito mais amplo da reprodução social capitalista que se desenvolvem os dispositivos semelhantes àqueles a que Marx faz referência em sua descrição da acumulação primitiva.

Tomar uma definição mais aberta de capitalismo, no entanto, é apenas um passo primário. Não basta admitir a complexidade do capitalismo para compreendê-la. Não obstante,

é somente admitindo aspectos que vão além daqueles que aparecem na esquematização da reprodução expandida do capital que se pode avançar nesse sentido. Todas as esquematizações parciais que aparecem na obra de Marx cumprem objetivos provisórios em sua análise, são apenas métodos que se propõem à compreensão de determinadas dimensões da totalidade social a partir de abstrações. Isso não quer dizer, no entanto, que os pressupostos presentes nas abstrações devem ser tomados como verdade, por mais que as mesmas sirvam ao propósito explicativo para o qual foram empregadas.

A leitura da sociedade moderna feita por Marx a partir de sua conceptualização do capital não pode ser considerada econômica, ao menos não no sentido mais usual que é atribuído à economia enquanto área de estudos. Trata-se de um trabalho de Economia Política, uma disciplina que por definição não dissocia aquilo que é econômico dos aspectos sociais e políticos. Embora se possa argumentar que a obra de Marx é um tratado sobre a economia capitalista, sua definição designa o capital propriamente como relação social. Essa relação social, e sua reprodução, material, mas nunca somente econômica, representam o aspecto central de uma institucionalidade capitalista. Não obstante seja relação hegemônica em uma sociedade capitalista, elemento influente em todas as configurações sociais que existem sob o capitalismo, o capital é reproduzido em distintas sociedades, dotadas teias relacionais particulares que codeterminam seu desenvolvimento histórico.

O relato de Marx da acumulação primitiva ilustra formas de expropriação e acumulação por meio da predação e fraude, fundamentais para o desenvolvimento do modo de produção e apropriação capitalista, mas que não decorrem dele. Isso não significa, no entanto, que a acumulação pela “predação e pela fraude” deixe de existir com o desenvolvimento do capitalismo, apenas que a existência dessas estratégias e processos não é manifestação singular daquilo que define a relação social do capital. Nem todas as formas de acumulação que podem ser observadas ao longo da história do capitalismo podem ser consideradas decorrência direta das determinações singulares do capital compreendidas por Marx (2011). Ainda que não apareçam como decorrência direta do funcionamento do capital como definido pelo autor, estratégias predatórias de acumulação continuaram a ocorrer com o pleno desenvolvimento capitalista, desenvolvendo uma teia de novas relações com a acumulação de capital por meio da exploração.

Uma distinção que se pode fazer, colocando lado a lado a acumulação primitiva e a reprodução do capital é que no primeiro caso, quando da origem histórica do capital, havia nos processos sociais uma manifesta intencionalidade, pautada por estratégias e interesses que não tinham ressalvas com a utilização de métodos violentos, voltadas à acumulação. Com o

desenvolvimento capitalista em voga, no entanto, a violência, embora siga atuando na reiteração das relações sociais capitalistas, passaria a ter um caráter secundário, segundo Marx (2011), uma vez que a própria produção capitalista consistiria em método mais efetivo de reproduzir a relação-capital. Essa maior efetividade, pode-se argumentar, deriva precisamente da ausência da necessidade de intencionalidade política para que ocorra o desenvolvimento capitalista. Sempre estão em disputa, no entanto, interesses contraditórios, estratégias, forças de resistência e coerção, reapropriação e expropriação.

Se a reprodução do capital que ocorre de maneira “normalizada” não inclui dispositivos voltados para a disponibilização progressiva dos trabalhadores ou processos de expropriação, como os que aparecem nos relatos a respeito do período da acumulação primitiva, tornam-se inconcebíveis as formas contemporâneas de acumulação que se realizam por meio de fraudes, predação e violências diversas. Uma vez que não são determinadas pelas leis da acumulação capitalista, tais atos, estratégias e processos sociais são muitas vezes relegados ao segundo plano. Colocando-os sob análise, investigando as conexões entre as estratégias de acumulação “anormais” e a acumulação de capital por meio da exploração, questionando sua importância para a acumulação, sua relação com as leis gerais da acumulação, é possível aprofundar a compreensão sobre a reprodução social capitalista. Para tanto, é necessária uma noção de capitalismo que leve em conta o capital, bem como outros processos e configurações sociais irredutíveis às determinações do capital, que, em uma sociedade capitalista, também estão imbricados na reprodução sistemática da relação capital, levando em conta as formas particulares que assume o capital e os circuitos de acumulação bem como os diversos dispositivos econômicos e políticos que se articulam conjuntamente à exploração na história do desenvolvimento capitalista.

3 CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, DESAPOSSAMENTOS E EXPROPRIAÇÕES

O presente capítulo tem como propósito apresentar a discussão a respeito das formas contemporâneas de desapossamento e expropriação, que guardam semelhança com alguns dos elementos presentes como parte do processo histórico de acumulação primitiva. A análise tem como objeto as expropriações e suas relações com a dinâmica de transformações impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista, em sua tendência imanente à expansão, e os dispositivos envolvidos no contexto do capitalismo contemporâneo. Para tanto, é realizada discussão a respeito dos limites intrínsecos à acumulação capitalista, que se manifestam na tendência de queda da taxa de lucro e na incessante expansão de suas bases sociais e espaciais. A fim de compreender alguns elementos da dinâmica das transformações recentes do capitalismo, discute-se de maneira breve a crise dos anos 1970 e a reconfiguração estrutural do capitalismo global, marcada por características particulares, não obstante, reafirmando suas tendências gerais, onde manifestam-se políticas, discursos e estratégias que aparecem sob a rubrica do neoliberalismo, determinando um contexto politizado no qual se inserem as formas de apropriação, produção e distribuição capitalistas na sociedade contemporânea. São abordados os trabalhos de Harvey (2009) e Fontes (2010) que realizam, sob formulações distintas, análises sobre o capitalismo contemporâneo e sua face predatória, considerando o conceito de *acumulação por espoliação* de Harvey (2009) e o sentido atribuído às *expropriações primárias e secundárias* por Fontes (2010). Por fim, são retomados alguns pontos dos trabalhos teóricos como forma de conclusão, apresentando alguns limites e perspectivas para a linha de análise.

3.1 A TENDÊNCIA À EXPANSÃO CAPITALISTA E SEUS LIMITES INTERNOS

Conforme visto anteriormente, a origem das formas de produção e sociabilidade capitalistas é demasiado complexa para ser considerada consequência simples da acumulação prévia de estoques de riqueza, tendo ocorrido a partir de processos históricos, multilíneares. O desenvolvimento do capitalismo jamais envolve apenas seu funcionamento econômico, mas todo o conjunto de relações sociais que lhe possibilita reproduzir as condições de sua existência. Marx enfatiza, sem dúvida, mecanismos econômicos das formas capitalistas de produção, distribuição e apropriação, quando analisa os circuitos percorridos pelo capital, mas não deixa de ter como objeto central de sua análise as relações sociais que embasam as relações capitalistas. A ideia, por vezes reproduzida por trabalhos de economia política marxista, de que

há um capitalismo “normalizado”, em que o funcionamento dos mercados determina e garante a reprodução das bases sociais da acumulação, está equivocada, por não reconhecer o caráter metodológico das abstrações utilizadas no decurso da investigação a respeito das determinações gerais do capital em Marx. Dos padrões de interação entre capital e as distintas sociedades, territórios, formas de Estado, modalidades de trabalho, discurso e poder, podem surgir desencadeamentos que, embora estejam inerentemente conectados ao processo geral de acumulação do capital, em escala mundial, dão origem a configurações e processos sociais particulares, não podendo ser compreendidos apenas como resultados de determinações gerais e leis imanentes do modo de produção capitalista.

A única dissociação concebível entre processos econômicos e os demais processos sociais é de caráter conceitual, teórico - as formas de produção, distribuição e apropriação de recursos desenvolvem-se em espaços sociais e, portanto, em ambientes politizados, institucionalmente complexos. Para Polanyi (2012), o sistema capitalista dá origem a uma aparente autonomização da economia de mercado em relação às sociedades. Esse grau de dissociação aparente, fetichista, seria, na leitura do historiador, necessário para a acumulação capitalista, que dependeria do funcionamento de dinheiro, terra e trabalho como mercadorias. O funcionamento pleno da produção capitalista exigiria que tais mercadorias fictícias estivessem disponíveis no mercado, o que teria como resultado pressões institucionais por parte dos poderes econômicos investidos, no sentido de reduzir as possibilidades de intervenção social. As formas sociais de resistência diante dessa aparente autonomização dos mercados constituem forças historicamente presentes na economia política do capitalismo, que tendem a impor limites relativos à acumulação de capital. Entre as pulsões capitalistas em torno da acumulação e as formas sociais de resistência e autodeterminação, a história do capitalismo é marcada por um movimento dual, do qual emergem configurações desiguais e contraditórias.

Ao longo da história capitalista, alternaram-se períodos de elevado dinamismo na acumulação e períodos de estagnação, manifestações dos limites intrínsecos às formas capitalistas de produção. Em sua descrição do funcionamento da acumulação capitalista, Marx (2008) apresenta a ideia de uma *lei de tendência da queda da taxa de lucro*. O processo reprodutivo no sistema capitalista é um processo de acumulação, de modo que deve ocorrer em escala sempre ampliada, isto é, para que o capital continue a funcionar enquanto capital, o excedente sob forma de lucro deve ser reinvestido, para que continue em processo de valorização. Das disputas que opõe capital e trabalho e da concorrência entre capitalistas funcionantes, em busca de redução de custos unitários e maior produtividade, surgiriam incrementos na composição técnica do capital, decorrentes de avanços tecnológicos, de modo

que, não alterados outros fatores, aumentaria a quantidade de meios de produção posta em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho, afetando a composição expressa na relação entre capital constante e capital variável. O capital variável recebe essa designação precisamente por ser a parte do capital empregado no processo produtivo que produz mais-valor, por meio da exploração dos trabalhadores. Dessa forma, a taxa de lucro, relação entre a extração de mais-valor e o capital global adiantado, não alterados outros fatores, diminuiria. O capital acrescido, não obstante, ampliaria sua escala de operação, apropriando-se de mais trabalho excedente, implicando, simultaneamente, na elevação da massa de lucro produzida e redução na taxa de lucro.

No entanto, essa tendência inerente ao modo de produção capitalista não resulta, necessariamente, em uma redução contínua da taxa de lucro, uma vez que há contratendências atuantes que podem, sob determinadas condições, restaurar a rentabilidade, algumas, de maneira contraditória, impulsionadas pelas mesmas forças que determinam a queda tendencial (MARX, 2008). É o caso das crises intrínsecas ao sistema capitalista, seu principal mecanismo de autocorreção, via de regra, mediante profundos impactos sociais: com o ônus da destruição e desvalorização de capitais, pode cair a composição do capital, restaurando a rentabilidade das empresas capitalistas que ainda são capazes de manter-se em operação. A elevação no grau de exploração, que pode envolver tanto a intensificação do processo de trabalho, quanto a distribuição desigual dos ganhos de produtividade, constitui importante fator atenuante à tendência de queda da taxa de lucro. Além disso, a exportação de capitais constitui uma das saídas primordiais para os limites internos de uma economia nacional capitalista, meio através do qual direcionam-se capitais a oportunidades de investimento lucrativas em novos territórios, inserindo espaços na teia de relações globais capitalistas.

A dinâmica da acumulação do capital impõe a si mesma limites. O conjunto estruturado de configurações sociais onde aparecem proprietários, trabalhadores, instituições e os órgãos do Estado pode fornecer condições favoráveis à acumulação de capital, mas, em tempo, tornar-se disfuncional para a acumulação, demandando reconfigurações e a expansão de suas bases sociais e espaciais. Qual seja sua configuração particular, a acumulação de capital encontra limites inerentes às suas formas de produção, como a queda tendencial na taxa de lucro, bem como aqueles que se originam nas tendências desiguais de distribuição e na concentração e centralização do capital, que aparecem como “problemas de demanda efetiva”. O resultado das tendências da acumulação capitalista é a produção de capital excedente, quer apareça como capital monetário que não encontra oportunidades lucrativas nos espaços que lhe originam, mercadorias para as quais não há demanda interna, ou sob a forma de capacidades produtivas

não utilizadas, que incluem a subutilização de capital fixo e o desemprego ou subemprego da força de trabalho.

O problema da lucratividade, interpretado sob a óptica da produção de capital excedente, é um dos aspectos centrais da economia política do capitalismo, uma vez que o lucro é a forma primordial assumida pela valorização do valor, que constitui a finalidade última da existência e funcionamento do capital. A taxa de lucro, ademais, é determinante para o investimento capitalista, de modo que a reprodução social, sob hegemonia do capital, está de maneira geral condicionada pela lucratividade dos negócios capitalistas. Se tratando de um modo de produção que adquiriu predominância global, os limites internos do capitalismo, patentes na tendência de queda da taxa de lucro e nas crises inerentes ao seu funcionamento, e as estratégias e oportunidades particulares de lidar com esses limites, de modo a dar continuidade à acumulação capitalista, produzem uma dinâmica contraditória de desenvolvimento. A compreensão do funcionamento econômico do capitalismo, de maneira abstrata, expõe algumas tendências mais amplas: se há limites internos à acumulação capitalista, que dificultam a expansão do capital, a ampliação do alcance do “autômato” do mercado requer uma base social e espacial expandida para dar destino aos capitais excedentes, manter-lhes em funcionamento enquanto capital, de modo que o desenvolvimento capitalista é marcado por uma tendência imanente à expansão, que tenciona seus limites geográficos e sociais.

De todo modo, sequer as crises são mediadas apenas por mecanismos econômicos, pois envolvem em suas causas e impactos o conjunto da sociedade, sendo intermediadas pela atuação de instituições sociais que visam administrar seus efeitos. O governo dos problemas de rentabilidade envolve um conjunto de mecanismos complexos, em que o funcionamento econômico do sistema é atravessado por contingências políticas e contradições de naturezas diversas. Para além das soluções autocorretivas, também sujeitas às configurações políticas, há aquelas que envolvem primordialmente a atuação do Estado, como as isenções fiscais, a redução da tributação sobre ganhos de capital e a abertura de novos espaços e objetos à acumulação através de medidas como a privatização de recursos, serviços e propriedades públicas. As discussões propostas no presente trabalho envolvem algumas das maneiras através das quais a acumulação capitalista supera barreiras, quais sejam aquelas intrínsecas ao seu funcionamento geral, ou impostas pelas formas sociais de resistência. Trata-se de um estudo sobre transformações impulsionadas pela expansão capitalista e os mecanismos predatórios através dos quais amplia-se a base social e espacial da acumulação.

A expansão capitalista decorre de seu funcionamento sistêmico, uma vez que a reprodução do capital ocorre mediante a acumulação, sujeita a limites inerentes ao seu

funcionamento, de modo que sua continuidade se sustenta mediante a ampliação de sua base social. Um dos aspectos fundamentais para a continuidade da acumulação capitalista não pode ser outro senão a disponibilização de trabalhadores, elemento crucial para a extração de mais-valor. As formas primitivas de disponibilização de trabalhadores, realizadas através da expropriação dos produtores diretos, criando situação de dependência, não têm sua existência restrita à acumulação originária, continuando sob formas contemporâneas, impulsionadas pela dinâmica interna da acumulação capitalista e seu alcance global. A disponibilização, no entanto, enquanto tendência histórica do capitalismo, não é reforçada somente através da conversão de pequenos proprietários e produtores diretos em despossuídos, que amplia numericamente a base social da acumulação, diz também respeito a processos que aprofundam a dependência de trabalhadores já assalariados, como a perda de direitos, todas as formas de precarização que possibilitam a intensificação da exploração ou incorporação de formas auxiliares de produção direta no âmbito do mercado. Diz respeito, portanto, à dinâmica das relações sociais capitalistas, aos dispositivos que possibilitam manter e aprofundar a base social da acumulação e àqueles que caracterizam sua tendência à expansão.

Outro aspecto a ser ressaltado é que nos processos de desapossamento e expropriação são liberados recursos sociais de produção e novos espaços, sujeitos à apropriação e utilização enquanto capital. Desse modo, apresentam-se como processos funcionais à acumulação capitalista não apenas por disponibilizar trabalhadores, mas por constituírem dispositivos de expansão das bases sociais e espaciais do capitalismo, que estreita fronteiras em relação a espaços e atividades antes ligadas a formas de provisão distintas que coexistem no capitalismo, tornando-os disponíveis. A dinâmica social da acumulação capitalista encontra-se sempre em processo de expansão, extensiva em termos territoriais e intensiva em termos de espaços e atividades sociais que são submetidas ao domínio capitalista. Não obstante, essa dinâmica não produz a negação de seus limites internos, apenas apresentando soluções temporárias para os problemas iminentes à acumulação de capital. Uma vez inseridos no domínio da acumulação capitalista, esses espaços e objetos passam a estar sujeitos às contradições particulares de seu funcionamento enquanto parte nos processos de acumulação de capital.

No contexto de um capitalismo globalizado, as contradições iminentes do modo de produção capitalista impõem uma elevada complexidade ao problema da alocação e reciclagem de capitais excedentes. A mundialização do capital, efeito da tendência à expansão das relações sociais capitalistas e da acumulação, é, em parte, reflexo da necessidade de encontrar destinos lucrativos ao capital sobreacumulado, encontrando novos espaços e territórios para seu desenvolvimento, sujeitos aos mesmos limites e, de maneira desigual, convertidos ao longo do

tempo em espaços que também originam capital excedente (HARVEY, 2009). A concentração de capital sob forma monetária, a reorganização espacial da produção capitalista, a elevada mobilidade de capital intermediada pelas finanças, tudo isso alimenta a dinâmica dos fluxos internacionais de capital e a proeminência adquirida pelo problema da lucratividade e da alocação de capitais excedentes, em um contexto internacional marcado por assimetrias de poder. Os mecanismos e estratégias através dos quais são contornados os limites imediatos da acumulação capitalista costumam produzir efeitos desiguais sobre os diferentes países, não raro, através de processos predatórios e possivelmente violentos.

A face predatória e violenta do capitalismo, no entanto, não aparece somente mediante as relações entre áreas capitalistas e territórios novos a que se destina a expansão capitalista, interposta por formas de controle e dominação territorial e presença do Estado. Aparece também nas relações entre diferentes países capitalistas, em processos de dilapidação seletiva de ativos financeiros, implantação de indústrias extrativistas em países periféricos com base nas economias centrais, enfim, uma série de mecanismos que produzem a transferência de riquezas e a inserção desigual nos circuitos globais de acumulação. O caráter desigual e combinado que marca o desenvolvimento das economias capitalistas, no âmbito internacional, também se observa internamente, seja entre regiões, ou nas configurações sociais desiguais que se formam nos territórios nacionais. O funcionamento habitual do capitalismo não consiste apenas na exploração, mas em uma série de mecanismos e dispositivos que sustentam e ampliam a base social sobre a qual ocorre a acumulação, além de inserir na circulação capitalista valores de uso ainda não internalizados, de modo que a hegemonia e continuidade das relações capitalistas produz uma tendência inerente à subordinação das demais formações sociais coexistentes às relações capitalistas (DE ANGELIS, 2001; FONTES, 2010; PERELMAN, 2000; HARVEY, 2009).

3.2 CRISE ESTRUTURAL, MUNDIALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

As assimetrias de poder características do capitalismo desempenham papel importante nas trajetórias históricas das sociedades. Uma conjuntura que represente ameaça à acumulação capitalista, como a queda expressiva da rentabilidade e o prolongamento de crises, tenciona as formas de articulação política da burguesia, que podem adquirir feições mais agressivas, não apenas em busca da restauração de condições econômicas propícias para a acumulação, mas enquanto esforço político de manutenção da ordem social, fundamental para evitar rupturas radicais, e impactos sobre as formas de dominação capitalista. Tal linha de raciocínio desloca

para posição central a influência das conjunturas da acumulação capitalista sobre a atuação do Estado, enquanto organismo centralizado de governo. Deve-se advertir, no entanto, a respeito do risco da profusão de vias de análise reducionistas a respeito das transformações no capitalismo contemporâneo, em que rupturas sociais são atribuídas às condições adversas da acumulação de capital, que parecem determinar de maneira unívoca as trajetórias de transformação social, como se fossem tão simples os caminhos contraditórios da história.

De toda maneira, não se pode negligenciar os efeitos da ofensiva política capitalista e a centralidade das formas capitalistas no que tange à produção social, e seu papel estruturante. Medidas como a flexibilização de legislações trabalhistas e redução das restrições aos fluxos internacionais de capital, formas de regulação favoráveis à lucratividade, não podem ser consideradas apenas resultados imediatos de constrictões à acumulação de capital, mas produtos de configurações históricas que refletem as condições da acumulação capitalista, bem como o conjunto contraditório de dispositivos sociais que operam sob a hegemonia capitalista. A análise da economia política do capitalismo contemporâneo, através de lentes teóricas marxistas, não pode deixar de enfatizar as condições gerais da acumulação e, por consequência, da produção social em uma sociedade capitalista, expressas na taxa de lucro, além das configurações históricas particulares que embasam a acumulação de capital. A reorganização social que manteve as bases do funcionamento da reprodução capitalista, após o desencadear da crise estrutural nas economias avançadas na década de 1970, deu origem a tendências como a mundialização desigual da produção e a financeirização, além das políticas neoliberais, enquanto respostas à crise estrutural do capitalismo.

É comum, em análises de trajetórias e transformações gerais da acumulação capitalista, a caracterização da economia política dos países capitalistas avançados, a partir de aspectos compartilhados por suas configurações sociais e econômicas em determinados períodos históricos. A ideia de que se pode compreender de maneira geral o contexto da acumulação em dado período a partir de considerações a respeito das economias centrais do capitalismo é possível pela relativa proximidade entre suas economias políticas, além da posição que ocupam nas hierarquias globais e regionais de poder, e sua influência sobre a conjuntura mundial da acumulação capitalista. O período histórico entre 1945 e o início da década de 1970 representou um dos mais longos períodos de expansão continuada nas economias capitalistas avançadas.

Uma das características marcantes do período do pós-guerra foram os elevados ganhos de produtividade, que possibilitaram décadas de incremento na renda dos trabalhadores sem que houvesse perda de dinamismo da acumulação do capital. Avanços nas políticas redistributivas, a organização sindical de trabalhadores, ganhos de produtividade, políticas

voltadas para a manutenção de níveis elevados de emprego, além de políticas fiscais anti-cíclicas e baixas taxas de juros, de maneira combinada, constituíram configuração favorável a décadas de elevado crescimento econômico e avanços sociais nas economias capitalistas avançadas. A conjuntura era favorável para a manutenção do *status quo* relativamente consensual, uma vez que a inclusão social de trabalhadores através do consumo atuava na expansão da demanda efetiva, sem que representasse ameaça à lucratividade. Além do mais, a conjuntura estável estimulou investimentos de prazos elevados de maturação, retirando montantes relevantes de capital da circulação imediata, adiando problemas de formação de capital excedente.

O compromisso keynesiano que caracterizava as políticas econômicas no período, segundo Duménil e Lévy (2014), contrapunha-se ao poder concentrado das finanças, tendo como objetivo o equilíbrio de forças entre a iniciativa empresarial e as intervenções de Estado. Se o Estado não deveria interferir nas relações entre os administradores do capital funcionante e o sistema financeiro, deveria atuar na eliminação gradual do rentismo, com taxas de juro baixas, uma vez que juros elevados atrelados à dívida pública significariam a punção de recursos da sociedade sem contrapartida socialmente produtiva por parte daqueles que extraem parcela da renda nacional. As decisões a respeito da alocação e utilização dos recursos sociais não poderia, sob essa perspectiva, estar somente sob o controle da iniciativa privada, uma vez que não haveria mecanismo descentralizado que coordene investimentos de modo a garantir o pleno emprego e evitar oscilações destrutivas dos ciclos econômicos. O setor financeiro tinha sua autonomia limitada em relação aos mecanismos de crédito, sujeito a regulações rigorosas. Essa limitação à liberdade das instituições financeiras teria diminuído seu controle sobre as condições macroeconômicas, encorajando investimentos de prazo elevado, em um ambiente de menores instabilidades e incertezas, em algum grau, limitadas.

Não obstante às condições favoráveis que vigoraram por um período longo, desde o final dos anos 1960, o longo boom econômico do pós-guerra que caracterizou as economias capitalistas avançadas começou a se dissipar, dando origem a um período longo de estagnação e turbulências políticas e econômicas, com a combinação de elevados níveis de desemprego, inflação e queda abrupta na lucratividade. Para Shaikh (1999), a crise dos anos 1970 pode ser compreendida a partir da análise dos movimentos de longo prazo da taxa de lucro. Sob tal perspectiva, a acumulação é vista como imbricada na lucratividade, motor dos investimentos capitalistas, envolvendo dinâmicas concorrenciais internas e internacionais, avanços tecnológicos, a luta de classes, e as trajetórias dos salários reais e da produtividade. O autor contrapõe-se à tese de que fatores conjunturais como os aumentos salariais e a mudança nos

preços relativos teriam ocasionado a crise de acumulação nas economias capitalistas avançadas. A crise, sob tal perspectiva, é resultado de tendências inerentes à acumulação capitalista, que levam ao declínio da taxa de lucro⁴, causa fundamental da crise, que eclode com a estagnação da acumulação, isto é, quando os problemas de rentabilidade se combinam com dificuldades na elevação da massa de lucros, gerando a produção endêmica de capitais excedentes.

O esgotamento dos efeitos das novas técnicas de organização do trabalho teriam levado à elevação rápida da composição orgânica do capital no período anterior à crise, marcando o fim do ciclo expansivo da acumulação (DUMÉNIL; LÉVY, 2005). A crise de meados dos anos 1970 indica ter como causa fundamental a queda na lucratividade, que, ao longo do período do pós-guerra, contou com uma conjuntura de fatores atenuantes, como aumentos na produtividade do trabalho ocasionados por melhorias organizacionais, que não resultam em aumentos na composição orgânica do capital. Até os anos que antecederam o deflagrar da crise de acumulação, as melhorias na produtividade social do trabalho, segundo Duménil e Lévy (2005), permitiram a elevação da taxa de lucro. Na década de 1960, no entanto, a queda nas taxas de aumento da produtividade do trabalho já oferecia sinais indicando um posterior enfraquecimento da acumulação (DUMÉNIL; LÉVY, 2005). A configuração da economia política que havia possibilitado, em algumas nações, uma situação favorável para a classe trabalhadora e para a classe capitalista, a despeito do otimismo, entrou em colapso, com a piora das condições daqueles que dependiam da venda de força de trabalho e um alerta para a classe capitalista de que as condições que lhes eram favoráveis restavam ameaçadas.

Sinais de quedas abruptas e contínuas na rentabilidade dos empreendimentos capitalistas dão indícios de problemas econômicos de difícil solução. O desencadear de crises constitui sintoma agudo dos problemas gerais que se manifestam na tendência à queda da taxa de lucro, podendo constituir solução interna, quando há condições favoráveis para uma recuperação rápida. A queda proeminente e contínua da taxa de lucro, quando não solucionada

⁴ De acordo com Shaikh (1999), o aumento da produtividade é resultado do desejo incessante de aumentar os lucros, intrínseco ao capital, enquanto valor que se valoriza. A compulsão interna leva a duas frentes de disputa para os capitalistas individuais: contra os trabalhadores no processo de trabalho, buscando aumentar a produtividade e, como consequência, reduzir custos, o que é realizado em grande parte pela capitalização de produção, uma vez que, diante da resistência dos trabalhadores, a mecanização apresenta-se como principal método de redução de custos; contra os demais capitais, no processo de circulação, disputando pela participação nos mercados, o que leva a uma tendência à reduções no preço das mercadorias. A disponibilidade de um novo método que resulta em menor custo unitário de produção leva a reduções no preço, à medida que os primeiros capitais a utilizar o método buscam ampliar sua participação no mercado, devido às suas vantagens. A redução nos preços ocasiona reduções na taxa de lucro, inclusive dos capitais que empregam as novas técnicas disponíveis, que, no entanto, permanecem por algum tempo auferindo lucros superiores à média pelas suas vantagens produtivas. Dessa maneira, ao longo do tempo, a competição e a mudança técnica produziriam uma lenta, porém contínua tendência à queda da taxa de lucro. Os aumentos salariais não originam a tendência, mas podem exacerbá-la.

através dos mecanismos internos de correção, é sintoma de esgotamento de determinada configuração estrutural da acumulação capitalista, podendo originar crises generalizadas e períodos prolongados de estagnação econômica, períodos históricos propícios a reconfigurações institucionais profundas. Essa perspectiva corresponde à caracterização adequada da crise estrutural dos anos 1970, que deu origem às transformações pelas quais passou o capitalismo desde as últimas décadas do século passado. Não obstante às respostas globais do capitalismo à crise estrutural, sustenta-se que não há resolução quanto aos fatores que ocasionaram a crise, de modo que as economias capitalistas avançadas mantiveram sua tendência à produção endêmica de excedentes de capital, requerindo sua contínua reciclagem, por meio das finanças mundializadas.

O período conturbado da economia política dos países centrais representou a queda do chamado consenso keynesiano, que deu lugar a soluções monetaristas, iniciando uma revolução das políticas econômicas e das formas de regulação social, que viria a difundir-se mundialmente. Essa inflexão política manifestou-se também na marcante hostilidade aos sindicatos, privatização de empreendimentos públicos, incluindo aqueles destinados aos interesses sociais, renúncias fiscais, e flexibilização das formas de regulação sobre as finanças. A recuperação observada ao longo da década de 1980 pela economia norte-americana e na inglesa pode ser considerada reflexo das medidas de liberalização e ataques à classe trabalhadora (DUMÉNIL; LÉVY, 2005), algumas das medidas políticas em resposta à crise, que permitiram um ciclo curto de recuperação, sem, no entanto, resolver os problemas econômicos que haviam produzido a estagnação precedente.

A compreensão dos processos decorrentes da mundialização do capital nas últimas décadas do século passado é facilitada pela apropriação do conceito do capital como uma unidade diferenciada e hierarquizada. Os modos de existência e movimento do capital definidos por Marx, segundo Chesnais (1995), são: são o capital funcionante, engajado na produção, que produz valor e mais-valor (único movimento cuja atividade não se restringiria somente à apropriação); o capital-mercadoria ou capital comercial; e o capital-dinheiro, valorizado por meio de empréstimos e aplicações (as quais merecem especial atenção pela crescente importância nos circuitos da acumulação). Tais formas, para o autor, não devem ser entendidas como “momentos de um ciclo único, subordinado às necessidades de valorização do capital produtivo, mas como elementos de uma totalidade, diferenciações dentro de uma unidade” (CHESNAIS, 1995, p.7).

O capital produtivo, segundo Chesnais (1995), deve ser ponto de partida para a análise das transformações estruturais do capitalismo, já que é sob tal forma que se realiza a produção

de mais-valor, que se manteve sob condições favoráveis por décadas de expressiva acumulação de capital. Foi a partir da forma produtiva do capital que originou-se o capital excedente que ampliou significativamente a massa de capital monetário circulando através do setor financeiro, depositada em grande parte em bancos localizados nos Estados Unidos, dando origem aos chamados eurodólares. Além disso, é das contradições internas dos processos de valorização do capital que emerge a crise que irrompe a partir de meados da década de 1970.

Um modo de compreender algumas das tendências mundiais do capitalismo, à luz da interpretação a respeito da crise estrutural dos anos 1970, é considerar os mecanismos de escoamento de excedentes de capital, um dos fatores determinantes da interdependência entre as economias capitalistas. Podem ser citadas como características da reconfiguração global do capitalismo em resposta à crise o crescimento dos fluxos financeiros de investimento e crédito, a reconfiguração espacial da produção, as revoluções tecnológicas nos setores de transporte e comunicação, dentre outros. A profunda e complexa interdependência entre as economias nacionais, reforçada pelos processos de mundialização das finanças e do investimento, coloca em movimento transformações sociais em dimensões diversas.

Se é inerente ao desenvolvimento capitalista sua tendência à expansão, a mundialização do capital não pode ser considerada um fenômeno recente, mas uma tendência secular. O que motiva Chesnais (1995) a caracterizar o período através do termo é a intensificação dos processos de mundialização e as profundas transformações nas relações globais do capitalismo. A intensidade das transformações nos circuitos globais de acumulação e o crescimento vertiginoso dos fluxos internacionais de capital, que caracterizam a fase contemporânea do processo de mundialização do capital, requerem a consideração da importância da forma do capital monetário e da dominância das finanças. A centralidade da concentração de capital sob forma monetária e a separação progressiva entre as atividades de gestão e a propriedade do capital elevam o setor financeiro à principal forma de agenciamento de atividades rentáveis. A propriedade dos recursos potenciais de produção sob a forma monetária dá ao capital uma rede comum, de longo alcance, de fácil mobilidade e intercâmbio, em busca de oportunidades lucrativas, que podem ser produtivas, ou de apropriação, através de atividades especulativas e fraudulentas.

O processo de financeirização tem sido elemento fundamental na reorganização global da acumulação capitalista desde a crise estrutural dos anos 1970. O crescimento do volume de capital que circula através de operações financeiras é uma tendência secular, decorrente da acumulação e da concentração de capital monetário. O período, no entanto, foi marcado não apenas pelo crescimento do setor financeiro, mas pela elevação das finanças à posição

hegemônica na reprodução capitalista (CHESNAIS, 2001). A ruptura norte-americana da conversibilidade dólar-ouro foi prenúncio de uma reestruturação do regime monetário internacional, de crescente flexibilização das regulações sobre as instituições financeiras e fluxos internacionais de capital. Esse novo ambiente de regulação social possibilitou não apenas uma maior importância das operações financeiras no interior das economias capitalistas, mas a consolidação do sistema financeiro internacional como principal veículo de integração global do capitalismo (CHESNAIS, 2001). O elevado volume de capital monetário concentrado, fluindo através de um sistema financeiro sujeito a cada vez menos amarras, em busca de oportunidades lucrativas, possibilitou a instauração das finanças e seus mecanismos como importantes canais de transmissão de pressões, sempre no sentido de intensificação da exploração e produção de mais-valor⁵.

A condição da classe trabalhadora nas diferentes configurações sociais que compõe o capitalismo global, embora heterogênea, tem estado sujeita a deterioração, diante da dinâmica de reestruturação geográfica da produção. Essa reorganização espacial da produção que se insere na conjuntura de mundialização do capital enquanto resposta à crise de sobreacumulação dá origem a pressões globais sobre a classe trabalhadora. Se pode falar em um mercado de trabalho global, em que se intensificam as pressões competitivas não apenas para os capitais, mas em torno de disputas entre economias nacionais por competitividade de custos que penalizam trabalhadores, alimentadas pela produção de excedentes de capital em busca de valorização que, nas indústrias e manufaturas de utilização intensiva de força de trabalho, deslocam-se para áreas com menores custos salariais. Diante de tal contexto, torna-se logicamente compreensível a força adquirida pelas técnicas de governo neoliberal, que tem atuado na redução da proteção aos trabalhadores, incentivos fiscais e tributários, dentre outras formas difundidas que se propõem a favorecer a competitividade local. O crescimento dos fluxos internacionais de capital, sob suas distintas formas, e o aprofundamento da

⁵ O circuito do capital monetário é descrito por Marx (2008) como forma predominantemente fetichista, por remeter à ilusão que o dinheiro por si só poderia produzir mais-valor. A liberalização financeira que inicia-se em meados da década de 1980, em parte como resposta à crise de acumulação, impulsiona a mundialização do capital e os fluxos de capital monetário na direção de ativos com potencial rentabilidade, elevando pressões pela aceleração da circulação de capital, e extração de mais-valor. A valorização fictícia obtida através das finanças, não obstante seja real sob o ponto de vista daqueles que têm seus montantes de capital aumentados, continua a depender das atividades dos capitalistas funcionantes, isto é, da produção de valores. A elevação da importância das finanças tem sido parte de uma série de profundas transformações nos padrões de acumulação e nas políticas econômicas postas em prática. Para além da atuação através da oferta de crédito, a flutuação no preço dos ativos financeiros dá aos processos de acumulação por meio de operações financeiras aparente autonomia, podendo apresentar movimentos contraditórios em relação às condições de produção de mais-valor. O potencial de valorização fictícia do capital frente aos processos de produção de mais-valor é sempre limitado, não podendo ser realizado senão parcialmente, enquanto forma mistificada de apropriação de riqueza presente ou futura, e não de real valorização.

interdependência não apenas vinculam o funcionamento do mercado de trabalho às pulsões do mercado mundial, mas atuam como fator propulsor da difusão global das políticas neoliberais.

As pressões que impulsionam a difusão das políticas neoliberais também são mediadas por estratégias políticas e econômicas de poderes hegemônicos. A rápida elevação da taxa de juros norte-americanas no final dos anos 1970, teve como efeito o confisco crescente da renda nos países de que eram credores os norte-americanos. Na década de 1980, países da periferia global como México, Argentina e Brasil passaram por amplas crises, relativas às suas condições de endividamento e estagnação econômica, produzindo enormes fluxos de divisas na direção dos grandes centros financeiros. O elevado endividamento de diversos países foi utilizado como alavanca para os programas de ajustes estruturais propostos pelo FMI. Com a hegemonia neoliberal no interior do órgão, as condicionalidades exigidas das periferias do capitalismo global traduzir-se-iam na globalização do neoliberalismo (HARVEY, 2007).

Faz-se tarefa de suma importância analisar algumas das características da reconfiguração da economia política que origina e permeia o chamado neoliberalismo. No contexto do presente trabalho, é conveniente restringir o alcance de tais considerações, uma vez que, embora pertinente, uma discussão de maior abrangência a respeito da sociedade neoliberal escapar-lhe-ia o objetivo. Desse modo, são discutidas dimensões do neoliberalismo que têm relação com os dispositivos da acumulação capitalista que se desenvolvem pela via das espoliações. Uma vez que a presença do Estado é elemento fundamental nos processos em questão, será abordada de maneira breve a difusão das políticas neoliberais no âmbito do Estado e enquanto força normativa na sociedade. A configuração histórica do neoliberalismo, em geral, não obstante seja marcada por profundas transformações, tem como conteúdo central o aprofundamento das bases sociais e materiais para a reprodução capitalista.

O esgotamento das condições de acumulação sob o compromisso relativo entre capital e trabalho, que marcou as democracias sociais, sobretudo na Europa, deu ao conjunto de ideias neoliberais uma força até então inexistente. Diante do esgotamento das condições favoráveis à acumulação do capital no período pós-guerra, a instabilidade social favoreceu uma reconfiguração profunda das forças políticas nas sociedades de capitalismo avançado, produzindo efeitos globais, e uma trajetória de reversão de conquistas sociais. Isso não quer dizer que as formas democráticas tenham desaparecido sob o neoliberalismo, mas que as estratégias e discursos mobilizados pelas forças políticas capitalistas têm buscado, na medida do possível, controlar a atuação do Estado, e mobilizar a população em torno de sua lógica normativa que tem como centro o mercado. O neoliberalismo, enquanto forma de governo, teria se apresentado, na conjuntura de estagnação econômica do final dos anos 1960, como um

potencial antídoto às ameaças à ordem social capitalista e à crise estrutural que se apresentava, voltado à derrubada de barreiras sociais à acumulação e o reestabelecimento das taxas de lucro, o que, para autores como Duménil e Lévy (2014), teria sido alcançado, muito embora com taxas de crescimento insípidas se comparadas à “era de ouro”.

Uma das características fundamentais da economia política sob os governos neoliberais tem sido a perda de direitos trabalhistas. As reformas e retrocessos impostos às proteções legais conquistadas pelos trabalhadores são ilustração da aproximação das estratégias políticas enraizadas nos regimes neoliberais e as contradições expostas sob o âmbito geral da reprodução expandida do capital. Uma possibilidade prevista por Marx (2008) de restauração nas taxas de lucro residiria no aumento do grau de exploração e contratação de trabalhadores remunerados abaixo do valor da força de trabalho. Reduções no valor da força de trabalho significariam, tudo mais constante, a redução no valor das mercadorias que compõe o custo de condições de vida socialmente aceitáveis para a classe trabalhadora. A aceleração das tendências de concentração de renda, no entanto, dão pistas de que os trabalhadores estariam sendo remunerados com salários inferiores aos valores anteriormente prevalecentes da força de trabalho, em outras palavras, de que as reduções na remuneração salarial não seriam ocasionadas pela redução no custo dos bens consumidos pela classe trabalhadora, mas pela precarização daquilo que seriam as condições de vida socialmente aceitáveis.

Os dispositivos primários da difusão da corrente de transformações sociais que tem sido chamada de neoliberalismo são aqueles que emanam do funcionamento dos mercados capitalistas, hegemônicos no que tange às formas de reprodução social. Mas o funcionamento dos mercados envolve não apenas forma abstrata, mas a totalidade social, o uso do tempo, estruturas jurídicas, instituições, formas de governo, enfim, jamais reduzido à “economia”. O governo neoliberal pode ser caracterizado enquanto conjunto de técnicas e estratégias de administração da economia política, radicalmente orientado para o mercado capitalista, o qual atua, a partir de seus mecanismos particulares de funcionamento, impondo a norma social da concorrência em todos os níveis (DARDOT; LAVAL, 2016), reproduzindo a base social da acumulação capitalista a partir de formas não coercitivas de controle, enraizadas socialmente, cujo funcionamento, em última instância, é garantido pelo controle coercitivo do Estado.

Na análise de Harvey (2007), as ideias neoliberais aparecem primeiramente como doutrina dotada de projeto político implícito, reforçado pela ideia fetichista de que a solução de virtualmente quaisquer problemas sociais residiria em um livre funcionamento dos mercados. Esse conjunto de ideias teria ganho evidência com o esgotamento do regime de acumulação anteriormente consolidado nos Estados Unidos e Europa, que ocorre a partir do final da década

de 1960, a partir de crises e prolongada estagnação. É a partir desse momento que adquire as feições de um projeto estratégico da classe capitalista, tomando forma nos modos de governo que tinham como objetivo a resolução dos problemas de acumulação que afetavam grande parte das economias capitalistas avançadas, em um quadro de estagnação, difundindo-se também nas economias periféricas, sob configurações particulares, como parte de um mesmo processo histórico. Para Fine (2009), um aspecto central das práticas políticas difundidas sob o neoliberalismo tem sido promover a financeirização, o que, por sua vez, possui implicações diretas e indiretas sobre as demais políticas sociais. As políticas neoliberais, dessa maneira, dizem respeito a mais que aspectos macroeconômicos e o abandono de políticas keynesianas, mas à subordinação das políticas sociais e econômicas aos ditames gerais da promoção dos mercados e, de maneira mais específica, das finanças.

Alguns dos elementos citados por Harvey (2007) a respeito daquilo que constituiria parte do cerne das políticas neoliberais são a ruptura com o pacto de bem-estar social, a flexibilização das proteções legais aos trabalhadores, privatizações estendidas a setores de elevado interesse social, a “desregulação” - liberalização comercial e financeira e o recuo geral de formas de intervenção do Estado sobre os mecanismos de decisão do mercado -, além da presença de elementos monetaristas no “novo consenso” de condução de políticas econômicas. As políticas de austeridade e controle inflacionário através da taxa de juros dos bancos centrais, propagadas nas décadas de neoliberalismo, contribuíram para a precarização das condições de trabalhadores, privados de serviços públicos de qualidade, e o acirramento das tendências de redistribuição regressiva de renda e riqueza. Uma manifestação política fundamental do neoliberalismo tem sido o engajamento de governos na abertura de novos espaços e fontes de acumulação, como bens e serviços públicos, além dos recursos naturais e terras, sob uma lógica crescentemente voltada à extração e apropriação de riqueza e disponibilização progressiva de recursos sociais à acumulação capitalista.

Se, por um lado, o livre comércio e a circulação internacionais de capitais são parte da essência neoliberal, intervenções do Estado permanecem atuantes. O Estado, de maneira geral, reflete as configurações de poder prevaletentes em uma sociedade. Os governos neoliberais não teriam levado a um fim generalizado da intervenção realizada pelo Estado, mas a um redirecionadas dessas políticas às elites proprietárias, desde reformas regulatórias favoráveis à classe capitalista às privatizações, disponibilizando oportunidades lucrativas, grandes pacotes de resgate às corporações financeiras, além de déficits fiscais que podem, sob alguns olhares, remeter às políticas keynesianas, muito embora sejam resultados de condições majoritariamente distintas (DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

Não se pode, no entanto, atribuir a dimensão profunda da reorganização do capitalismo contemporâneo a um projeto político, ou à essência própria do modo de produção capitalista. A história, na concepção de Marx, não pode ser considerada resultado direto da ação consciente dos homens, não sendo o neoliberalismo, com seus elementos de continuidade e ruptura, em sua reconfiguração social profunda, resultado direto de uma ofensiva política realizada pela classe capitalista, mas produto de processos históricos contraditórios, nos quais se inserem as estratégias políticas voltadas à melhoria das condições para a acumulação de capital, que tendem a se acentuar em momentos críticos do capitalismo. Isso não quer dizer, no entanto, que não exista manifesta intencionalidade de distintas esferas de interesse na difusão de elementos que tornaram-se intrincados à lógica normativa neoliberal. A defesa ideológica de uma sociedade predominante orientada ao mercado não mobiliza apenas forças políticas da classe capitalista, mas as estratégias de agentes políticos do Estado, seja por interesses particulares, ou aqueles associados a determinadas frações da classe capitalista.

Instituições como o FMI e o Banco Mundial têm sido caracterizadas pela promoção do neoliberalismo, tendo difundido, através de seus relatórios e proposições, um conjunto pragmático, dinâmico e por vezes contraditório de soluções econômicas, particularmente negligentes no que diz respeito às desigualdades. Os Estados, jamais isolados das sociedades e de suas configurações políticas, absorveram essa inflexão normativa, dando origem a reorientações significativas nos paradigmas de sua atuação, aproximando-se das prescrições políticas neoliberais. Essa tendência combina estratégias contingentes, redes de influência de frações de classe, e a silenciosa compulsão dos mercados, e tem sido observada em governos de origens partidárias bastante distintas. O corpo político e de governo, sob a hegemonia neoliberal, tornou-se implicado, de maneira geral, na provisão das condições propícias para a acumulação capitalista, de um “clima de negócios favorável” (HARVEY, 2007), e, uma vez que não realize o que se espera, está sujeito à penalização dos mercados, sobretudo no que diz respeito aos valores atribuídos aos seus ativos financeiros.

Se tais processos tiveram efeitos profundos sobre a classe trabalhadora nas economias capitalistas avançadas, tiveram resultados sociais ainda mais perversos em países da periferia capitalista. A África do Sul constituiu um verdadeiro laboratório social para as proposições políticas encabeçadas pelos órgãos do Banco Mundial, onde a almejada eficiência seria alcançada através de programas de privatização e liberalização dos mercados. A privatização da água e de outros serviços públicos sob a aplicação do princípio da "recuperação de custos" retirou de parcelas significativas da população sul-africana o acesso à água, e a queda de receitas empresariais subsequente à redução do consumo levou a aumentos ainda mais significativos

nos preços, e, no período atual, a sérios problemas de abastecimento. O mesmo receituário político levou a Argentina à privatização de água, energia, telecomunicações e transportes, absorvendo fluxos de capital excedente que terminaram por ter efeitos sociais devastadores, sobretudo quando grande parte do volume de capitais absorvidos na economia argentina foi movido de maneira fulminante a outros espaços, fuga possibilitada pela liberalização dos fluxos de capital. No México, a lei de reforma das propriedades legais dos povos indígenas, de 1991, permitia e estimulava a privatização dos territórios de posse e uso coletivo das comunidades indígenas, como parte de uma agenda mais ampla de reformas implementadas, que atingiam também a área da seguridade social. A rebelião zapatista em Chiapas não pode ser dissociada da implementação das políticas neoliberais e do acordo de livre comércio do NAFTA, tendo sido desencadeada em janeiro de 1994, no mesmo dia em que viria a entrar em vigor o acordo (HARVEY, 2007).

O sucesso nas respostas políticas neoliberais à crise estrutural, no entanto, é bastante questionável. Segundo dados de relatório publicado em 2004 em Geneva pelo International Labour Office (apud HARVEY, 2006), enquanto o crescimento econômico mundial agregado na década de 1960 girava em torno de 3,5% ao ano, caindo para 2,4% nos anos 1970, a partir da década de 1980 e 1990, com a implantação das políticas neoliberais e do novo consenso macroeconômico, as taxas de crescimento agregadas da economia global teriam passado a 1,4% e então apenas 1,1% ao ano, chegando a números inferiores a 1% nos anos 2000. O dado agregado esconde o fato de que algumas regiões passaram por períodos de crescimento acelerado, como Japão, os "tigres" Asiáticos e a Alemanha Ocidental na década de 1980, e a recuperação dos EUA e Grã-Bretanha nos anos 1990. O sucesso em determinadas regiões, com ambientes institucionais diversos e especificidades em suas estruturas econômicas pareceu obscurecer o fato de que, na maior parte das economias, o receituário político neoliberal não produzia os efeitos desejados (HARVEY, 2006).

A guinada da economia política associada ao neoliberalismo foi, no entanto, um grande sucesso, do ponto de vista das classes abastadas. A difusão da lógica normativa concorrencial característica do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016) deu origem a governos cada vez mais insensíveis às demandas de trabalhadores, visto que a flexibilização das leis trabalhistas representa maior competitividade no mercado internacional. O período neoliberal, caracterizado como momento de restauração do poder e da renda das classes dominantes, bem como pela hegemonia das finanças, foi marcado por alarmante crescimento das desigualdades sociais, pela concentração de renda nos percentis superiores da pirâmide de renda e empobrecimento de grande parte da população, mesmo nos países capitalistas avançados

(PIKETTY, 2014). Foi um sucesso, na perspectiva de poucos, o que ilustra a complexidade política da ampla aceitação de seus discursos e estratégias, refletida na adoção de políticas neoliberais mesmo por parte de governos de partidos identificados com o socialismo e a social-democracia (DARDOT; LAVAL, 2016).

A conjuntura política de marcante ataque aos direitos e espoliação de recursos públicos e comuns que marca o neoliberalismo é bastante coerente se analisarmos as trajetórias da acumulação capitalista e da taxa de lucro. As ondas de privatização que têm sido realizadas nos últimos 30 anos, bem como a perda de direitos dos trabalhadores, as isenções tributárias às grandes corporações, tudo isso tem sido parte de uma ofensiva de classe que tem buscado restituir a rentabilidade capitalista. Além disso, a injeção de matérias-primas baratas no sistema e a busca por espaços com força de trabalho abundante disponível a baixos custos constituem meios fundamentais de reestabelecer a taxa de lucro, cuja efetivação depende de processos mediados por formas políticas. Se o período marcado pelas políticas neoliberais e pela maior proeminência das finanças teve como resultado primordial a redistribuição de renda para os percentis mais ricos da população mundial, e desempenho econômico irrisório na maior parte das economias capitalistas, convém analisar de maneira profunda os métodos e estratégias que possibilitaram a transferência de renda e ativos de populações e países vulneráveis na direção das elites econômicas locais e de países capitalistas centrais.

Harvey (2009) argumenta que essa tendência perversa que caracteriza o neoliberalismo seria realizada através dos mecanismos denominados de acumulação por espoliação (ou desapossamento), que consistiriam na proliferação de estratégias e métodos semelhantes aos presentes na discussão de Marx quanto à origem do capitalismo, a chamada acumulação primitiva, embora ocorram, em sua forma contemporânea, como resultados da dinâmica capitalista. Os campos sujeitos às expropriações vão desde a terra, convertida em mercadoria e privatizada, gerando expulsão de populações camponesas, passando à conversão de formas variadas de direitos de propriedade como os coletivos e públicos em propriedade privada exclusiva, a supressão de modos alternativos de produção e consumo, o aprofundamento de processos de "proletarização" ou a mercantilização da força de trabalho, processos neocoloniais e imperialistas de apropriação de recursos, a usura, as dívidas nacionais e, enfim, o uso do sistema de crédito como meio radical de apropriação de recursos de outrem, além de mecanismos inteiramente novos como a extração de renda de patentes e direitos de propriedade intelectual.

Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a "expropriação das terras comuns". Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao

uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema de sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudesse executar privatizações. (HARVEY, 2009, p. 130, 131)

3.3 ESPOLIAÇÕES E A DINÂMICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Realizada exposição teórica preliminar um e trabalho de contextualização em torno de transformações importantes no capitalismo contemporâneo, à luz do esgotamento das condições favoráveis à acumulação nas economias centrais, e o tensionamento social daí decorrente, volta-se para a revisão de análises teóricas a respeito das formas contemporâneas de desapossamento e expropriação. Os trabalhos de Harvey (2009) e Virgínia Fontes (2010) têm como objeto o caráter socialmente predatório da acumulação capitalista, as regressões sociais e a intensificação das expropriações no período recente. A partir de vias de análise distintas, ambos os autores buscam decifrar a relação entre a dinâmica espoliativa do capitalismo neoliberal e as tendências gerais da acumulação capitalista. A tese de Harvey (2009) é de que as formas predatórias de acumulação teriam se tornado preponderantes sob o neoliberalismo, constituindo um de seus principais elementos, e teria nas finanças seu principal mecanismo. Fontes (2010), por outro lado, enfatiza a teoria de Marx (2008) a respeito do capital monetário, investigando as consequências da importância central que adquiriu, instigando a intensificação da extração de mais-valor e a disponibilização de força de trabalho.

3.3.1 Capital monetário e expropriações

O capital apresentar-se-ia, segundo Virgínia Fontes (2010), a partir de duas características fundamentais em sua tendência inerente e incontrolável à expansão: a concentração da riqueza e a permanente recriação das expropriações sociais. A extração de mais-valor representa a forma social concreta da existência do capital, oculta sob uma aparência puramente econômica, em que o grau de exploração aparece como lucratividade. Mas a extração de mais-valor supõe a existência abstrata de trabalhadores, de um lado, e de recursos sociais concentrados, de outro – é essa dissociação entre os trabalhadores e os meios de trabalho que embasa a relação social capitalista. O capital, portanto, existe mediante a permanente reprodução dessa base social, a disponibilização, tendencialmente de toda a população, para a venda da força de trabalho, em condição de necessidade vital. “A *expropriação massiva é,*

portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista” (FONTES, 2010, p. 22).

A tendência histórica da produção capitalista consiste na dissolução de toda a forma de propriedade baseada no próprio trabalho. A fundamentação da propriedade dos meios de trabalho pela classe capitalista não faz com que cesse a expropriação, pois, uma vez que estejam em funcionamento as leis imanentes à produção capitalista, estão sujeitos à expropriação os próprios capitalistas, por meio da centralização de capitais (FONTES, 2010). A supremacia da produção capitalista não dá fim às expropriações, mas dá aos processos de expropriação, mais antigos que o capitalismo, as características do tempo histórico em que se desenvolvem. Se inserem no que pode se chamar de uma grande estratégia sem estrategista, voltada para a reprodução em escala sempre expandida da base social sobre a qual se constitui a relação-capital. As estratégias particulares de dominação capitalista, de sujeitos determinados, se inserem nesse panorama geral, mas são levadas a cabo por meio de articulações de poder peculiares às configurações sociais nas quais operam, muitas vezes contraditórias em relação ao sentido geral da expansão capitalista.

No terceiro livro de *O Capital*, Marx (2008) argumenta a respeito de uma tendência latente do capitalismo quanto à dissociação entre a propriedade dos recursos sociais de produção e o funcionamento da produção, quando investiga a cadeia de relações em torno do aparecimento do capital enquanto uma mercadoria em si. Disposta a tendência geral da concentração de capitais, Marx (2008) aborda as consequências sociais do desenvolvimento do capital monetário enquanto forma primordial sob a qual concentra-se a propriedade, representando capacidade potencial de produção. O desenvolvimento progressivo do setor bancário capitalista e suas posteriores reorganizações dariam ao capital sua face mais fetichista, uma vez que, na figura da taxa de juros, sua valorização parece possuir autonomia – é o valor que se valoriza por excelência. A centralidade do capital monetário enquanto forma de concentração de riqueza e capacidade produtiva, por trás da aparente valorização autônoma, gera pulsões pela contínua intensificação dos processos de produção de mais-valor, uma vez que a remuneração do capital, em geral, jamais deixa de depender da valorização real do capital, vinculada à extração de trabalho excedente, não obstante a enorme valorização fictícia que aparece como complemento do sistema de crédito moderno.

O distanciamento entre a propriedade dos recursos sociais de produção e o processo imediato de produção não significa que o capital deixe de funcionar enquanto tal. O capital convertido em mercadoria, em sua forma monetária e concentrada, representaria, segundo Fontes (2010), o momento de sua maior expansão e maior controle sobre a extração de mais-

valor. Tornar-se-ia não apenas aquele que possibilita o processo, mas o que exige que os capitalistas funcionantes extraiam mais-valor em ritmo sempre acelerado. O capitalista funcionante, na concepção de Marx (2008), detém o controle sobre os meios de produção, cumprindo o papel social do capitalista, mas não seria mais necessariamente um proprietário efetivo dos recursos sociais de produção. A base de todo o processo que produz a concentração de massas crescentes de capitais de origens diversas sob forma monetária, convertidas em capital portador de juros, ou em capital fictício, é a exploração da força de trabalho (FONTES, 2010).

Do mesmo modo, é a produção de mais-valor que sustenta a continuidade da acumulação, de modo que, muito embora tenha sua valorização aparentemente dissociada da produção de mercadorias, o capital monetário deve necessariamente contribuir, de maneira direta ou indireta, para a exploração. Mesmo o capital fictício, derivação mais fetichista do capital portador de juros, depende de uma contínua expansão da base social para a extração de mais-valor. Não obstante sejam formas singulares, remuneradas de maneiras distintas, os efeitos sociais do capital portador de juros e do capital fictício seriam, para Virgínia Fontes (2010), similares, de produzir pressões diferenciadas, envolvendo aquilo que decorre de seu funcionamento econômico, mas também todo o tipo de estratégia oportuna que favoreça o aprofundamento da subordinação geral do conjunto da população, em oposição a todas as formas de resistência social ao limiar da pura mercantilização.

Do ponto de vista do capital, é produtivo o capital que extrai mais-valor; o proprietário de capital monetário (síntese da pura propriedade, lócus exponencial do fetiche) vê como produtivas todas as atividades remuneratórias e, portanto, certamente expande tanto a exploração do trabalho, as expropriações, quanto a especulação e o capital fictício. No entanto, como ele só pode existir socialmente enquanto capital, precisa se apoiar concretamente na expansão de uma enorme malha de atividades funcionantes (extratoras de mais-valor), capazes de agir como capital, ainda que sob formatos variados. [...] A verdadeira explosão da especulação e do capital fictício atua diretamente na imposição, pelo capital, de novas expropriações (áreas de fronteira para sua expansão) e de formas combinadas de extração do mais-valor. (FONTES, 2010, p. 202)

As expropriações, parte de processos tão violentos quanto fundamentais na origem do capitalismo, foram alçadas a uma escala ainda maior com o desenvolvimento capitalista. Se as estratégias de expropriação da acumulação primitiva eram movidas por interesses particulares e nem sempre convergentes a ponto de representar ofensivas de classe, o desenvolvimento progressivo da acumulação capitalista e sua tendência à concentração da propriedade sob uma forma primordial, a monetária, teria conferido a esses dispositivos uma plataforma geral, à medida que produziria convergência dos interesses particulares de diferentes frações da classe

proprietária, em torno do interesse comum de conversão do dinheiro em capital a ser valorizado. As pulsões pela reprodução em escala expandida e interminável do capital envolvem, necessariamente, mais que o conjunto das relações econômicas, tanto a respeito de seu conteúdo, quanto às condições necessárias para sua continuidade. O capital em si constitui relação social, e a reprodução dessa relação social, muito embora tenha as relações econômicas dos mercados capitalistas como seu principal mecanismo, só pode se concretizar de maneira contínua por meio de dispositivos de poder das naturezas mais diversas, pois sua reprodução não pode ser menos que a reprodução de uma sociedade. A conversão de dinheiro em capital, nas palavras de Fontes (2010, p. 42), "envolve toda a vida social numa complexa relação que repousa sobre a produção generalizada e caótica de trabalhadores cada vez mais 'livres', expropriados de todos os freios à sua subordinação mercantil".

A expropriação original de grandes massas camponesas ou agrárias, expulsas de suas terras ou compelidas a deixá-las pelas dificuldades de viver suprindo com plenitude suas necessidades através de seus procedimentos tradicionais, se manteve sob formas semelhantes ao longo da história do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, à medida em que novos territórios se convertiam em espaços de produção capitalista. A essas expropriações primárias, que se referem à perda do acesso a recursos sociais de produção, somam-se novas formas de expropriação, referidas por Virgínia Fontes (2010) como expropriações secundárias, as quais seriam impulsionadas pelo que chama de capital-imperialismo contemporâneo, ou imperialismo monetário. O capitalismo não se reduz às expropriações, embora constituam elementos centrais do processo de desenvolvimento capitalista e de reprodução das bases sociais para a acumulação. Movimentos de expropriação são anteriores ao desenvolvimento capitalista, podem dizer respeito a conflitos que ocorrem em configurações sociais distintas, e nem sempre se convertem em capital, podendo limitar-se à rapina de recursos. A predominância mundial do capital, não obstante, tende a impulsionar contínuas e crescentes expropriações, que, de maneira desigual, abrem novos escopos e "libertam" força de trabalho para a acumulação capitalista (FONTES, 2010).

A suposição de um confinamento histórico da acumulação primitiva e de seus mecanismos a um período anterior ao pleno capitalismo, para Fontes (2010), levaria à suposição de que o desenvolvimento capitalista daria fim às expropriações violentas que lhe marcaram a origem, constituindo, dessa maneira, uma figuração idílica da historicidade regida pelo capital, algo semelhante à narrativa idílica de origem do capitalismo que Marx (2011) buscou desmistificar. Se os elementos fundamentais do processo de acumulação primitiva são aqueles que conferem as condições sociais necessárias para a extração de mais-valor, não se pode

desconsiderar a sua continuidade nos dispositivos que reproduzem tais condições, em escala continuamente expandida como a acumulação. As expropriações, longe de desaparecerem sob as sociedades capitalistas, compõe a normalidade capitalista. A hegemonia do capital sobre o conjunto da vida social, a chamada subsunção real do trabalho sob o capital, o impele a romper barreiras à sua urgência de valorização (FONTES, 2010).

A discussão das expropriações de Virgínia Fontes (2010) remete a um dos elementos centrais do processo de acumulação primitiva a que Marx (2011) fez referência, a disponibilização progressiva de trabalhadores para o mercado capitalista. Essas expropriações, por meio de novos mecanismos, somados à permanência de suas formas primárias, demonstram, para a autora (FONTES, 2010, p. 46), que a existência reprodutiva do capital demanda o lançamento permanente de populações em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade. Na economia política do capitalismo contemporâneo, a disponibilização de trabalhadores aparece sob escala ampliada, associada aos processos de mundialização do capital sob a égide da propriedade concentrada, transformando globalmente as relações e processos de trabalho, de maneira desigual. As expropriações, que podem aparecer sob aspecto predominantemente econômico, abrangem potencialmente todas as dimensões da vida que não são orientadas para a relação-capital, desde direitos tradicionais sobre a terra às redes comunitárias e conhecimentos compartilhados, além das formas de provisão social públicas, envolvendo profundas transformações sociais.

[...] Essa nova configuração tentacular e estatalmente organizada sob estritas fórmulas jurídicas, controladas pelo crescimento de um direito internacional voltado para a proteção da propriedade *tout court*, propulsa fundo processo de expropriação em larga escala, agora de tipo secundário. Elimina formas de propriedade preexistentes, suprime quaisquer limitações à plena “liberdade” da força de trabalho, expropria bens coletivos indispensáveis à vida humana e social e vem incidindo sobre as condições da reprodução biológica, vegetal, animal e humana. Assume ritmos, extensão e intensidade diversificados segundo os diferentes países e a capacidade de resistência local. Não obstante, mantém formas equivalentes sobre *todos os países* e afeta a *todos* os trabalhadores. (FONTES, 2010, p. 209)

As expropriações contemporâneas remetem diretamente às formas da acumulação primitiva quando consistam em perda da propriedade de recursos sociais e meios de produção, processos que subordinam o trabalhador despossuído ao mercado capitalista, muito embora em graus diferenciados. A forma arquetípica desse tipo de expropriação, *primária*, segundo a nomenclatura sugerida por Fontes (2010), é a perda do acesso à terra arável por parte de populações camponesas, dispositivo fundamental dos processos de acumulação primitiva, bem como dos processos contemporâneos de apropriação capitalista da terra. As disponibilizações

ou expropriações *secundárias*, na tipologia de Fontes (2010), distintas das formas da acumulação primitiva, não representam a perda da propriedade de meios de produção, mas formas de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores que já dependem ao menos parcialmente das relações salariais.

Para Virgínia Fontes (2010), a disponibilização e aumento do grau de dependência dos trabalhadores constitui o principal aspecto das expropriações. Em geral, as formas de precarização do trabalho estariam associadas à intensificação na exploração dos trabalhadores, envolvendo aumento na intensidade do trabalho realizado, além de em alguns casos levar à ampliação do tempo de trabalho realizado, como no caso de trabalhadores que possuem mais de um emprego de tempo parcial e/ou de caráter temporário, ou em jornadas extensas onde há reduzidas formas de proteção legal aos trabalhadores. A retirada de direitos dos trabalhadores constitui um dos mecanismos centrais através dos quais pode ser elevada a rentabilidade do capital. Para a autora (FONTES, 2010), tanto as expropriações voltadas aos produtores diretos quanto aquelas que resultam no aprofundamento da dependência dos trabalhadores são resultados da dinâmica reprodutiva do capital, no período recente, impulsionadas pelas massas de capital concentrado sob forma monetária em busca de valorização, que toma parte na intensificação de pressões sociais pela elevação do grau de exploração e elevação da lucratividade, além do estreitamento de fronteiras entre a valorização capitalista e quaisquer recursos sociais que encontrem-se fora de seu alcance imediato.

As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão. [...] Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de – vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados. (FONTES, 2010, p. 89)

Se as expropriações primárias envolveram formas parlamentares de roubo de terras, os dispositivos contemporâneos de intensificação da exploração e aprofundamento da dependência de trabalhadores também envolvem as instituições legislativas do Estado, que podem editar leis a respeito dos direitos sobre a terra, como já ocorria na Inglaterra pré-capitalista, bem como aquelas que restringem direitos dos trabalhadores. O desmantelamento de direitos sociais do final do século XX foi levado a cabo através de instituições democráticas, pela atuação de agentes políticos parlamentares, o que expõe a força institucional da agenda de atuação política neoliberal. O neoliberalismo, estrategicamente, aparece como um conjunto de dispositivos que

cumprem a função de reestabelecer a lucratividade, como uma agenda em favor do capital. Sob o ponto de vista dos interesses capitalistas, assim, apresenta-se como solução em um período histórico marcado por problemas de acumulação. Cabe ressaltar, novamente, a centralidade da concentração do capital sob forma monetária, e o papel assumido pelo setor financeiro como meio de redirecionamento de capital e difusão de pressões pela produção de mais-valor, que se consolida sob o neoliberalismo.

Para além de seus efeitos sobre o trabalho, propriamente, as expropriações estão arrevesadas nos processos de centralização e concentração, capturando recursos e convertendo-lhes em capital. A ameaça às aposentadorias públicas e o estímulo às agências privadas de previdência tem constituído um movimento significativo, que tem convertido direitos em campos para a acumulação de capital, através de gestoras não bancárias de capital portador de juros e seu complemento, capital fictício (FONTES, 2010). O atrelamento das condições de vida dos trabalhadores ao desempenho de instituições financeiras constitui forma paradigmática das expropriações contemporâneas, igualando interesses opostos, aprofundando o poder exercido pelas finanças concentradas sobre o conjunto da vida social. Ilustra-se no caso em questão as dimensões múltiplas das expropriações, envoltas em dispositivos que atuam no aprofundamento da subordinação social ao mercado, material e subjetiva, além abrir campos lucrativos diversos para a acumulação de capital.

Sob a égide da grande propriedade concentrada sob forma monetária, característica do capitalismo contemporâneo, livre de restrições por meio da regulação neoliberal, expropriações primárias, que incidem diretamente sobre recursos sociais de produção como a terra, experimentaram, após o curso de séculos, uma aceleração que tem ameaçado e reduzido a margem de sobrevivência de trabalhadores em virtualmente todas as regiões do planeta. O impulso às expropriações sociais também acompanha o aparecimento ou generalização de novas formas de apropriação capitalista, como aquelas que tem como objeto conhecimentos, biodiversidade, técnicas e saberes tradicionais, convertidos em propriedade privada e utilizados enquanto capital. Embora se tratem de processos de inserção de elementos sociais externos aos circuitos da acumulação capitalista, não representam expropriação sobre populações alheias ao capitalismo, uma vez que, em graus distintos, as populações sujeitas às expropriações já dependem das relações de mercado para sua sobrevivência (FONTES, 2010).

Isso torna possível compreender as novas características das expropriações no período do capital-imperialismo multinacionalizado, pois recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que

desigualmente. [...] Não se trata de um desvio, ou de uma situação inusitada, mas da própria dinâmica perversa e socialmente dramática do capital. (FONTES, 2010, p. 74)

3.3.2 Acumulação por espoliação

A análise do geógrafo norte-americano David Harvey (2009) a respeito de formas predatórias de acumulação, sob a rubrica da acumulação por espoliação, tem sido citada em expressivo número de trabalhos de pesquisa voltados ao tema das expropriações no capitalismo contemporâneo. Para compreender a investigação teórica que levou o autor ao conceito de acumulação por espoliação, é interessante levar em conta alguns dos demais aspectos abordados em suas obras. A categoria que apresenta surge em meio a um projeto intelectual mais amplo, cujo objetivo central é uma teoria consistente a respeito do desenvolvimento geográfico desigual sob o capitalismo. Em torno desse objetivo, Harvey (2006) enfatiza a relação metabólica que enraíza os processos de acumulação de capital nas redes socioecológicas da vida, além da importância do tempo e espaço nos processos de acumulação capitalista. Argumenta a respeito do caráter de “lei” que adquirem os processos de expansão geográfica do capitalismo, através do que chama de *ordenações espaço-temporais*. A acumulação por espoliação aparece, então, inicialmente, como lado obscuro da expansão geográfica do capitalismo, forma generalizada dos mecanismos de expropriação atribuídos ao processo de acumulação primitiva por Marx (2011), por meio dos quais estreitam-se fronteiras entre a reprodução capitalista e os recursos sociais de produção ainda não inseridos na lógica de mercado.

Parte da argumentação de Harvey (2006, 2009) gira em torno da produção social de excedentes e as modalidades de apropriação dos excedentes e de condições favoráveis à sua produção, atravessadas por configurações particulares de poder, objetos de disputas e conflitos sociais contínuos. Segundo Harvey (2006), a hegemonia capitalista, inicialmente, não dependeria de sua capacidade enquanto classe de produzir excedentes a partir dos recursos sociais de sua propriedade, mas das técnicas utilizadas em sua apropriação. Foi somente com a consolidação geral da forma do trabalho assalariado que o sistema capitalista assegurou a internalização das condições de produção de excedentes sob base contínua, de modo que a expropriação dos produtores diretos é elemento fundamental de tal processo histórico.

A internalização das condições para a reprodução do capital possui limites particulares, que somente poderiam ser superados, sob a perspectiva de Harvey (2009, 2006), através da extensão de suas formas de dominação a novos territórios e espaços sociais, onde os excedentes produzidos ainda não foram incorporados aos circuitos da acumulação capitalista. A

acumulação por espoliação, na leitura de Harvey (2006), constitui movimento condicional e necessário para a continuidade da acumulação do capital. Um dos aspectos fundamentais dessa expansão seria o acesso a condições de produção e recursos com elevado potencial lucrativo. Essa busca incessante, ligada a complexos de recursos produtivos, que são geograficamente dispersos e desigualmente distribuídos, teria como resultado inevitável um tipo específico de desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006).

O ponto de partida da argumentação de Harvey (2009) que tem como objeto a acumulação por espoliação é o trabalho de Rosa Luxemburg (1988). Para a autora, a acumulação de capital possuiria um duplo aspecto: o primeiro, relacionado à produção e realização da mais-valia, isto é, composto por processos de aparência primordialmente econômica, em relação aos quais, formalmente, se poderia falar em igualdade e trocas voluntárias, ocultando o regime de dominação e exploração de classe. O outro aspecto teria como referência as relações entre sociedades capitalistas e espaços externos a si, ainda não inseridos na dinâmica social capitalista, cujos métodos predominantes seriam a política colonial, o endividamento de Estados, o exercício estratégico de influência política, e a guerra. Em torno desse segundo aspecto seriam exibidas abertamente a força, a fraude, a opressão e a pilhagem de recursos, organicamente ligadas aos processos econômicos.

Rosa Luxemburg (1988) teria, segundo Harvey (2009), enfatizado a importância da dominação continuada sobre formações sociais “atrasadas”, a pilhagem de recursos e a abertura de mercados para a resolução de problemas internos da acumulação nos países capitalistas avançados. É, sem dúvida, útil para a estabilização das economias centrais do capitalismo o aspecto relacionado à abertura de novos territórios à acumulação de capital que diz respeito à demanda, que teria sido enfatizado pela autora, mas é também possível acumular diante de uma demanda efetiva em estagnação se o custo dos insumos é reduzido de maneira significativa, o que não envolve, necessariamente, a dominação colonial. A disponibilização de recursos sociais de produção a custos reduzidos é importante aspecto da expansão capitalista, que não se restringe à pilhagem de recursos e dominação sobre formações sociais que lhe são externas. Para Harvey (2009), o acesso a novas oportunidades de investimento para a exportação de excedentes de capitais impulsiona a expansão global do capitalismo, de modo que “o ímpeto geral de toda lógica capitalista do poder não é que os territórios se mantenham afastados do desenvolvimento capitalista, mas que sejam continuamente abertos” (HARVEY, 2009, p. 117).

Da teorização de Rosa Luxemburg (1988), Harvey (2009) leva adiante a ideia de que o capitalismo teria de dispor perpetuamente de algo “fora de si mesmo” para estabilizar-se. Como decorrência dos limites internos à reprodução do capital, e suas contradições fundamentais, a

dinâmica capitalista produziria um impulso incessante à busca de soluções externas, o qual traduzir-se-ia em processos de acumulação por espoliação. Nestes se inserem aspectos relativos à expansão territorial das relações capitalistas, bem como processos internalizados, nas sociedades capitalistas, periféricas ou centrais, que tencionam os limites sociais à acumulação sob formas variadas, produzindo o "outro" a ser expropriado. Essa dialética "interior-exterior" que Harvey propõe seria expressa através das relações orgânicas entre a reprodução expandida e a acumulação por espoliação.

A acumulação por espoliação pode ocorrer sob contingências bastante diversas, quanto à suas formas, espaços e tempo, sem que isso afete a proposição mais geral do autor (HARVEY, 2006), de que a acumulação através de desapossamentos e expropriações faz-se necessária para a manutenção da estabilidade sistêmica, e, desse modo, de que o desenvolvimento geográfico desigual impulsionado por dispositivos predatórios constitui aspecto fundamental na continuidade da acumulação capitalista em escala mundial. O que liga todas as formas de acumulação por espoliação, segundo Harvey (2009) é a função que desempenham em relação à reprodução expandida do capital por meio da exploração, que consiste na abertura de oportunidades lucrativas para o capital sobreacumulado, o que pode envolver o acesso a novos territórios, o acesso a ativos com potencial elevado de rentabilidade por meios que escapam à troca mercantil de equivalentes, e a abertura de novos espaços sociais à acumulação de capital. Por tratar-se de um trabalho de teorização que faz referências frequentes à acumulação primitiva, a ausência de uma discussão aprofundada a respeito da diferenciação das categorias da acumulação por espoliação e da acumulação primitiva dá ao conceito de Harvey (2009) grande amplitude interpretativa.

A discussão a respeito da acumulação primitiva em Marx (2011) faz referência não apenas a processos de expropriação e à predação sobre recursos sociais, mas também a um conjunto de transformações sociais que convergiram na direção do desenvolvimento das condições que serviriam de base para uma sociedade capitalista, envolvendo técnicas que levaram à supressão das demais formações sociais, bem como a criação de bases jurídicas para a acumulação, como a consolidação do Estado moderno, de suas estruturas legais e tributárias. Em suma, uma conjunção complexa de aspectos econômicos e políticos, e múltiplas estratégias, dotadas ou não de expressa intencionalidade, que fornecem os elementos necessários para o desenvolvimento internalizado da acumulação capitalista, conforme visto anteriormente. A rapina mundial de valores de uso possui uma longa história, anterior à do capitalismo, mas é hoje movida pelos dispositivos da acumulação capitalista, e pela forma social do valor, de modo que o contexto a que diz respeito não é o de uma acumulação originária.

A expansão do complexo agroindustrial nos países do terceiro mundo demonstra a atualidade de processos semelhantes àqueles descritos por Marx (2011). Envolvem processos de expropriação e expulsão de camponeses, que adquirem uma intensidade ainda mais elevada sob os impulsos de expansão territorial capitalista, envolvendo intervalos de tempo comprimidos se comparados com os séculos de expropriações intermitentes que aparecem no relato de Marx a respeito do movimento dos *enclosures*. Algumas das estratégias e métodos característicos do período originário do capitalismo, segundo Harvey (2009), teriam passado a operar em escala ainda maior no capitalismo contemporâneo, como aqueles que dizem respeito às dívidas e demais dispositivos financeiros, convertidos em enormes canais de expropriação de recursos sociais.

Para Harvey (2009), a acumulação por espoliação estaria associada a um novo imperialismo, caracterizado pela hegemonia do neoliberalismo e das finanças, sob a liderança norte-americana, tendo como um de seus aspectos fundamentais a expatriação de recursos de países periféricos rumo às economias capitalistas centrais. Tal metamorfose das formas de dominação capitalista no âmbito internacional teria sido veiculada pela criação de um sistema financeiro internacional inerentemente instável e assimétrico, capaz de desencadear surtos de desvalorização de ativos e de acumulação por espoliação localizados em certos setores ou território, administrando os riscos sistêmicos. A mistura de coerção e consentimento nas barganhas que ocorrem no âmbito das instituições internacionais, segundo Harvey (2009), seria reflexo de uma arquitetura financeira sob a égide da hegemonia norte-americana, reforçada através dos mecanismos de concessão de crédito.

O controle financeiro por via do endividamento é considerado pelo autor um dos principais meios através dos quais centros de poder capitalista reafirmam sua hegemonia. Os programas de ajuste estrutural do FMI, por exemplo, têm sido utilizados como alavanca para a flexibilização de regulações sobre a mobilidade de capitais e priorização política das condições de pagamento das dívidas. Impulsionam, dessa forma, o processo de financeirização (HARVEY, 2006), facilitando a mobilização espacial do capital e fortalecendo o espaço das finanças norte-americanas como principal meio de reciclagem de excedentes (VAROUFAKIS, 2016). A privatização de pensões e aposentadorias, além do mais, vinculam o destino de enorme quantidade de pessoas aos resultados de gestão dos grandes fundos de pensão, aprofundando a hegemonia social das finanças capitalistas.

Uma das funções primordiais das intervenções de poderes do Estado e das organizações internacionais no setor financeiro, sob o neoliberalismo, segundo Harvey (2009), seria a administração de crises e desvalorizações de ativos de maneiras que permitem a redistribuição

predatória sem riscos de colapsos generalizados. Desde os anos 1990 tem sido observado padrão de crises e surtos localizados de desvalorização, sobretudo em economias periféricas. Harvey (2006) apresenta, nesse contexto, uma subdivisão em seu conceito, incluindo aquilo que chama de desvalorização por espoliação, que consistiria na desvalorização e expropriação de ativos financeiros. Uma observação que se pode fazer é que a magnitude do capital que circula através do setor financeiro constituiria espécie de elemento catalisador para a hegemonia política do capital. Por ser marcado pela concentração de volumes extraordinários de capital sob a forma monetária, o período histórico recente teria também originado potencial de centralização e convergência dos interesses da classe capitalista. A influência indireta das finanças perpassa a grande maioria dos processos de acumulação por espoliação a que Harvey (2007) faz referência, constituindo espécie de “cordão umbilical” que conectaria a reprodução expandida do capital aos processos de acumulação por espoliação, algo bastante próxima à ideia de uma “plataforma comum” que aparece em Fontes (2010).

Além de processos de desapossamento, voltados para a terra e todo o tipo de recursos sociais de produção, e das formas predatórias de acumulação mediadas pelos mecanismos financeiros, foram criados mecanismos novos de acumulação por espoliação, submetendo formas particulares de produção social, muitas das quais desenvolvidas sob a hegemonia capitalista, à lógica de mercado. Uma das formas fundamentais de acumulação a que faz referência Harvey (2006) diz respeito às privatizações, um dos elementos mais evidentes no "projeto político" neoliberal, através dos quais governos tem se envolvido de maneira imediata na abertura de novos campos para a acumulação de capital. A categoria não diz respeito tão somente às práticas imperialistas e formas de expatriação de recursos, mas também a práticas internalizadas nas sociedades capitalistas avançadas, através das quais são tensionados os limites sociais à acumulação capitalista, resultando em formas de expropriação social que, embora movidas pela reprodução capitalista, não ocorrem somente por meio do funcionamento dos mercados.

Utilidades públicas das mais diversas, como fornecimento de água, telecomunicações, transportes, além de formas de provisão social como programas públicos de moradia, a educação e a saúde, bem como as pensões, conquistados em gerações de resistência e disputa social, têm sido convertidas em propriedades corporativas e privadas, fontes de lucro, não poupando sequer os sistemas prisionais. Mesmo a guerra esteve sujeita à privatização, como ilustram os contratos militares de grande vulto presentes nas atividades bélicas dos Estados Unidos no Oriente Médio. Embora tal aspecto não seja enfatizado no trabalho de Harvey (2009), a privatização de sistemas públicos de educação e seguridade social não apenas libera ativos

para a acumulação capitalista, mas aprofunda a dependência social em relação aos mercados, ao converter formas públicas de provisão em mercadorias. A privatização de serviços públicos, no entanto, constitui apenas um aspecto por meio do qual se expõe o sucesso da ofensiva política capitalista no período recente.

A conturbada relação metabólica entre as sociedades capitalistas e os espaços sobre os quais desenvolvem suas formas produtivas alçou, no período recente, a degradação dos recursos ambientais globais como água, terra e mesmo o ar a níveis altíssimos, levando a efeitos danosos sobre a qualidade de vida e as formas de produção sujeitas à disponibilidade natural de recursos. No contexto da criação de escassez, imbricada no desenvolvimento capitalista, a transmutação de natureza, terra e demais recursos que provêm da mesma em mercadorias tem sido uma tendência de crucial importância, associada à expansão capitalista sob o neoliberalismo. Legislações têm sido flexibilizadas no que diz respeito à proteção ambiental, abrindo novas áreas para atividades extrativas, de água a minérios (HARVEY, 2009). As privatizações, que vão desde o setor energético aos serviços públicos fundamentais, como o fornecimento da água, têm sido parte de uma tendência política generalizada, representando fenômeno global que remete a uma renovada tendência predatória voltada aos recursos públicos e comuns. O poder do Estado, nesse contexto, está com frequência envolvido na imposição dos processos de expropriação social, tornando explícitas as contradições entre a acumulação de capital e a efetiva participação popular democrática.

Uma frente de espoliação que pode servir como uma imagem da amplitude de tais processos é a da privatização da água, ilustração expressiva dos encadeamentos políticos das tendências recentes da acumulação capitalista e da reformulação das formas de governo. Diante da escassez e demanda inelástica, a água, sob a lógica de mercado, se trata de uma mercadoria com um potencial de rentabilidade único. A água não é uma mercadoria como qualquer outra, mas elemento crucial para o desenvolvimento de qualquer cultura agrícola e condição básica para a sobrevivência de quase todas as formas de vida encontradas no planeta. O padrão de apropriação capitalista da água tem consequências que vão além da dificuldade de acesso a água por parte de populações marginalizadas, pela sua importância para o equilíbrio da biosfera: desvios de corpos fluviais, captação excessiva de lençóis freáticos, transporte de longas distâncias e outras tendências dos mercados da água produzem efeitos imprevisíveis. A água constitui um comum fundamental, um direito básico e elemento central para a reprodução metabólica das sociedades e da natureza, expondo o limiar da expansão capitalista e da sujeição da sociedade à lógica dos mercados.

A importância do conhecimento e da produção intelectual para o presente regime de acumulação capitalista tem sido crescente, o que tem contribuído para a multiplicação de formas de espoliação através das quais o conhecimento, muitas vezes comunal ou produzido no âmbito de instituições públicas, tem sido convertido em patentes e direitos exclusivos, possibilitando certa longevidade a lucros extraordinários. Instituições produtoras de conhecimento como as universidades estiveram sujeitas à penetração da lógica dos mercados, alinhando sua atuação a interesses corporativos, segundo Bollier (2003), através de participações estratégicas de organizações privadas em financiamento de pesquisas em áreas lucrativas, a fim de usufruir da estrutura pública para a geração de conhecimentos patenteáveis. A expansão das fronteiras cobertas por patentes tem constituído outro modo de consolidação de formas predatórias de acumulação, institucionalizada pela padronização das regras transnacionais de propriedade intelectual. Alguns dos mecanismos de espoliação diretamente associados a esse acordo são a biopirataria e a bioprospecção de espécies genéticas nativas associadas a conhecimentos tradicionais, produzidos sob configurações sociais variadas, patenteadas por corporações multinacionais, sem qualquer forma de compensação.

Os processos de acumulação por espoliação envolvem um conjunto complexo de perspectivas estratégicas, não restritas ao problema de dar destinos lucrativos aos excedentes de capital produzidos pela acumulação capitalista. Podem ser movidos por interesses de governos e elites econômicas de países periféricos, em torno de projetos de desenvolvimento. Grandes concessões imobiliárias e benefícios fiscais para projetos particulares tornaram-se cada vez mais comuns no período recente do capitalismo. O Estado tem se feito presente na atração de investimentos, mas também nos próprios processos de expropriação nas áreas que recebem investimentos, mobilizando forças policiais para garantir a ordem e a viabilidade dos investimentos, reprimindo movimentos de resistência das populações afetadas. Mas a inserção progressiva dos novos territórios aos circuitos internacionais de capital, que pode resultar em rápidos avanços das forças produtivas, também tem como resultado a crescente exposição às incertezas dos mercados financeiros mundiais, aos fluxos de capital especulativo, à competição espacial-produtiva crescentemente acirrada, e a ondas adicionais de acumulação por espoliação, para além de seus impactos sociais imediatos (HARVEY, 2009).

O imperativo de acesso à novas fontes de acumulação que se consolidou no período contemporâneo gerou um amplo leque de processos de desapropriação de comunidades e de desarticulação de formas coletivas de produção. As relações de poder de classe, através da perda de direitos, da dissolução de comuns e da conversão de recursos sociais em espaços e objetos de acumulação aponta para a complexidade dos antagonismos que marcam a sociedade

capitalista, ilustrando que, mesmo a nível geral, ultrapassam os limites do processo imediato da produção capitalista. Os embates políticos envolvidos ocorrem sob configurações particulares e heterogêneas, no entanto, são caracterizados de maneira comum pela oposição entre relações sociais orientadas pelo comum, não mediadas pelo mercado, e a lógica das relações sociais capitalistas.

Leituras marxistas do capitalismo costumam enfatizar as condições internas da produção de excedentes e a apropriação contínua dos valores excedentes produzidos sob a forma de trabalho assalariado para o capital. Harvey (2009) propõe um enfoque de economia política alternativo à centralidade do trabalho, com maior atenção às disputas sobre em torno das formas sociais de apropriação, privadas e coletivas. A ruptura de limites espaciais e sociais da acumulação teria como um de seus desdobramentos os processos predatórios de desapossamento e expropriação, onde a atuação do Estado expressaria uma hegemonia política do capital, característica do período neoliberal. A tese central de Harvey (2009) é de que haveria uma crescente importância adquirida por tais mecanismos em relação à reprodução expandida, abrindo oportunidades para a alocação lucrativa de capitais excedentes. A exposição de Harvey (2009) a respeito de inúmeros objetos e espaços sociais que vem sendo alvo de subordinação à lógica da acumulação de capital, das políticas neoliberais, e da importância das finanças na promoção de processos de expropriação é de fundamental relevância para a compreensão das trajetórias recentes da economia política do capitalismo.

3.3.3 Debates teóricos e a análise de Harvey do capitalismo contemporâneo

Virgínia Fontes (2010) dirige um conjunto coerente de críticas à análise de David Harvey (2009). Para a autora, o geógrafo traz em sua leitura a suposição de que Marx tratara a expropriação apenas como parte do processo de acumulação primitiva, restando diluída quando a acumulação capitalista atingisse sua “normalidade”. Teria sido essa a razão para a proposição de Harvey (2009) do conceito de acumulação por espoliação como forma qualitativamente distinta da forma tradicional da reprodução do capital (FONTES, 2010, p. 64). No decorrer de sua obra, Marx retoma o tema das expropriações como parte componente do processo geral de acumulação, ressaltando, no entanto, os impulsos provenientes do funcionamento da produção capitalista, com o foco da análise em torno de aspectos econômicos, onde aparecem, sobretudo, as expropriações realizadas entre capitalistas. Na acumulação primitiva, por outro lado, as expropriações aparecem como subproduto de múltiplos dispositivos, em que aparecem configurações sociais particulares, sujeitos políticos e interesses estratégicos, enfim, uma

complexidade de relações que não podem ser compreendidas apenas como produto das determinações gerais do capital, de modo que há uma dissociação formal.

A teoria geral da acumulação do capital de Marx, segundo Harvey (2009, p. 120), tem como base um conjunto de pressupostos iniciais, dialogando com os equivalentes presentes na economia política clássica: mercados concorrenciais com arranjos institucionais de propriedade privada, individualismo jurídico, liberdade contratual e estruturas legais e de governo apropriadas. Sob essas configurações, já está consolidado o papel social da classe capitalista e da força de trabalho como mercadoria em geral trocada por seu valor apropriado. A acumulação "primitiva" já teria sido superada, e o processo de acumulação adquirido a forma geral da reprodução expandida, realizada através da exploração. Fica evidente na obra de Marx que tais condições não produziram de forma alguma uma sociedade justa, mas sim uma crescente desigualdade e condições de penúria para grande parte dos trabalhadores do mundo. Esses pressupostos, segundo Harvey (2009), relegariam as formas de acumulação baseadas em atividades predatórias e fraudulentas, por vezes na violência, a um período superado em que se originou o sistema capitalista, ou restrito ao contato com formações sociais "exteriores", conforme argumenta Luxemburg (1988).

Essas práticas e estratégias predatórias, tão marcantes no período da acumulação originária, para Harvey (2009), jamais teriam deixado de cumprir importante papel na história das sociedades capitalistas. No contexto da teoria de Marx e de seu método, as abstrações são passos para decifrar os fundamentos do funcionamento da reprodução social capitalista, não refletindo de maneira direta sua visão da sociedade capitalista. Não há indícios de que Marx alinhar-se-ia com a ideia de que formas de expropriação estariam ausentes de uma reprodução normalizada do capital, mas de que seriam impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista. Quando adentra a discussão a respeito das consequências da concentração do capital sob a forma monetária, Marx (2008) dá sinais de reintroduzir em suas discussões alguns elementos presentes na narrativa da acumulação primitiva, como a expropriação de recursos por meio de sistemas de gerenciamento de dívidas, além de uma crescente importância do capital financeiro na economia política do capitalismo, unificado em torno de interesses gerais no que diz respeito à lucratividade, que viria a produzir efeitos perversos sobre os trabalhadores. A continuidade de expropriações em um contexto contemporâneo não apenas seria compatível com a teoria de Marx, mas consequência das tendências à generalização das formas sociais capitalistas, como parte da reprodução social capitalista.

A diferenciação realizada por Harvey (2009) entre os dispositivos da reprodução ampliada e os de acumulação por espoliação pode, como alerta Fontes (2010), ser problemática,

uma vez que considera as formas de acumulação “qualitativamente distintas” como algo externo à reprodução normalizada do capital. Os dispositivos diversos da acumulação primitiva, dentre os quais estão as expropriações, colocados por Marx (2011), aparecem em grau de abstração distinto do restante da obra. Na leitura de Harvey (2009), a chamada reprodução expandida do capital constitui um esquema abstrato a respeito das condições “normais” da acumulação, considerando, em relação a essa abstração, o distanciamento das formas de acumulação por espoliação. No entanto, não dá sinais de cometer o erro a que lhe imputa Fontes (2010), da suposição de que Marx teria relegado as expropriações ao processo histórico da acumulação primitiva, buscando conceito que fizesse referência direta àqueles dispositivos que não aparecem na esquematização abstrata da reprodução do capital, mas estão presentes enquanto elementos fundamentais no processo de acumulação primitiva. Quando Fontes (2010), por outro lado, refere-se à reprodução ampliada, não tem em mente apenas as representações abstratas que compõe momentos na linha de trabalho de Marx, mas ao funcionamento histórico da reprodução do capital observado sob as lentes teóricas da economia política marxista, de maneira que as formas distintas de expropriação aparecem como parte componente do processo geral de acumulação capitalista, afastando-se da ideia de uma dualidade entre um capitalismo normalizado e um capitalismo predatório.

Para Fontes (2010, p. 64), a separação conceitual entre as formas predatórias de acumulação e as formas normalizadas imputa o risco de ocultar as conexões peculiares da reprodução capitalista em cada momento histórico, na qual as “forças capitalistas”, movidas pelos imperativos da acumulação, se engajam em estratégias em torno das conjunturas díspares decorrentes do desenvolvimento desigual do capitalismo, incorrendo nas expropriações como formas funcionais à sua expansão ilimitada. No entanto, a teorização de Harvey (2009) tem como objetivo, precisamente, revelar as conexões entre a espoliação e a reprodução expandida do capital. A acumulação capitalista, sempre em expansão, historicamente, jamais correspondeu a uma forma normalizada, que se reproduzisse apenas mediante a exploração, ponto no qual aproximam-se as leituras de Harvey (2009) e Fontes (2010). Os dois autores, no entanto, tratam a questão de maneiras bastante distintas – enquanto Harvey (2009) cria uma categoria particular que difere da reprodução expandida do capital para referir-se às formas predatórias de acumulação, nunca ausentes na história do capitalismo, Fontes (2010) observa as mesmas como parte do processo histórico de reprodução capitalista.

Ao referir-se às formas de acumulação por espoliação que consistem na predação sobre ativos desvalorizados, utilizando o exemplo das crises financeiras que afetaram países asiáticos no final dos anos 1990, Harvey (2009, p. 135) sustenta que “a acumulação primitiva que abre

caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto". A acumulação primitiva carregaria consigo aspectos positivos do desenvolvimento do potencial produtivo e do domínio sobre a ciência como resultados do desenvolvimento capitalista, além da superação das formas políticas de dominação tradicional. No entanto, como demonstra Marx (2011), tal liberdade não resultaria na emancipação dos trabalhadores, antes, na sua subordinação às formas de dominação capitalistas, baseadas sobretudo na dependência e na exploração. De todo modo, marcaria transformação de meios de vida de elevada autossuficiência e dispersão espacial a um contexto de socialização do processo produtivo e maior interdependência entre as unidades produtivas, criando ao menos o potencial de uma melhoria nas condições de vida rurais precedentes.

Tal diferenciação contrasta com a designação conceitual de que a acumulação por espoliação consistiria precisamente na abertura de oportunidades rentáveis para os capitais excedentes. Uma explicação para esse aparente deslize é de que o conceito foi proposto a partir da perspectiva das economias centrais, tendo como objeto os volumes crescentes de capital sobreacumulado e as tensões oriundas da busca por oportunidades lucrativas. Diante das assimetrias na economia política global do capitalismo, a solução para uma das partes envolvidas nos processos de espoliação, a abertura de oportunidades para a alocação rentável de capitais excedentes, pode significar, para a outra, a dilapidação de ativos, e o desencadear de efeitos negativos persistentes sobre o desenvolvimento econômico.

No âmbito internacional, o fenômeno das expropriações distingue-se daquele que havia sido proposto por Rosa Luxemburg (1988), não se tratando da dominação dos centros capitalistas sobre territórios externos, não capitalistas, incorrendo em predação, violência, extração de recursos e trocas assimétricas, mas, segundo Virgínia Fontes (2010), das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, no interior de cada país e nas relações entre países. Corresponderiam, de maneira crescente, a uma mesma dinâmica social, que torna "[...] normalizada a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora." (FONTES, 2010, p. 64, 65). Na leitura de Fontes (2010), a disponibilização de trabalhadores para o capital é o aspecto mais importante nos processos de expropriação, organicamente ligada à exploração que é base para a acumulação capitalista. Harvey (2009), por outro lado, distingue uma acumulação produtiva de uma que seria predatória, apontando o recrudescimento da acumulação por espoliação como resposta para o que seria uma crise de sobreacumulação, onde, no entanto, a disponibilização da força de

trabalho aparece apenas como um elemento dentre outros recursos sociais de produção que seriam liberados a baixo custo e inseridos no curso da acumulação de capital.

Outra divergência entre o trabalho de Fontes (2010) e o de Harvey (2009), que leva a primeira a dirigir crítica ao segundo, diz respeito às dimensões interna e externa dos movimentos do capital. Harvey propõe-se a levar adiante a ideia de Rosa Luxemburg (1968), de que o capitalismo precisaria de algo externo a si, agregando complexidade ao assumir que o capital não apenas faz uso de um “outro”, mas o produz internamente, o que distingue a acumulação por espoliação da acumulação primitiva, uma vez que a última ocorreria sobre relações não capitalistas, já que, por definição, seria processo de gênese. Ao levar adiante essa dialética interno-externo, e referir-se a formas qualitativamente distintas de acumulação, a análise de Harvey (2009) poderia, para Fontes (2010), obscurecer importantes elementos do processo histórico de desenvolvimento capitalista e seu caráter desigual, heterogêneo, e combinado, dificultando a compreensão quanto à dinâmica interna da expansão capitalista, que promove e exacerba as condições sociais que lhe embasam. O trabalho de Harvey (2009), embora faça uso de uma categoria conceitual distinta da reprodução expandida, busca revelar a orgânica conexão entre a espoliação e os processos centrados na exploração, tendo como objetivo primário revelar, e não ocultar o caráter desigual e combinado do desenvolvimento, mediante a combinação da espoliação e exploração.

Tal argumento dificulta, porém, compreender como a dinâmica *interna* da expansão capitalista promove e exacerba as próprias condições sociais que estão na sua base, seja através da incorporação subalternizada de outros setores da produção, de outras regiões ou países, modificando e subordinando as relações que ali encontrou, seja pela sua expansão direta, como, por exemplo, através de industrializações de novas áreas. Em todos os casos, a imbricação é sempre desigual, porém tende a eliminar qualquer externalidade, à medida que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes. As expropriações, condição social de sua plena expansão foram realizadas de maneiras, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital, ainda que à custa de uma enorme brutalidade social, política e cultural (FONTES, 2010, p. 71).

Não obstante critique o argumento da acumulação por espoliação de Harvey (2009), Virgínia Fontes (2010) reconhece a importância de seu trabalho, por colocar em evidência a dinâmica predatória da expansão capitalista. Há setores e espaços cujas relações internas não são orientadas ao capital, como famílias e comunidades camponesas que resistem à expropriação e à penetração das formas de sociabilidade capitalista, constituindo algo que pode ser encarado como uma fronteira externa para o capital, a medida em que detenham controle sobre recursos sociais produtivos como a terra. No entanto, tratar-se-ia de um equívoco supor que tais espaços sociais estariam alheios à dinâmica capitalista, que vem estreitando as

fronteiras consideradas externas, ao passo que se intensificam os processos sociais de expropriação (FONTES, 2010, p. 72). As características do processo histórico de desenvolvimento capitalista apontam para uma tendência permanente de internalizar recursos sociais de produção sob controle do capital, através de processos sociais contraditórios, jamais reduzidos a uma forma econômica pura. Essas pressões se difundem através de dispositivos diversos, subordinando de maneira desigual espaços e populações ao capital, por vezes permitindo a reprodução parcial de meios de produção não capitalistas ou processos de reapropriação social, porém, sempre desenvolvendo obstáculos à possibilidade de uma reprodução social plena que não seja a capitalista.

Para Levien (2015), o grande avanço da leitura de Harvey (2009) reside no reconhecimento de que as espoliações são produto do capitalismo avançado, afastando o conceito do sentido de acumulação originária. O conceito, assim, torna-se mais versátil, capaz de explicar formas diversas de expropriação que pouco têm a ver com agricultura e que não necessariamente inauguram relações sociais capitalistas. Para além da acumulação primitiva, o conceito de Harvey (2009) captura processos contemporâneos que assumem formas particulares e geograficamente dispersas e cuja significância para o capital residiria mais no ativo expropriado que na força de trabalho dos despossuídos. A redefinição do conceito em relação à acumulação primitiva residiria, sobretudo, em sua função, transgredindo o sentido originário para dar-lhe sentido contemporâneo, a absorção do capital sobreacumulado na economia global. Embora faça referência a uma categoria distinta em relação a reprodução expandida, o conceito de Harvey (2009) não é definido pela presença de mecanismos extraeconômicos. Os mecanismos de acumulação por espoliação, pelo contrário, seriam primordialmente econômicos, atrelados aos dispositivos financeiros. A acumulação por espoliação, ao que pode se concluir, desdobra-se em dois eixos: o primeiro seria a transferência de valores sem equivalência mercantil, isto é, composto por fraudes ou estratégias predatórias de apropriação; o segundo na introdução de novos ativos e espaços que não constituíam capital nos circuitos da acumulação capitalista.

3.4 DISPOSITIVOS PREDATÓRIOS E CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TEORIA, TENDÊNCIAS GERAIS E CONFIGURAÇÕES PARTICULARES

A discussão a respeito dos dispositivos predatórios que integram o desenvolvimento capitalista é atravessada por processos de múltiplas dimensões. A nível mais geral, diz respeito aos antagonismos entre as relações tipicamente capitalistas e configurações sociais orientadas

por finalidades distintas. Quanto à dinâmica da acumulação capitalista, suas determinações gerais e limites, são resultados da inerente tendência à expansão capitalista. A continuidade da acumulação capitalista requer não apenas a valorização do valor, mas a reprodução ampliada de suas bases sociais e espaciais. Envolvem relações entre sociedades, a partir de dinâmicas de dominação e predação de recursos, bem como o acirramento de disputas políticas orientadas em torno da oposição entre capital e trabalho, que se manifestam não apenas nas disputas em torno da exploração do trabalho, fundamental para a acumulação capitalista, mas às formas de subordinação social que extrapolam os limites imediatos do processo produtivo, dando origem a conflitos sociais particulares.

Nas últimas décadas, têm se evidenciado por todo o globo processos de espoliação que tem como resultado tanto a expropriação internacional de recursos quanto processos internalizados que sujeitam inclusive economias capitalistas avançadas, como a privatização de bens públicos a outras formas de propriedade coletiva. Algumas características gerais podem ser observadas na expansão espacial e social do capital e no estreitamento de suas fronteiras por meio de processos de desapossamento e expropriação. As tensões entre capital e trabalho, mercados e sociedades, se manifestam no grande impulso recente que pode ser atribuído às expropriações, incidentes sobre virtualmente todos os espaços e relações sociais, enquanto dispositivos funcionais à acumulação de capital. Sob a rubrica da acumulação por espoliação, Harvey (2009) caracteriza as formas predatórias de acumulação como um dos aspectos centrais do capitalismo neoliberal, distinta da reprodução expandida por meio da exploração, mas organicamente ligada aos processos de valorização do capital. Virgínia Fontes (2010), por outro lado, considera os mecanismos de expropriação parte componente da reprodução capitalista, pois asseguram as bases sociais para a acumulação, que jamais deixa de ter a exploração da força de trabalho como fundamento principal.

Os dispositivos que envolvem as práticas predatórias da reprodução social capitalista possuem correspondência a alguns dos mecanismos que apreem na acumulação primitiva. No entanto, envolvem um contexto geral e configurações particulares inteiramente distintas, pois não dizem respeito a uma acumulação originária, mas às características do desenvolvimento capitalista. As expropriações incidem sobre recursos sociais, e podem ter como alvo as posses de produtores diretos, caso no qual se assemelham às práticas presentes no período originário do capitalismo, no entanto, são realizadas no contexto de uma hegemonia capitalista, onde ainda há espaços sujeitos à inserção desigual e progressiva no capitalismo global. As expropriações que incidem de maneira direta sobre configurações de produção não capitalistas, privando trabalhadores de seus meios de produção, são mais comuns à periferia do capitalismo global,

envolvendo novos processos de proletarização. Nos países capitalistas avançados, por outro lado, envolvem a dinâmica do aprofundamento da dependência de trabalhadores e a tendência geral de subordinação social ao mercado.

As fraudes, opressões e pilhagens que integram a dinâmica do capitalismo contemporâneo não são apenas produto de formas de dominação territorial. São realizadas através de mecanismos variados, que envolvem as formas internacionais de dominação, mediadas pelo caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista, bem como processos sociais internalizados, que afetam tanto países periféricos como centrais, como manifestação dos antagonismos sociais entre diferentes formas de apropriação, produção e distribuição. Os processos de expropriação não podem ser compreendidos como decorrência direta das determinações do capital, pois, via de regra, são mediados por dispositivos particulares, que não aparecem sob o grau de abstração que compõe a teoria geral da acumulação de capital. Não obstante, estão organicamente ligados ao problema da lucratividade capitalista e compõem os mecanismos usuais da reprodução capitalista, constituindo conjunto de técnicas funcionais para superar temporariamente limites internos à reprodução capitalista.

O aspecto central da expansão capitalista no cenário contemporâneo não é o de integrar territórios não capitalistas, mas aprofundar sua inserção nos circuitos capitalistas. A semelhança com os dispositivos da acumulação primitiva não pode, no entanto, mistificar o contexto em que ocorrem, de um capitalismo mundializado. As expropriações primárias (FONTES, 2010) que ocorrem nas economias periféricas são impulsionadas de maneira geral pela tendência capitalista à expansão e ao estreitamento de fronteiras, envolvendo estratégias particulares, que articulam poderes locais com aqueles exercidos internacionalmente. Envolvem, portanto, suas configurações de poder internas, articuladas com a penetração de capital estrangeiro, realizada por meio de mecanismos de aparência primordialmente econômica.

A intensidade atribuída recentemente às formas predatórias que assume a acumulação de capital pode ser interpretada como resultado do problema de sobreacumulação, que perdura com o baixo dinamismo econômico mundial. A trajetória recente do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo pode ser associada ao imperialismo, porém, sob uma configuração distinta de técnicas de poder, em relação àquelas que caracterizam outros períodos de dominação territorializada. Ocorrem, no contexto do capitalismo contemporâneo, sob a égide da hegemonia financeira e da concentração do capital monetário, através de formas de dominação mediadas primordialmente por dispositivos econômicos, embora envolvam, de maneira demasiado comum, a força, exercida por exércitos ou forças policiais.

Harvey (2006, 2007, 2009) realiza importantes contribuições para a discussão teórica geral e para a análise da economia política do capitalismo contemporâneo. Sua exposição a respeito das políticas neoliberais é precisa, levantando elementos que extrapolam as discussões comuns de política econômica, trazendo ao primeiro plano a atuação do Estado em processos de expropriação, além das privatizações. Sua proposição de que o neoliberalismo constitui um projeto, que ganha força com as condições desfavoráveis à acumulação, embora constitua, sem dúvida, parte do processo de instauração de regimes de governo neoliberais, pode ser demasiado voluntarista, atribuindo processos históricos complexos aos anseios da classe capitalista e aos imperativos imediatos da acumulação capitalista. A ênfase em formas de acumulação realizada por meio da espoliação traz questionamentos por vezes inexistentes em análises marxistas que tem a exploração como foco, sem deixar de considerar as tendências gerais da acumulação capitalista. A acumulação por espoliação, afinal, aparece como resultado dos problemas de alocação do capital excedente oriundo dos processos de valorização que ocorrem nas economias centrais do capitalismo e, portanto, mediante a exploração.

Uma maneira de inserir os mecanismos de espoliação no pensamento a respeito de uma interação global capitalista é considerar que a reprodução ampliada do capital, considerada em nível geral, corresponde a uma via arterial no exercício do poder capitalista sobre as populações, mas que se desprende em formas capilares à medida que a expansão capitalista ocupa espaços e requer certo domínio sobre as formações sociais particulares. As espoliações constituem alguns dos elementos que asseguram a capilaridade e o alcance das formas particulares de poder capitalista, fundamentais e necessárias para a reprodução capitalista, que estariam, na leitura de Harvey (2009), ausentes da teorização geral de Marx. A “grande estratégia” em questão é a acumulação de capital, e o sucesso em sua reprodução histórica não depende apenas dos mecanismos econômicos de dominação, mas de uma série de estratégias elaboradas e reelaboradas em torno de configurações sociais específicas. Na história do capitalismo e de sua expansão, sempre estiveram em operação dispositivos diferenciados de poder, compostos por estratégias nem sempre coercitivas, envolvendo discursos, instituições, subjetividades, relações complexas entre indivíduos e agrupamentos sociais sujeitos a uma existência que depende das relações de produção. As espoliações são funcionais para a acumulação em nível geral por tanto aprofundar a dependência dos trabalhadores da relação-capital, quanto liberar espaços e ativos para a acumulação de capital, atuando a nível capilar, amparadas não apenas nos dispositivos da economia, mas nas configurações dinâmicas de poder.

O Estado, embora sujeito à lógica normativa característica do capitalismo neoliberal, ainda responde à população, e às formas políticas democráticas, atuando na provisão de serviços

públicos fundamentais que são tidos em inúmeras sociedades como direitos, como saúde e educação. Está não obstante, implicado na maior parte dos processos de espoliação, disponibilizando oportunidades lucrativas ao capital, de maneira mais ativa do que se poderia esperar diante do discurso do neoliberal. Cabe ressaltar, adicionalmente, que a propriedade do Estado também pode se contrapor aos comuns, por sobrepor-se às formas de manejo social direto. Mesmo quando sua atuação possui finalidade social relevante, ou interesse nacional, sua atuação pode resultar em impactos sociais perversos sobre as populações afetadas, incidindo sobre o controle de comunidades das condições necessárias à sua sobrevivência.

O mesmo objeto sujeito às expropriações, como a terra ou a água, pode incluir configurações bastante particulares. A cultura, em níveis nacionais ou ainda mais localizados, apresenta distinções importantes, que fazem com que os processos de espoliação e suas consequências sejam interpretados de formas múltiplas e afetem de formas distintas as diferentes nações e agrupamentos sociais. As relações políticas em mutação entre sociedades, mercado e o Estado, embora possam ser interpretadas em um nível geral, são pautadas por configurações sociais particulares. Embora possam ser colocados sob uma contextualização global, configurações tradicionais, fortemente associadas aos locais onde se desenvolveram, são pautadas por cosmovisões que podem ser inteiramente distintas daquelas que caracterizam as relações capitalistas. Discutir eventuais melhorias em suas condições de vida com o desenvolvimento capitalista sob uma perspectiva de renda pode desconsiderar aspectos sociais valorizados prioritariamente por determinados agrupamentos sociais.

Os movimentos de resistência de povos tradicionais são voltados para a proteção de formas culturais e sociais preexistentes aos avanços do mercado. Na periferia do capitalismo surgiram diversos movimentos locais de resistência à acumulação por espoliação diante de impactos políticos e transformações sociais cada vez mais intensas pelos avanços do sistema de mercado. Outros movimentos, não menos relevantes, são voltados para a proteção de novas formas culturais e sociais orientadas pelo comum, enquanto mecanismos de emancipação social. Diante de um Estado cada vez mais voltado para os interesses do capital e menos para os interesses sociais, a defesa dessas iniciativas coletivas torna-se ainda mais importante. Elas garantem às populações algum grau de empoderamento diante da dinâmica de exploração e ameaça de expropriações. Ainda que o potencial de criação e a resistência social aos processos de expropriação se manifeste em lutas travadas em contextos bastante particulares, compartilham relação com as tendências gerais da acumulação capitalista e sua oposição às formas sociais não orientadas pelo mercado.

O que tem sido observado no contexto do capitalismo contemporâneo é uma ampla penetração das relações sociais capitalistas e de seus objetivos de valorização um número crescente de arenas sociais, incrementando a subordinação da sociedade aos mercados. São impulsionadas por tendências e limites gerais da acumulação capitalista, e tem sua intensidade recente ligada à reconfiguração social do capitalismo sob a hegemonia mundial das finanças e do neoliberalismo. Não obstante possam ser interpretadas por um viés teórico, geral, as formas predatórias de acumulação envolvem uma série de dispositivos cuja complexidade não é comportada sob o mesmo grau de abstração. São necessárias análises focalizadas, concentradas sobre processos particulares, em que aparecem sujeitos e estratégias sociais e políticas, no entanto, sem deixar de ter em mente aquilo que iguala os diferentes processos de espoliação. Os trabalhos de teorização de Harvey (2009) e Fontes (2010) são importantes ferramentas de auxílio para a realização de análises focalizadas, permitindo uma compreensão geral.

O estudo sobre processos sociais, segundo Virgínia Fontes (2010), exigiria dois movimentos que tencionam em direções opostas. É preciso, por um lado, tornar explícita a generalidade dos processos em questão, o que há de comum entre as múltiplas manifestações singulares do mesmo, nas quais encontramos sujeitos específicos, lutas, conflitos e estratégias movidos por sujeitos concretos. O sujeito oculto, abstrato, que define a generalidade, não poderia explicar a totalidade das manifestações concretas. Em termos do estudo das sociedades capitalistas, significaria que, se, por um lado, o capital e as relações de mercado podem ser apontados como elementos determinantes para a sociedade contemporânea, por outro, não deixa de ser fundamental trazer à tona a infinidade de sujeitos que são os protagonistas efetivos dos processos históricos (FONTES, 2010).

4 O CHAMADO GLOBAL LAND GRAB E A TERRA COMO ESPAÇO DE ESPOLIAÇÕES

Territórios com condições favoráveis à produção e extração de coisas úteis e necessárias estão historicamente sujeitos a conflitos, muito antes do desenvolvimento do capitalismo. A terra agricultável, desde o estabelecimento dos primeiros agrupamentos sociais sedentários, tornou-se um recurso fundamental, cujo controle representava nada menos que a sobrevivência. Muito embora a população dos espaços urbanos já tenha superado numericamente a população rural, no início do século XXI, e a agricultura conte com uma participação econômica limitada nas cadeias globais de produção de valor, a terra é espaço fundamental da reprodução social, jamais secundário, pois dela depende de maneira geral o sustento da humanidade, não obstante à aparentemente interminável produção de valores. Além do mais, sob a óptica do valor, os custos de reposição da força de trabalho dependem em grande medida do preço de alimentos e do acesso a recursos naturais territorializados e desigualmente distribuídos.

No presente capítulo consta uma revisão bibliográfica a respeito do fenômeno que vem sendo chamado *global land grab*, que se refere à aceleração de processos de apropriação corporativa sobre a terra na última década. Inicialmente, são apresentadas duas narrativas, difundidas pelo Banco Mundial e pela *Food and Agriculture Organization* (FAO), que representam visões institucionais a respeito da conjuntura recente de crescente demanda por terras e elevação dos preços alimentares, em meio à promoção dos investimentos na produção agrícola como alternativa de desenvolvimento, bem como a denúncia ligada a movimentos sociais do campo que originou o termo *land grabbing* para designar a ameaça da expropriação de camponeses diante da avidez global por terras. A seguir, são apresentadas perspectivas da economia política agrária que designam linhas de análise para a compreensão do fenômeno e realizam críticas às visões inicialmente difundidas, discutindo o uso das categorias da acumulação primitiva e da acumulação por espoliação nas análises do *global land grab*. Por fim, apresenta-se a introdução do tema na literatura que tem como objeto o Brasil.

4.1 NARRATIVAS INSTITUCIONAIS E A DENÚNCIA DO *GLOBAL LAND GRAB*

Desde 2008, após a primeira onda de impactos financeiros da crise econômica, tem sido noticiado, pela mídia e por organizações internacionais como o Banco Mundial, um significativo aumento no interesse pelo controle de terras agrícolas, enquanto fenômeno recente

e de alcance global. O relatório *Rising Global Interest in Farm Land* (WORLD BANK, 2010, apud MAKKI; GEISLER, 2011), a partir de um mapeamento das transferências de terra entre 2004 e 2009, em quatorze países, revela uma quantidade crescente de terras inseridas à produção agrícola comercial. A África é caracterizada como o principal destino dos grandes investimentos em terra e agricultura industrial, com cerca de 70% das transações referidas. Entre 2008 e 2009 estima-se que a posse de mais de 40 milhões de hectares de terra foi transferida, segundo levantamento do Banco Mundial (WORLD BANK, 2010), uma quantidade que supera 20 vezes a média anual nas últimas quatro décadas. As motivações e os mecanismos das transações são variados, mas o aspecto comum que vem sendo identificado é uma aceleração na aquisição de terras, através de compras ou arrendamentos – sobretudo no hemisfério Sul – por interesses transnacionais e domésticos.

O relatório *Agriculture for Development* (WORLD BANK, 2008), marca o reposicionamento da agricultura na agenda política do Banco Mundial. O relatório discorre sobre a importância da agricultura para estimular o crescimento econômico, a superação da pobreza, promover a segurança alimentar e a sustentabilidade, através dos serviços ambientais, indicando de maneira enfática a necessidade de aumentar a produtividade agrícola, a partir da integração da agricultura familiar aos mercados globais, migrando para culturas de valor elevado, e de investimentos em terras com potencial produtivo subutilizado. A subutilização da terra, sobretudo em regiões com baixa densidade populacional, que, sob tal perspectiva, inclui a ocupação da terra através da agricultura ou pecuária de subsistência, é identificada pelo relatório como oportunidade, em um contexto de elevada demanda mundial por alimentos, possibilidades técnicas para o aumento da produção agrícola e disponibilidade global de capitais para investimentos no agronegócio. O padrão recente de expropriação de terras no Sul global revitaliza, para McMichael (2012), um elemento antigo e dormente dos discursos de modernização, de que a industrialização da agricultura seria necessária para o desenvolvimento, parte das antigas estratégias de difusão da "revolução verde". O relatório de desenvolvimento do Banco Mundial de 2008 ilustra precisamente essa retomada, advogando, pela primeira vez em 25 anos, pela agricultura como foco de estratégias de desenvolvimento (MCMICHAEL, 2012).

Para cumprir com as expectativas, segundo o documento (WORLD BANK, 2008), seriam necessárias profundas reformas de governo, dando origem a uma redefinição nas relações entre os mercados, a sociedade civil e o Estado. A promoção de políticas de titulação e desenvolvimento dos mercados de terra é indicada como via para a elevação da produtividade agrícola, promovendo a diversificação das fontes de renda das populações rurais e facilitando

sua saída da agricultura e da pobreza. O Estado, sob tais prescrições, deveria atuar na correção de "falhas de mercado", regular a competição, e engajar-se estrategicamente em parcerias para promover a competitividade no agronegócio, além de dar apoio à inserção de trabalhadores rurais e pequenos proprietários aos mercados, no entanto, com grande cuidado para não produzir distorções no funcionamento competitivo dos mercados. As prescrições políticas presentes nos relatórios do Banco Mundial recorrem à ideia imediata de que o crescimento da produção promove a redução da pobreza, e, se tratando de um crescimento agrário, oferece maior segurança alimentar, enfatizando benefícios indiretos, hipotéticos, enquanto desconsideram alguns dos impactos diretos do desenvolvimento progressivo da agricultura comercial capitalista sobre as relações socioespaciais das populações que ocupam o campo. A síntese do argumento do Banco Mundial é de que a maior parte da população pobre do mundo e da África reside em áreas rurais, com modos de vida ligados à agricultura, em regiões por vezes sujeitas a crises alimentares, o que os faria beneficiários diretos e indiretos do aumento da produção agrícola.

A ideia de que a população ocupada na produção agrícola não comercial é pobre e como consequência beneficiária de aumentos gerais na produção, mesmo quando concentrados nos grandes empreendimentos de agricultura industrial, é inerente à narrativa do desenvolvimento propagada por pelo Banco Mundial. Em relação à agricultura familiar, encorajam a promoção de políticas de transição para culturas de alto valor agregado e integração aos mercados globais, incluindo mercados fundiários, enquanto reconhecem as desvantagens competitivas em relação ao agronegócio em virtude da escala de produção. É sem dúvida interessante a ambiguidade que marca o tom dos relatórios do Banco Mundial, promovendo grandes investimentos em terras e no agronegócio em meio a um discurso de apoio à agricultura familiar, buscando demonstrar sensibilidade aos desafios impostos às populações camponesas no contexto das crescentes pressões do mercado, que, por outro lado, são consideradas necessárias, para seu próprio bem, por estimular o aumento da produtividade. A solução proposta, para contemplar a população camponesa, é uma transição geral à agricultura de valor elevado, a descentralização de atividades econômicas para as zonas rurais, a assistência para retirar populações das atividades agrícolas, que abriria portas para a saída da pobreza e reduziria a heterogeneidade social característica das sociedades rurais (WORLD BANK, 2008).

O relatório *Rising Global Interest in Farmland* (WORLD BANK, 2010) dedica um capítulo inteiro à identificação de regiões com potencial subutilizado de produção agrícola, principalmente na América Latina e na África, apresentando territórios como oportunidades de investimento. Tais áreas, consideradas subutilizadas, são em geral ocupadas, por vezes

cultivadas para subsistência, ou terras comuns, utilizadas para pastoreio e acesso aos demais recursos utilizados pelas populações camponesas. O relatório argumenta que nessas áreas, em especial nas de baixa densidade populacional, os investimentos privados de grande escala na agricultura podem gerar taxas de lucro atrativas e oferecer benefícios sociais para as nações receptoras. O relatório *Awakening Africa's Sleeping Giants* (WORLD BANK, 2009) enfatiza as enormes reservas de terra no continente africano, enquanto o relatório seguinte (WORLD BANK, 2010) caracteriza a maior parte dos países da África Sub-Saariana como espaços com potencial agrícola subutilizado (*high yield gaps*) e ampla disponibilidade de terras (FAKKI; GEISLER, 2011). O tom geral dos relatórios é de que a baixa população em determinados territórios faria da agricultura industrial de grande escala a melhor opção enquanto estratégia de desenvolvimento, muito embora resulte, provavelmente, na transformação forçada das relações sociais ligadas aos territórios “subutilizados”.

À promoção de investimentos agrícolas como estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza por parte do Banco Mundial, somam-se os temores do que seria uma crise mundial na produção de alimentos, que vem sendo propagados pela mídia e instituições como a *Food and Agriculture Organization* (FAO). A principal evidência apresentada pela FAO (2008) é o aumento significativo no preço dos alimentos desde o ano de 2006, anterior à crise financeira, o que reflete em maiores dificuldades de acesso à alimentação. Em meio à elevação dos preços alimentares, a FAO (2008, apud BORRAS; FRANCO, 2012) anunciava que, para que fossem supridas as crescentes demandas por alimento, a produção mundial teria que dobrar até 2050, algo fundamentalmente urgente em países rurais e pobres, onde concentrar-se-iam 95% das expectativas de aumento populacional no período, além de grandes “reservas de terra subutilizada”. A convergência recente de múltiplas crises, financeira, ambiental, energética e alimentar, ademais, tem contribuído para a valorização recente do controle sobre a terra, sobretudo aquela localizada no Sul (BORRAS; FRANCO, 2012). O aumento dos preços alimentares possui impactos sociais profundos, não à toa, utilizados para promover os investimentos transnacionais na agricultura nos discursos institucionais do desenvolvimento. Além de elevar de maneira conjuntural a lucratividade no setor do agronegócio, o que já atrai investimentos capitalistas, e possibilitar ganhos financeiros de arbitragem nos mercados futuros, forma de capitalização da escassez de alimentos, o aumento nos preços alimentares resulta na elevação do custo de reposição da força de trabalho, podendo exercer pressões sobre a lucratividade nos demais setores, como argumenta Araghi (2009).

Algumas causas que vem sendo atribuídas ao aumento do preço dos alimentos, segundo Akram-Lodhi (2012), são a demanda de países com rápida elevação da renda como

Índia e China, o estímulo à produção de biocombustíveis que desloca a utilização da terra para fins não alimentares, o impacto das mudanças climáticas sobre as colheitas, a redução da produtividade na produção, sobretudo nos países em desenvolvimento, bem como o rápido desenvolvimento de instrumentos financeiros ligados às commodities agrícolas, como alvo de movimentos especulativos e estratégias de redução de riscos. Destes, destacam-se no período recente aqueles que fazem referência às finanças e o desenvolvimento de instrumentos financeiros ligados às commodities agrícolas, além da grande demanda por biocombustíveis, como propulsores da tendência de elevação no preço dos alimentos (AKRAM-LODHI, 2012). Esse surto de elevação dos preços agrícolas e os demais impactos sociais da crise de 2008 levou milhões de pessoas de volta à pobreza, e à adoção de estratégias de acesso a fontes alimentares por parte de governos de todo o mundo, em um contexto conflituoso de fome e elevados preços. O que é apresentado pela FAO como uma crise global na produção de alimentos, que urge pelo aumento da produção agrícola, para Akram-Lodhi (2012), se trata de uma crise global de subsistência decorrente das desigualdades inerentes ao capitalismo.

However, this occurred even though there was, as has been demonstrated, no crisis in food production, only financially and biofuel driven distortions in global food demand. This is the reason why I refuse to label the current circumstances of world food system a ‘food crisis.’ There is a global crisis of subsistence, in that too many people, day in and day out, are unable to meet their food needs. This, however, is not a function of food production, which is more than ample to meet the needs of all. It is rather a function of the normal, routine and everyday workings of the modern food system and the terms and conditions by which people do or do not receive entitlements to food. (AKRAM-LODHI, 2012, p. 125)

Respondendo à mesma configuração histórica que motiva os discursos anteriormente descritos, desde outubro de 2008, a GRAIN, uma ONG internacional de apoio à agricultura familiar e movimentos sociais ligados ao campo, tem publicado uma série de notícias e artigos a respeito da apropriação mundial de terras através de negociações transnacionais, em especial, ligadas a investimentos na comercialização de commodities agrícolas. A elevada atratividade recente das atividades agrícolas e da terra como alvo de investimentos, na conjuntura de elevação dos preços dos alimentos e crescimento dos mercados de biocombustíveis, segundo a GRAIN (2008), teria levado a um surto global de *land grabbing*, definido como a tomada agressiva do controle sobre a terra, através da atuação de Estados e interesses corporativos. O tom de denúncia é motivado pelo desapossamento e expropriação de camponeses, que têm perdido acesso a recursos comunais e sido despejados de suas terras, processos que estariam tornando-se mais intensos e acelerados. Não obstante a espoliação sobre populações camponesas tenha sido elemento contínuo do desenvolvimento global capitalista, o fenômeno

vem sendo apresentado, a priori, como processo novo e de caráter global, cujo motor seriam as aquisições e arrendamentos de terra por grupos estrangeiros, sem que, no momento inicial, ainda houvesse estudos detalhados para embasar tais conclusões (OLIVEIRA, 2010). Oferecendo uma visão global do fenômeno, o relatório *Seized: The 2008 landgrab for food and financial security* (GRAIN, 2008) atesta em seu resumo que:

As crises alimentar e financeira da atualidade, combinadas, desencadearam um novo ciclo mundial de apropriação de terras. Os governos com 'insegurança alimentar', que dependem de importações para alimentar sua população, estão tomando rapidamente terras agrícolas em todo o mundo, onde produzem seus próprios alimentos fora do país. Corporações mundiais que comercializam alimentos e investidores privados, com fome de lucros em meio à profunda crise financeira, veem o investimento em terras agrícolas estrangeiras como uma importante nova fonte de renda. Como resultado, férteis terras agrícolas são privatizadas e, cada vez mais concentradas. (GRAIN, 2008 apud OLIVEIRA, 2010)

O termo *global land grab*, desde então, tem sido utilizado para referir-se a uma conjuntura de fatores que conjuntamente potencializam o avanço de investimentos capitalistas sobre a terra e o desapossamento de camponeses. Dentre estes está o crescimento global das transações comerciais ligadas à terra, os movimentos especulativos em torno de commodities agrícolas e terras, os investimentos no agronegócio e na comercialização de alimentos e biocombustíveis, em meio a um contexto do que tem sido caracterizado pela conjunção de crises globais de ordens energética, alimentar e ambiental, às quais soma-se a crise econômica. A ênfase das discussões a respeito do fenômeno costuma aproximar-se de visões a respeito do passado, em que companhias e governos de países centrais expropriam recursos de países periféricos, como nas práticas imperialistas e coloniais, atraindo atenção ao papel potencial e atualmente exercido pelas negociações de terra como frente de um novo ciclo de desapossamentos e expropriações (BORRAS; FRANCO, 2012). Embora tenha sido introduzida como denúncia dos impactos sociais dos crescentes investimentos em terra, a discussão a respeito dos *land grabs* tem sido inserida em discursos voltados a interesses corporativos, onde o desapossamento aparece como problema de regulação, cuja solução seria a regularização de títulos de propriedade sobre a terra, negociáveis no mercado de terras. Essa dissociação de visões a respeito do fenômeno fica ilustrada na representação do mesmo enquanto *land grabbing*, termo politicamente carregado, ou como “grandes investimentos em terra” forma com a qual é abordado o mesmo fenômeno enquanto parte de discursos institucionais, ocultando seus impactos sociais em meio a uma narrativa de desenvolvimento (BORRAS; FRANCO, 2012).

4.2 ANÁLISES DO GLOBAL LAND GRAB

A terra, de presença reduzida nas discussões a respeito do desenvolvimento desde o fim do ciclo de expansão agrícola ligado à “revolução verde”, por conta do baixo valor da produção agrícola diante das infinitudes produtivas do capital, embora jamais tenha deixado de ser enfatizada em análises agrárias críticas e pelos movimentos sociais do campo, foi realçada ao centro do debate por instituições como o Banco Mundial e a FAO. Ao que se pode concluir na literatura emergente sobre o tema, a caracterização do *land grabbing* teve como ponto de partida a denúncia de movimentos sociais e ONGs, que lançaram o termo em meio a interpretações particulares a respeito do fenômeno, de suas causas e efeitos. Um dos componentes da interpretação inicialmente lançada é o elemento transnacional na tomada de controle sobre a terra, que remete à imagem de processos imperialistas de apropriação de recursos. O termo *land grabbing*, que surge em meio à denúncia de movimentos sociais na conjuntura de avanço de investimentos capitalistas na terra, que se acelerou após a crise de 2008, tem sido utilizado amplamente na literatura acadêmica, muito embora não possua uma definição consensual. A literatura tem abordado o *global land grab* como um surto global de desapossamentos e/ou grandes aquisições transnacionais (ou não) de terra, caracterizações distintas, que se sobrepõe.

Parte da literatura tem considerado o *global land grab* como um surto de grandes negociações de terra, mensuráveis a medida em que existam registros, que incidem sobre as configurações sociais ligadas às terras negociadas. Outros trabalhos têm contribuído para aprofundar o debate, questionando o caráter das negociações de terra, pensando no *land grabbing* enquanto um novo ciclo de apropriação corporativa de terras, com efeitos desiguais sobre as diferentes frações da população camponesa, algumas das quais podem ter sucesso, integrando-se como produtores comerciais, enquanto outras estão sujeitas à perda da terra e potenciais marginalização ou inserção enquanto trabalhadores assalariados. Análises sob a perspectiva da economia política agrária costumam levar em conta os processos de desapossamento de camponeses e os demais fatores determinantes para sua inserção e/ou marginalização nos processos de acumulação de capital, investigando as configurações políticas e econômicas envolvidas nos processos de transformação agrária, o perfil dos investidores e o papel de governos.

Outra linha de considerações a respeito do fenômeno o tem caracterizado como um crescente movimento de aquisições transnacionais de terra, em negociações de grande escala. As aquisições estrangeiras, no entanto, compreendem apenas uma fração dos processos de apropriação corporativa do controle sobre a terra, o que pode levar à desconsideração de

trajetórias históricas de transformação social agrária através da capitalização da produção sobre a terra que não são determinadas por forças externas, ou que são ocultadas pela escala reduzida das negociações que, não obstante, podem cobrir grandes áreas conjuntamente. Além do mais, é importante compreender as formas através das quais agentes econômicos e políticos estrangeiros tem se envolvido nas negociações de terra, distintas de processos imperialistas e neocoloniais, objeto de algumas das análises acadêmicas sobre o tema.

A literatura em torno da crescente demanda global por terra e o *land grabbing* é bastante diversa quanto aos objetos e rumos investigativos, não há um conjunto definido de ferramentas de análise, sequer uma delimitação compartilhada a respeito do objeto de investigação. Há argumentos de que a elevada demanda por terras seria resultado de mudanças no regime global de alimentação, resultando em novas dinâmicas de utilização da terra, ou de que seria uma resposta à elevação do preço dos alimentos, que possui efeitos negativos sobre a lucratividade do capital industrial, por exemplo. Propõe-se definir o que vem sendo chamado *global land grab*, em uma concepção geral, enquanto uma recente aceleração na tendência histórica de incorporação progressiva de territórios rurais à produção global capitalista. O termo *land grabbing* designa, de maneira simples, a apropriação de terras, muito embora seja empregado a partir de distintos significados na literatura.

Um dos desafios na compreensão do fenômeno é a dispersão e distinção qualitativa entre os dados disponíveis. Por ocorrerem em todo o mundo, sob institucionalidades bastante distintas, através de contratos nem sempre formalizados e de procedimentos poucas vezes transparentes, os dados disponíveis a respeito das negociações de terra possuem algumas distorções, que levam a possíveis equívocos, quanto a distribuição geográfica de tais negociações, já que são mais evidentes em países com políticas de dados abertos, ou quanto à dimensão da presença estrangeira, alvo de maior exposição midiática que as negociações domésticas de terra. Não obstante as limitações de acesso, estudos quantitativos a respeito do *land grabbing* têm se voltado à sistematização de dados reunidos de fontes diversas, como trabalhos de pesquisa em campo, relatórios de organizações locais e internacionais, documentos oficiais de governo, portais corporativos e reportagens da mídia, dando origem a alguns bancos de dados publicamente disponíveis¹.

Segundo estimativas de múltiplas fontes, sistematizadas na plataforma colaborativa e observatório global *Land Matrix*, que leva em conta negociações que envolvem o controle, uso, ou propriedade de áreas superiores a 200 hectares, realizadas desde o ano 2000, implicadas na

¹ Algumas das fontes de dados disponíveis, que dizem respeito a transações de terra de grande escala, são: www.commercialpressuresonland.org, www.farmlandgrab.org, e a plataforma colaborativa landmatrix.org.

potencial conversão de seu uso para fins corporativos, foram negociados globalmente cerca de 72 milhões de hectares. Além disso, os dados revelam mais de 12 milhões de hectare sob negociação, além de pouco mais de 10 milhões ligados a declarações de interesse. Do total de negociações concluídas, pouco mais de 50 milhões de hectares foram negociados em acordos transnacionais, e cerca de 20 milhões de hectares foram envolvidos em negociações domésticas de grande escala. Um dos aspectos interessantes dos dados disponíveis é o grande volume de negociações envolvendo áreas de preservação ambiental, que chega a 23 milhões de hectares, enquanto a aquisição de terras para a produção agrícola chega a 33 milhões.

4.2.1 Economia política agrária e o global land grab

Para uma melhor compreensão do fenômeno é importante investigar as características e modalidades particulares de negociação e a configuração histórica que tem impulsionado as negociações de terra no período recente, sem deixar de ter em conta a dinâmica geral de transformação agrária e as transformações no uso da terra. O foco dos trabalhos de economia política agrária que têm abordado o *global land grab*, segundo White et al. (2012), reside nas maneiras através das quais o fenômeno cria dinâmicas específicas de propriedade, como a espoliação de terras, água, florestas e outros recursos de propriedade comum; a sua concentração, privatização e transação como propriedade corporativa; e como consequência, a transformação dos regimes de trabalho agrários. Compreender essa conjuntura efetivamente requer a análise de configurações gerais e particulares das dinâmicas sociais envolvidas nas transformações agrárias recentes, superando análises técnicas a respeito da transição entre distintos usos da terra, que costumam ocultar as dinâmicas de transformação nas relações de propriedade e as relações sociais construídas em torno da terra (BORRAS; FRANCO, 2012).

A transformação do uso de terra e das relações de propriedade, a reorganização da produção e incorporação de recursos e comunidades nas cadeias globais de commodities influenciaram a dinâmica social agrária em diversas dimensões. Além disso, como fatores que impulsionam as transformações, deve ser considerada a importância da política, o papel das mobilizações de resistência, as diferentes formas de governança e as narrativas políticas e discursos. White et al. (2012) argumentam que os principais questionamentos a respeito da apropriação corporativa de terras poderiam ser respondidos através de perguntas simples, porém fundamentais, propostas por Bernstein (2010): “*Who owns what? Who does what? Who gets what? What do they do with it?*”.

To these questions we would add two more: ‘what do they do to each other? (How do social classes and groups in society and within the state interact with each other?)’, to capture the relational and political side of property and labour regimes, labour processes and structures of accumulation, and ‘How do changes in politics get shaped by dynamic ecologies and vice versa?’, emphasizing the political-ecological context of land deals. [...] Then of course we need to go further than these descriptive [...] questions, in order to understand the ‘how’ and ‘why’ of these patterns.” (WHITE et al., 2012, p. 621)

Para Borrás e Franco (2012), um aspecto central para a compreensão da dinâmica de transformação das relações sociais baseadas na terra é conhecer as direções em que ocorrem transferências do controle efetivo sobre a riqueza com base na terra, incluindo a propriedade e o controle efetivo sobre os rumos gerais da produção, utilização e distribuição de excedentes, além de analisar os efeitos das políticas públicas no setor. Essa perspectiva permitiria ver as coisas para além do que está presente em documentos oficiais, que classificam as terras como públicas ou privadas, além de uma visão desagregada das classes sociais, das disputas e conexões que lhes envolvem em suas relações particulares com a terra, sujeitas à dinâmica histórica de reconfigurações socioeconômicas, políticas e culturais, uma visão que contrasta com aquela propagada pela visão ortodoxa das organizações globais de desenvolvimento (BORRAS; FRANCO, 2012).

A partir de uma noção ampla da governança, Wolford et al. (2013) apresentam alguns fatores chave, que permitem compreender os diferentes processos de aquisição de terra, suas formas e consequências particulares e comuns: o território, ou a extensão legal do poder do estado sobre o solo; a soberania, ou a capacidade de governantes de controlar as condições de sua própria reprodução; autoridade, ou o papel dos diversos atores no governo em escalas múltiplas, sejam representantes legítimos do estado, ONGs, líderes comunitários ou representantes corporativos; sujeitos e subjetividades. Se tratam de componentes relacionais, influenciados pelas práticas cotidianas e discursos, tanto quanto pelas instituições formais. O papel do conflito e da autoridade, bem como o exercício de formas e escalas distintas de poder, coercitivas ou constitutivas, seria central na determinação do acesso à terra, bem como trabalho, renda e capital. A análise dos aspectos materiais da produção e reprodução social em contextos altamente politizados – considerando as diferentes formas assumidas pelas relações de poder – permite maior entendimento das interconexões entre o espaço e as economias políticas do desenvolvimento. A escala e velocidade das aquisições de terra – e as profundas transformações sociais – nas últimas décadas trazem à luz do dia questões discutidas há tempo, como o imperialismo, modos de produção e reprodução social e a relação entre organização política e capital, as quais requerem um reexame (WOLFORD et al., 2013).

Os questionamentos que emergem do *global land grab*, segundo White et al. (2012), poderiam ser abordadas com o uso hierarquizado do conjunto de conceitos: regime global de produção de commodities agrícolas, cadeias globais de valor e regimes agrários de trabalho. Os regimes globais de produção de alimentos e demais commodities agrícolas, e suas relações com as cadeias globais de produção de valor, podem ser caracterizados como regimes políticos das relações globais de valor que assumiriam configurações particulares em distintos períodos históricos. Sob essa óptica, a globalização neoliberal significaria não apenas o aprofundamento da interdependência econômica, mas uma estrutura que resulta de uma organização estratégica. As cadeias globais de valor representam a estrutura econômica através da qual os distintos atores e instituições desenvolvem suas relações e práticas, conectando a economia política local a redes relacionais mais amplas, cujos subprodutos são influenciados pelo exercício de poder em níveis variados. Ao nível local dessas cadeias de valor, a análise dos regimes de trabalho constituiria uma ferramenta útil para a análise das estruturas agrárias, permitindo a comparação espacial e temporal entre as diferentes configurações, identificando características e processos de contestação, conflito e negociação (WHITE et al., 2012).

Em uma investigação preliminar, não obstante, sistemática, Borrás e Franco (2012) buscam oferecer uma perspectiva da economia política envolvida nos grandes negócios de terra e no proclamado surto recente através de duas dimensões cruciais do fenômeno que foram alvo de exposições sistemáticas e detalhadas na emergente literatura a respeito do *global land grab*: a dinâmica de transformações na utilização da terra e nas relações de propriedade, bem como suas inter-relações, complexas e heterogêneas. Algumas das perspectivas relevantes para a discussão, segundo os autores, seriam trabalhos a respeito da dinâmica de diferenciação de classes como aspecto fundamental das transformações agrárias capitalistas, que auxilia a compreensão das condições desiguais da incorporação de camponeses à agricultura comercial, a observação de Polanyi (1956) a respeito das disputas sociais em torno da terra e sua transformação em uma mercadoria de valor quantificável, a teorização de Harvey (2009) a respeito da acumulação por espoliação como componente contínuo do desenvolvimento capitalista, inerentemente desigual, além do trabalho de Tania Li (2011), que enfatiza as consequências mais perversas sobre os camponeses despossuídos, a marginalização.

Em meio ao contexto de aceleração dos investimentos capitalistas na terra, que serve de impulso à dinâmica de transformação social agrária, algumas das generalizações presentes na literatura merecem consideração. A primeira questão substantiva que merece ser abordada é a da definição do que viria a ser o chamado *land grabbing*. Os estudos conduzidos pela FAO, bem como análises que reproduzem a centralidade da questão alimentar em relação ao

fenômeno, acabam por ocultar o escopo e a extensão dos *land grabs* e das trajetórias desiguais de mudança agrária. Uma melhor compreensão do fenômeno residiria na ampliação de sua definição sem excluir os elementos distintivos dessa onda contemporânea de *land grabbing*. Borrás et al (2012) apresentam sua contribuição para a discussão a partir de três elementos interligados na definição dos *land grabs* contemporâneos: o primeiro é compreender os *land grabs* essencialmente como “*control grabbing*”, isto é, enquanto a tomada do controle a terra e demais recursos territorializados como a água e reservas de biomassa, a fim de auferir benefícios (lucros) do controle; além do mais, se faz necessária uma classificação clara e coerente a respeito das transações de terra sob consideração, definindo escalas espaciais distintas para as variadas formas de uso dos territórios, quais sejam para agricultura industrial, mineração, projetos de conservação ambiental, além da escala de capital envolvida nos negócios; por fim, sustentam que o aspecto distintivo do surto recente de *land grabbing* seria a inserção acelerada de espaços na dinâmica da acumulação de capital, impulsionada pela convergência de crises alimentar, energética, ambiental e econômica.

A literatura traz controvérsias em relação às metodologias utilizadas nas estimativas quanto à extensão das negociações de terra e questionamentos sobre uma definição que vem sendo utilizada, restringindo o objeto de análise às negociações de terra de grande porte, excluindo a incorporação de áreas menores e ocultando as relações sociais envolvidas, sob o véu da aparente transação comercial de equivalentes. Além disso, reproduzindo parcialmente os discursos difundidos pela mídia, alguns trabalhos acadêmicos sobre o *global land grab* têm enfatizado o caráter transnacional das transações de terra, em análises que acabam por ocultar os determinantes internos das dinâmicas de transformação agrária. Não obstante, diversas análises confirmam o crescimento global das negociações de terra, corroborando a hipótese de um aumento na extensão das transações de terra. O crescimento recente nas negociações de terra tem sido induzido por emergentes complexos globais de produção e comercialização de mercadorias agrícolas, além do mais, a consolidação de mercados de terra em meio à crescente demanda tem levado a atividades especulativas em torno dos valores fundiários.

Um dos aspectos fundamentais da discussão a respeito da conjuntura recente de apropriação de terras é a atuação econômica transnacional e nacional de variados setores corporativos, ligados ao petróleo e indústria automobilística, mineração e florestamento, biotecnologias, presentes na aquisição ou no interesse em adquirir direitos sobre grandes territórios para a construção, manutenção e expansão de empreendimentos de grande escala nos setores extrativista e agroindustrial. O *land grabbing* é caracterizado por autores como Makki e Geisler (2011) como um movimento agressivo de *aquisição estrangeira* de terra e recursos,

através de transferências diferenciadas, em amplitude, forma de obtenção do controle, qual seja como aquisição ou arrendamento, e consequências particulares sobre as diferentes configurações socioespaciais afetadas. Os recursos sujeitos ao surto transnacional de concentração de ativos, ademais, não se restringem à terra, abrangendo a água, minérios, substâncias genéticas e espaços de preservação. No entanto, análises críticas têm apontado para a importância de negociações de terra realizadas por proprietários nacionais de capital, além de empreendimentos nacionais financiados por fundos de investimento estrangeiros, que, embora não tenham como subproduto a mesma comoção midiática que a aquisição estrangeira direta, possuem impactos profundos na economia política agrária.

Delinear uma distinção compreensiva entre os processos de expropriação de camponeses enquanto parte da dinâmica contínua da acumulação capitalista, por exemplo, enquanto processos movidos pela diferenciação social agrária, das formas e estratégias particulares de aquisição predatória do controle sobre a terra no contexto do capitalismo contemporâneo, constitui, para Borrás e Franco (2012), um difícil desafio, que, não superado, permanece limitando a compreensão a respeito do caráter, significado e implicações dos *land grabs* contemporâneos. A heterogeneidade da condição dos camponeses faz com que as condições de sua integração aos mercados sejam bastante diferentes, levando a resultados distintos entre extratos das populações pobres do campo, e entre estes e os produtores em melhores condições e demais capitalistas envolvidos em atividades rurais, sejam donos de terra ou financistas, o que requer, para uma efetiva compreensão da dinâmica de mudança agrária, análises de classe desagregadas e aprofundadas. Nem todas as transformações no uso da terra irão produzir efeitos sociais negativos sobre as populações rurais afetadas, mas a tendência à concentração da propriedade e utilização da terra para a agricultura industrial, foco da crítica ativista a respeito da conjuntura atual, é alarmante (BORRAS; FRANCO, 2012).

Além de todas as considerações particulares a respeito da diversidade das relações sociais construídas em torno da terra, continua necessário localizá-las na dinâmica geral de transformação agrária e da acumulação capitalista. A dinâmica de expropriações envolve muitos outros recursos que não a terra, além do mais, nem todas as negociações de terra envolvem desapossamento e expulsão de camponeses, podendo resultar em sua incorporação como trabalhadores assalariados ou produtores contratados, ou no seu reassentamento, com consequências potenciais não menos significativas, e desiguais. A convergência de crises que tem sido enfatizada na literatura é, sem dúvida, um fator relevante para as trajetórias recentes, no entanto, a observação das características e extensão das expropriações de terra requer um aprofundamento das investigações empíricas, para além das múltiplas hipóteses que vem sido

difundidas na literatura (BORRAS; FRANCO, 2012). A análise de Borrás e Franco (2012) corrobora a tese de uma ameaça crescente de desapossamento de camponeses como um dos resultados da trajetória recente das negociações de terra, oferecendo ao debate uma imagem desagregada das trajetórias de mudança agrária envolvidas no *global land grab*.

As dinâmicas políticas em torno das relações de propriedade da terra, ligadas ao ciclo recente de negociações, segundo Borrás e Franco (2012), podem ser observadas em duas frentes. Por um lado, são observadas classes e grupos sociais dominantes, como os proprietários de terra, capitalistas e chefes tradicionais, além de burocratas do Estado que, de formas variadas, têm acesso preexistente e algum controle sobre os recursos da terra, buscando negociar terras reavaliadas diante da crescente procura, expandir propriedades para a negociação com novos investidores, ou através da incorporação direta ao complexo agroindustrial. O papel do Estado é especialmente relevante no que diz respeito à apropriação privada de terras "marginais" e "subutilizadas", que teriam, segundo levantamento do Banco Mundial, área entre 445 milhões e 1.7 bilhões de hectares com potencial agrícola (WORLD BANK, 2010), a maior parte dos quais constam legalmente como terras de propriedade pública. Os *enclosures* realizados através da combinação de frentes privadas e não-privadas, podem ser encarados como manifestação daquilo que Harvey (2009) designa como acumulação por espoliação, impulsionada em geral pelos imperativos de desenvolvimento e expansão capitalista, no contexto específico da convergência entre crises energéticas, alimentares, financeiras e ambientais, que impõe um novo ritmo às transformações agrárias (BORRAS; FRANCO, 2012).

As configurações políticas sob as quais se definem o acesso e controle sobre a terra envolvem o que Hall et al. (2011) chamam de "poderes de exclusão", isto é, os processos interativos de regulação, força, o mercado e a legitimação ideológica dos processos que incluem ou excluem pessoas da terra. Em suma, a propriedade e o acesso não são apenas questões de titulação de terras e contratos, mas, fundamentalmente, questões de poder e autoridade (WHITE et al., 2012). É dessas configurações locais, e da dinâmica que se estabelece entre elas e redes relacionais mais amplas no âmbito global do capitalismo, que emergem as formas específicas através das quais se desenvolvem as negociações e projetos específicos que levam à expropriação de terras. Para parte da literatura crítica emergente, a micropolítica das negociações em torno da terra, de seu controle, acesso e exclusão, se concretiza a nível local, e precisamente, é sob esse nível que as consequências sociais de tais negócios de terra podem ser compreendidas. A maior parte dos emergentes sistemas produtivos nesse contexto seria de grande-escala, com empreendimentos industriais de monocultura, que seriam, em geral, pouco intensivos em mão de obra, contrastando com períodos precedentes onde a agricultura de grande

escala dependia em grande medida da disponibilidade de trabalhadores. Em oposição aos discursos de organizações de promoção ao desenvolvimento, em que se apontam aspectos positivos como a ampliação dos investimentos de capital, a melhoria de infraestrutura, maior acesso a tecnologias de ponta e ampliação do emprego rural, as consequências de tais tendências não têm sido nada favoráveis para as populações afetadas.

Outro elemento importante que vem sendo apontado pela literatura é a emergência de um conjunto de regras, regulações e incentivos promovido pela comunidade internacional, incorporados em diretrizes legais internacionais e facilitados por programas de auxílio e empréstimos financeiros. Além disso, um elemento que sem dúvida deve ser mencionado, sobretudo pela importância no contexto pós-crise de 2007-08, envolve a criação de novos instrumentos financeiros e a migração de investimentos de uma variedade de fundos para a propriedade fundiária. Essas tendências se reforçam, uma vez que as diretrizes legais têm se voltado para a proteção de investidores e para a transferência de riscos para os receptores – governos ou comunidades. A importância dos regimes jurídicos de propriedade de terra, no contexto da elevada demanda pelo seu controle, tem contribuído para a propagação da ideia de que a ausência de segurança no direito à terra seria uma das principais razões para as expropriações, o que poderia gerar respostas políticas problemáticas, apenas voltadas para a regularização da posse, uma vez que a segurança legal em uma institucionalidade capitalista não interromperia de forma alguma a dinâmica de expropriações.

Segundo Wolford et al. (2013), a comunidade política internacional, por meio de organizações multilaterais, vem sugerindo que os *land grabs* ocorrem em estados com instituições “fracas”, com incerteza quanto a propriedade da terra e insegurança da posse, o que teve como subproduto uma governança enfocada na melhoria dos mecanismos legais e burocráticos através dos quais as aquisições de terra são conduzidas e controladas. Um dos problemas que surge com esse conjunto de pressuposições deriva da aplicação de novos marcos legais, voltados para a propriedade, que, não raro, excluem da regulamentação áreas de uso comum. Mesmo quando a propriedade de usuários costumeiros da terra é reconhecida, as possibilidades de permanência podem ser limitadas – e não apenas por pressões econômicas. No entanto, não é apenas por meio de coerção que os estados vêm a vender seus territórios para corporações de nações com maior poder político e econômico. Na realidade, muitos estados são parceiros ativos nas transações e negociações, e, por vezes, os mesmos estados que negociam terras com corporações estrangeiras também promovem a aquisição de terras estrangeiras por parte de capitais nacionais. Argumenta-se que governos ao redor do mundo respondem de maneiras distintas a esse crescente interesse pela aquisição de terras. Além disso, as disputas

pelo controle e acesso são muito mais complexas que a subdivisão entre estados nacionais pode sugerir, havendo disputas pelo controle das decisões do estado e de territórios internamente.

Outra questão substantiva levantada é a variedade de mecanismos e contextos específicos através dos quais se desenvolvem os *land grabs*. Tania Li (2011), por exemplo, argumenta que quando o capital necessita da terra e não de trabalho, os ocupantes da terra são normalmente expulsos, o que ocorre normalmente no caso da agricultura mecanizada de grande escala. Em outros casos, a mão de obra dos ocupantes prévios pode ser incorporada, através de arranjos institucionais diversos. Na expansão de fronteiras agrícolas, não raro, são tomadas terras de baixa densidade populacional, sem que haja a necessidade de expulsão. Diante de situações diversas, os impactos são raramente uniformes sobre as comunidades locais, diferenciados por classe, gênero, etnias e outras divisões sociais (BERNSTEIN, 2010). Diante dos impactos diferenciados, a frente da resistência seria marcada por dois tipos amplos: a luta contra o desapossamento e expulsão; e a luta contra a exploração ou efeitos adversos das incorporações (BORRAS et al., 2012).

Alguns trabalhos como o de Makki e Geisler (2011) compartilham da perspectiva de que a aceleração dos *land grabs* é resultado da confluência de múltiplas crises: a crise econômica mundial, e as crises alimentar e energética. A fase recente do desapossamento de terras, segundo os autores, acelerou tendências ao despovoamento do campo, à concentração fundiária em grandes fazendas comerciais e ao fortalecimento arranjos institucionais favoráveis ao agronegócio. A partir de uma análise das negociações de terra recentes na Etiópia, Makki e Geisler (2011) indicam entre os agentes sociais e institucionais envolvidos nos processos oficiais de Estado, capitais locais, além de fundos de investimento globais com participação de países centrais da Europa e os Estados Unidos, bem como emergentes do oriente. A participação estrangeira, no entanto, é bastante distinta de visões icônicas a respeito de processos imperialistas de apropriação, pois sua presença se realiza através de alianças transnacionais de capital, e os poderes políticos diretamente envolvidos são, via de regra, locais.

O perfil dos investidores envolvidos na operação dos negócios de terra é bastante diverso incluindo empresas estatais, capitais privados, envolvidos em atividades agrícolas, industriais, comerciais e financeiras. As frações de interesses capitalistas envolvidos nos negócios de terra contemporâneos possuem distinções relevantes. O capital de agronegócio constitui uma das principais frações envolvidas em investimentos voltados à terra para cultivo, além disso, a crescente importância da produção de biocombustíveis, que reflete em sua elevada

participação, de 41% da área sujeita a grandes negociações de terra no período recente² e no crescente interesse de frações do capital industrial nos cultivos não-alimentares. O capital financeiro, por outro lado, tem se envolvido através de instrumentos financeiros ligados às commodities agrícolas e às transações de terra, bem como na participação de fundos de investimento no financiamento das demais frações do capital. Enquanto o capital em geral impulsiona as transformações nas relações socioespaciais na terra, os objetivos específicos das diferentes frações do capital podem ser bastante distintos, o que se manifesta em um possível antagonismo entre o interesse na ampliação da produção do agronegócio e o potencial de valorização de ativos e ganhos de arbitragem nos mercados futuros que a escassez representa para operadores financeiros (BORRAS; FRANCO, 2012).

Diferentes mecanismos de acumulação resultam em formas diferenciadas de desapossamento, cada qual com consequências distintas sobre as relações sociais. Essas tendências e mecanismos incluem a reconfiguração global do complexo de produção e consumo de alimentos e combustíveis, bem como os chamados *green grabs* (FAIRHEAD et al., 2012), isto é, a aplicação do paradigma de mercado ao meio-ambiente, que vem levando a uma nova dinâmica de mercantilização da ecologia e acumulação a partir da aquisição do controle sobre áreas preservadas, produzindo efeitos adversos para as populações que anteriormente tinham acesso aos recursos/territórios. Outro mecanismo de acumulação que envolve a expropriação de terras, e tem sido ligado à discussão do *global land grab*, é o estabelecimento de grandes projetos de infraestrutura formados para promover a ligação de fronteiras extrativistas às áreas metropolitanas e mercados estrangeiros, em grande parte financiados por investidores estrangeiros ou organismos internacionais de financiamento – o que é abordado em Levien (2015).

Analisando as dimensões históricas do fenômeno, a literatura aponta continuidades e contrastes, temporais e espaciais. A história da espoliação de terras, por ambos os hemisférios globais, é extensa, contando com múltiplos ciclos de desapossamento, desde o episódio Britânico dos *enclosures*, à espoliação sobre povos nativos da América, da Ásia, África e Oceania. O que caracteriza o contexto atual das negociações de terra é a enorme escala (potencial) e velocidade de expansão dos acordos, o que produz impactos significativos na reestruturação das economias políticas agrárias, nas relações sociais e formas de viver rurais, e nas dinâmicas globais de poder, com implicações nos planos nacional e internacional (WHITE et al., 2012). Nesse contexto, Alden Wily (2012) argumenta que o espectro corrente de

² Segundo levantamento do observatório global *Land Matrix*

negociações de terra seria menos um novo fenômeno que uma intensificação do processo contínuo de captura de direitos ordinários e ativos dos povos pela transformação social liderada pelo capital, com a presença ativa do Estado. A partir de análise dos episódios britânicos dos *enclosures*, bem como três marcantes períodos de espoliação de terras na África, a autora (ALDEN WILY, 2012) identifica como aspecto comum das estratégias de regularização fraudulenta de terras, tradicionalmente utilizadas e ocupadas, a percepção das mesmas como “terras inutilizadas” pelos poderes concentrados do Estado, seu proprietário legal. No período recente, White *et al.* (2012) apontam para a reversão das políticas agrárias redistributivas concebidas no período pós-colonial, a medida em que governos e organizações internacionais têm ativamente defendido a aquisição de grandes extensões de terra por corporações, tanto domésticas quanto estrangeiras, usualmente através de concessões ou arrendamentos, em nome do desenvolvimento.

Moyo et al (2012) trabalham com a ideia de uma dinâmica global de competição por recursos naturais e terra, que tem a África como um de seus alvos primários, analisando seus determinantes sistêmicos e os antecedentes na história recente do continente, que envolvem a liberalização e fomento aos mercados no período neoliberal, levando a uma série de privatizações de propriedades coletivas e estatais, a alienação e concentração de terras por capitais domésticos e estrangeiros na década de 1990. A África possui uma série de especificidades históricas que condicionam os processos recentes de apropriação de terras, que datam de sua integração pré-colonial, sua história relativamente recente de colonização, que representou a primeira grande onda de apropriação capitalista de terras, e os caminhos de sua descolonização em meio à crescente integração aos mercados internacionais. Para os autores, a emergência recente de disputas que tem como objeto os recursos da África representa uma escalada geopolítica dos processos correntes de acumulação primitiva, em um contexto de uma reformulação das práticas imperialistas através de um novo regime de acumulação, com predominância financeira, de feições ainda mais predatórias. Sob o neoliberalismo, privatizações, aberturas comercial e financeira e uma nova onda de alienação de terra produziram uma crise de subsistência na África que, no entanto, representa continuidade na incidência de intermitentes surtos de expropriação aos quais esteve sujeita (MOYO et al, 2012).

Discussões regionalizadas a respeito do *land grabbing* são importantes para que se possa desenvolver um conhecimento aprofundado do fenômeno, pelo seu alcance global. Inicialmente, se tinha a noção de que a aquisição do controle sobre a terra havia sido acelerada sobretudo na África, alvo de grandes negociações, apontada como região de maior concentração de “terras subutilizadas” pelo Banco Mundial e como epicentro da denúncia do *global land*

grab. No entanto, análises posteriores passaram a abordar regiões como o Sudeste Asiático, a Rússia, a América Latina e o Caribe como territórios sujeitos ao crescimento das negociações de terra. Borrás et al. (2012), por exemplo, reexaminam o material empírico obtido pelos estudos da FAO na América Latina e Caribe, concluindo que o alcance dos *land grabs* na região seria mais amplo que aquele considerado sob as definições adotadas pelos estudos da organização. Duas das principais dimensões da questão agrária na região, concluem, são a propriedade estrangeira e a concentração de terra. Quanto à propriedade estrangeira da terra, os autores questionam a ênfase dada à presença de governos e grandes corporações, bem como sua identificação direta com os *land grabs*, quase como sinônimos, como se a apropriação de terras fosse necessariamente movida por forças externas. Além disso, o foco em entidades estrangeiras poderia desviar a atenção da inserção dos países nas cadeias globais de valor, do papel do capital nacional e da atuação dos Estados locais. A concentração de terra é outro aspecto importante e vem aumentando há décadas por toda a região, segundo os levantamentos da FAO, e, embora seja um conceito distinto do *land grabbing*, não pode ser desconsiderado na compreensão da dinâmica agrária da América Latina.

Uma das narrativas questionadas na literatura acadêmica é a de que os *land grabs* seriam resultado da alta nos preços alimentícios de 2007-2008, o que teria motivado investimentos do capital financeiro na produção de alimentos. Essa ênfase expressou-se algumas pesquisas a respeito de negociações de terra para um conjunto de países com problemas de insegurança alimentar, como China, Índia, Coreia do Sul e países da região do Golfo, enquanto principais investidores transnacionais de terra na conjuntura recente. Esse ponto de partida, além de virtualmente excluir a América Latina da discussão, enfatiza o papel estratégico de governos estrangeiros, nem sempre presentes nas grandes negociações de terra. O material empírico reunido sobre a América Latina leva Borrás et al. (2012) à conclusão de que o *land grabbing* e os processos correlatos de concentração e crescente presença estrangeira ganharam força na região antes do período de alta nos preços alimentícios.

O trabalho de Oliveira (2010) aponta para um ciclo de aquisições estrangeiras no Brasil realizado durante a ditadura militar, com alguns enclaves de concentrada propriedade fundiária estrangeira, no entanto, abrangendo áreas reduzidas em relação à expansão do agronegócio, também promovida pelos governos militares. Desde o período de liberalização dos mercados observa-se padrão de rápida transformação do setor agrícola por toda a América Latina, constituindo um novo ciclo de expansão do agronegócio. Além disso, a ênfase na “crise alimentar” deixa de considerar demais aspectos importantes na acumulação global de capital, como a convergência de crises econômicas, ambientais, alimentares e energéticas. Borrás et al.

(2012) chamam atenção para o crescimento na área utilizada na produção de culturas flexíveis, com usos variados, como soja e cana-de-açúcar, as quais possibilitam formas de “diversificação” em uma mesma cultura.

A participação estrangeira nas negociações de grande escala de terra na América Latina e no Caribe, segundo Borrás et al. (2012), tem presença preponderante de capitais regionais. Capitais brasileiros, apoiados pelo governo, expandiram sua presença na região e mesmo na direção da África, fazendo do país o principal investidor transnacional na América Latina. O caso brasileiro ilustra a emergência de relações geopolíticas complexas, onde o governo tanto apoia a presença do capital nacional em terras estrangeiras, quanto busca controlar a presença estrangeira em seu território, o que, no entanto, vem sendo flexibilizado. O papel dos estados receptores é outro aspecto relevante da discussão: interessados em atrair investimentos domésticos ou estrangeiros, alguns Estados têm atuado ativamente na promoção de negociações de terra e expansão do território cultivado pelo grande agronegócio. No entanto, os Estados estão sujeitos à tarefa contraditória entre facilitar a acumulação de capital e manter legitimidade política: os casos na América Latina ilustram o avanço das grandes negociações de terra em Estados com instituições democráticas relativamente estáveis, contrastando com a pressuposição recorrente de que os *land grabs* ocorreriam principalmente em estados politicamente frágeis (BORRAS et al., 2012).

4.2.2 Argumentos em torno da subreprodução das ecologias sociais

Uma argumentação interessante, que discute o contexto do *global land grab* e sua relação com a dinâmica geral da acumulação capitalista, é a de Araghi (2009), que considera o que vem sendo chamado de crise alimentar global como expressão da reestruturação das relações globais de valor sob o neoliberalismo. A crise alimentar não seria apenas conjuntural, resultado da alta do preço dos alimentos, mas expressão das contradições globais do capitalismo. Tomando a teoria de Marx como ponto de partida, incorpora à sua análise a possibilidade de remuneração abaixo do valor da reprodução da força de trabalho, a distribuição geográfica desigual dos recursos naturais, além dos efeitos da predação e extração intensivas sobre os recursos naturais, que resulta no que considera ser a subreprodução das ecologias sociais.

Segundo Araghi (2009), o desenvolvimento do capitalismo envolve formas combinadas de subreprodução da força de trabalho, e a predação sobre o meio ambiente, atravessadas por questões de gênero e raça e pela distribuição geográfica desigual dos recursos naturais. Em

relação à ecologia, o capitalismo neoliberal traz a marca da predação e extração intensivas da natureza, aprofundando a ruptura metabólica entre sociedade e natureza. Combinam-se, na conjuntura recente que vem sendo abordada em tons alarmistas, o rápido e agressivo movimento de expropriações sob o neoliberalismo, incidentes sobre a natureza e o trabalho, e as trajetórias históricas do capitalismo agrário. O argumento fundamental de Araghi (2009) é de que a estratégia predatória de produção de excedentes através da subreprodução das ecologias sociais, que possibilita a oferta imediata de alimentos baratos, sustentando baixos custos de reprodução da força de trabalho, incorreria, no longo prazo, em um aprofundamento das contradições fundamentais do capitalismo, diante da destruição ecológica.

As relações globais de valor seriam, segundo Araghi (2009), combinações globais historicamente determinadas de regimes alimentares e energéticos e de processos de produção e apropriação de valores, além da subreprodução territorializada da força de trabalho e da ecologia, conectadas através do mercado mundial, mantidas por configurações globais de poder. A produção de valor, sob essa perspectiva, depende da construção política de estruturas globais desiguais sob as quais o valor da força de trabalho não seria reduzido apenas mediante melhorias técnicas, mas através da predação capitalista sobre a força de trabalho e a ecologia, subreproduzidas. A reestruturação neoliberal, através da aceleração das expropriações e da predação sobre as condições de reprodução social e ecológica, sob tal perspectiva, aprofundou rapidamente as contradições históricas entre capitalismo e natureza, processos históricos que perpassam o desenvolvimento do capitalismo global. Tal argumento pode mostrar-se problemático pela suposição de uma subreprodução da força de trabalho, se considerada a desigualdade das condições de vida socialmente aceitáveis nas diferentes regiões, o que não significa, necessariamente, uma “subreprodução”. A ecologia, por outro lado, pode ser considerada, sem dúvida, “subreproduzida”, se não devastada.

Embora o desapossamento de terras e a presença de poderes estrangeiros nesses processos não sejam nada novo, a recente corrida por terras possuiria, segundo McMichael (2012), uma série de características distintivas. Os processos remetem aos *enclosures* das terras comuns que tomam parte na expansão capitalista desde sua origem, porém em uma configuração histórica particular, marcada pela convergência de múltiplas crises. Para McMichael (2012), essa intensificação recente da demanda pela aquisição do controle sobre a terra, em suas manifestações variadas em termos de origem, destino e impactos, seria sintoma de uma crise de acumulação no projeto de globalização neoliberal, que, no entanto, tem aprofundado suas tendências predatórias sobre o trabalho e a terra. A configuração histórica do regime global de produção de alimentos, desde os anos 1980, formado através de estratégias

neoliberais voltadas para a agricultura, através de mecanismos de ajuste estrutural e regras de abertura comercial, tem encorajado exportações agrícolas e a abertura das economias do Sul ao comércio dominado pelo Norte, reduzindo formas de proteção social e institucionalizando relações de mercado e a propriedade privada. Persistem, sob a configuração descrita, práticas mercantilistas, na forma de subsídios institucionalizados ao agronegócio intensivo em energia do Norte, e à exportação de alimentos artificialmente baratos, às custas da competitividade da agricultura de pequena e média escala, desestabilizada, resultando em ciclos de desapossamento de camponeses e disponibilização de força de trabalho para o capital.

Os *land grabs* recentes, sob tal perspectiva, são a expressão da reestruturação do regime alimentar através de aquisições de terra, água e trabalho baratos no Sul global (MCMICHAEL, 2012). Se trata de uma tentativa de curto prazo de resolver as contradições entre os custos agroindustriais e a elevação dos custos de reprodução da força de trabalho, no entanto, sob o mesmo paradigma produtivo do grande agronegócio, apenas acelerando as contradições ecológicas e sociais (ARAGHI, 2009). Como expressão da reestruturação, o *global land grab* revela o estreitamento de novas fronteiras na conversão de terras agrícolas em locais de produção de alimentos, rações, biocombustíveis e biomassa para servir às necessidades de valorização do capital. Nessa transição, ressalta McMichael (2012), o papel das finanças é fundamental, já que a especulação produziria a predominância da forma preço nos mercados de alimentos e terra, sobrepujando as possibilidades da racionalização da agricultura para fins sociais e ecológicos.

A crise do regime de acumulação neoliberal, para McMichael (2012), teria suas raízes nas emergentes contradições ecológicas, que, combinadas à elevação no preço dos alimentos, aumentariam ao longo do tempo os custos reprodutivos do capital e das infraestruturas do Estado. Essa crise não apenas impulsiona e justifica investimentos na terra, com presença de capitais do centro, por meio de discursos que enfatizam a escassez de alimentos e de energia alternativa, mas, a partir da capitalização da agroindústria, abre uma fronteira de investimento para o capital em uma era de financeirização. Na medida em que a terra e os produtos agrícolas são absorvidos aos circuitos de acumulação financeira, tornam-se menos relevantes para o cálculo financeiro de lucro as combinações físicas da produção, a alocação entre alimentos e biocombustíveis, a integridade ambiental, de modo que a racionalidade por trás da utilização planetária de recursos não diz respeito às considerações a respeito da distribuição adequada dos recursos produtivos, mas aos objetivos imediatos do capital monetário concentrado, a rentabilidade, qual seja sua forma, origem e consequências. A crise de acumulação que ficou evidente no colapso financeiro de 2008 levou a uma explosão de investimentos especulativos

em terra, alimentos e biocombustíveis (MCMICHAEL, 2012), mercados que já vinham se tornando atrativos.

A especulação com alimentos, segundo McMichael (2012), foi impulsionada por fundos de capital através da conversão de contratos ligados à agricultura, bem como recursos energéticos e minerais, em derivativos. Os instrumentos derivativos de contratos futuros com base em commodities, criados como instrumento de redução de riscos oriundos da flutuação de preços, para consumidores e produtores, tornaram-se mercados especulativos, onde fundos de investimento tem buscado ganhos de arbitragem a partir das flutuações de preço (MCMICHAEL, 2012). O desenvolvimento de mercados derivativos em torno de contratos futuros, e o elevado ritmo de operações de arbitragem por meio de automação computadorizada, intensificados no período de desdobramento da crise imobiliária e financeira, teriam transformado mecanismos de estabilização de preços alimentares em mecanismos inflacionários. A atuação de investidores financeiros não se restringe, no entanto, aos mercados futuros, ou a portfólios de crédito, ativos e emissões: tem sido direcionados através de fundos para toda a cadeia de valor ligada à agricultura, incluindo reservas florestais, terras agricultáveis, agronegócio e agroindústria, tendo a África como um dos principais destinos, investimentos que podem ter prazos elevados de retorno, no entanto, com lucratividade potencial elevada (MCMICHAEL, 2012).

O discurso em ampla difusão da subutilização de terras traz como conteúdo oculto a defesa de uma forma extrativista de agricultura, ineficiente e ecologicamente devastadora, marcada pelo consumo excessivo de uma minoria global que ameaça a reprodução de pequenos proprietários agrícolas e seus ecossistemas. Grande parte das transformações agrícolas impulsionadas pela onda de investimentos recente tem concentrado a propriedade e a produção para fins externos, onde os eventuais impactos positivos sobre as regiões produtoras na forma de "desenvolvimento" não são sequer comparáveis aos benefícios auferidos por investidores (MCMICHAEL, 2012). A ideia de que a lacuna na oferta de alimentos seria superada com a agricultura mecanizada e altamente dependente de insumos externos, ademais, é ilusória. O potencial produtivo da agricultura de pequena escala pode igualar ou superar o da agricultura industrial, além disso, através de técnicas agroecológicas, pode produzir efetiva sustentabilidade ambiental. Se considerados no cálculo da produtividade a presença de insumos externos e os efeitos sobre as condições do solo, não haveria dúvida de que a agroecologia, praticada em pequena escala, é mais produtiva que a agricultura industrial (ALTIERI, 2010). Não obstante, a base do "planejamento racional" tem sido a expulsão de populações de terras "subutilizadas", sob a palavra de ordem do aumento da produtividade, redução da dívida

pública, aumento das exportações e desenvolvimento rural, a custos baixos para investidores, e elevados custos (não apenas materiais) para os habitantes locais (MCMICHAEL, 2012).

4.2.3 Acumulação primitiva, acumulação por espoliação e a literatura do *land grabbing*

A literatura crítica do *land grabbing* vem engajando-se na projeção do tema para realizar questionamentos a respeito de transformações nas relações de propriedade, divisão do trabalho, padrões de apropriação, distribuição e investimento que são reveladas no ciclo recente de negociações e desapossamentos ligados à terra. Nesse contexto, o aumento das aquisições de terra de grande escala vem sendo analisado em termos da dinâmica e transformações contemporâneas no capitalismo, linha de trabalho que tem feito uso dos conceitos de acumulação primitiva de Marx e da acumulação por espoliação de Harvey (2009). Tais linhas de análise têm se mostrado cruciais nos esforços para compreender o *land grabbing* em termos da criação, expansão e reprodução das relações sociais capitalistas, de acumulação por meio de estratégias fraudulentas e como respostas predatórias às crises capitalistas.

Uma discussão detalhada a respeito do uso dos conceitos da acumulação primitiva e da acumulação por espoliação na literatura do *land grabbing* está presente em Hall (2013). Segundo o autor, há tensões substanciais e ambiguidades em torno do significado dos textos de Marx (1867) e Harvey (2009), empregados sob interpretações distintas e por vezes obtusas, utilizados em meio a projetos intelectuais diversos por diferentes autores. Um primeiro rumo de análise interpreta os *land grabs* enquanto processos de expansão e reprodução das relações capitalistas, a partir da apropriação privada de terras comuns e expropriação de camponeses, levando à separação entre os recursos sociais de produção e os trabalhadores que anteriormente tinham acesso aos mesmos, à criação de direitos proprietários e mercados de terra e à eventual conversão dos camponeses despossuídos em trabalhadores assalariados. A segunda vertente de análises faz uso do conceito de acumulação por espoliação para referir-se a formas predatórias, fraudulentas e violentas de acumulação, através das quais ativos são liberados a custos mínimos e apropriados por capital sobreacumulado, sendo postos em circulação enquanto capital, a partir do conceito de acumulação por espoliação. O último rumo interpretativo abrange análises que fazem uso de ambos os conceitos, enquanto meios “extraeconômicos” de acumulação de capital, argumentando que as condições expostas sob a rubrica da reprodução expandida jamais compreendem todas as estratégias e mecanismos de acumulação.

A expansão territorial do capital, manifesta no avanço do agronegócio e da indústria extrativista sobre a terra, característica do período recente, é realizada através de desapossamentos que remetem ao movimento dos *enclosures* britânicos, um dos elementos centrais na análise de Marx (1867) da acumulação primitiva, através do qual a terra torna-se propriedade privada e os camponeses tornam-se despossuídos, dependentes do assalariamento. É por essa semelhança, no sentido do avanço das relações capitalistas, e pela importância da apropriação de terras em séculos de imperialismo e expansão capitalista, que a “acumulação primitiva” veio a ser utilizada como conceito explicativo da conjuntura do *global land grab* (HALL, 2013).

As disputas por apropriação de terras na África são consideradas por Moyo et al. (2012) como formas de acumulação primitiva, pois, assim como na descrição de Marx (1867), resultam em processos de separação entre trabalhadores e a terra, realizados contra a vontade de camponeses que vivem da terra, transformando a força de trabalho e a terra em mercadorias, e produzindo bases sociais para a reprodução internalizada dos excedentes através da exploração capitalista. As análises da teoria da dependência, enfatizando o caráter desigual e combinado do desenvolvimento e a contradição centro-periferia em uma escala global, capturam elementos fundamentais da dinâmica em operação desde o século passado, sustentada por arranjos assimétricos através dos quais excedentes da periferia fluem para os centros, por meio de remessas de lucro, pagamentos de juros e dividendos, bem como trocas desiguais. As formas contemporâneas de acumulação primitiva, enquanto processos de espoliação de ativos de produtores diretos, seriam igualmente marcadas por tal dinâmica desigual, em que recaem efeitos concentrados sobre as populações da periferia, enquanto concentram-se a propriedade e os lucros nos países centrais, que, de forma figurativa, “exportariam” contradições internas (MOYO et al, 2012).

A categoria conceitual dos *enclosures*, para Fakki e Geisler (2011), serve para a caracterização dos processos através dos quais as terras comuns ou sujeitas a direitos de propriedade não capitalistas foram integradas às relações de mercado, levando à saída de camponeses e sua conversão gradual em trabalhadores assalariados, o movimento que tem sido descrito através do termo *land grabbing*. Os autores enfatizam que não se trata apenas da transformação nos regimes formais de propriedade, mas de processos que levam à ruína culturas e memórias ligadas à terra, enquanto direito compartilhado coletivamente. São impulsionados pela noção de *terra nullius*, de terras vazias, subutilizadas, resistentes à inserção capitalista, justificativa utilizada no discurso desenvolvimentista. Tais processos, atravessados por

cosmografias de poder³, integram os processos de acumulação por espoliação a que Harvey (2009) faz referência, se tratando da conversão da terra em mercadoria fictícia de valor quantificável.

A percepção do espaço que marca boa parte da África pós-colonial, após décadas de independência, ao menos a partir do que denota a atuação política de governos recentes, tem se aproximado da ideia de uma subutilização da terra e excesso de trabalho improdutivo como entraves para o desenvolvimento, legitimando novos *enclosures* (FAKKI; GEISLER, 2011). Wood (2001⁴, apud FAKKI; GEISLER, 2011) sustenta que o cálculo social que impulsionou os *enclosures* parlamentares ocorridos na Inglaterra, orientados para a racionalização da produção agrícola, que se traduz em agricultura comercial de elevada produtividade, não seria muito distinto da aritmética econômica atual. As pressões que se manifestam sob a hegemonia capitalista na produção agrícola são semelhantes, agravadas pela globalização e as grandes possibilidades técnicas da agricultura industrial.

Akram-Lodhi (2012) argumenta que as expropriações de camponeses no contexto do *land grabbing* podem ser compreendidas como *enclosures*, que resultam da histórica busca capitalista por novas fontes de acumulação, que assumiriam duas formas distintas, a primeira, relativa a expropriação de produtores diretos, por meios que não se restringem ao funcionamento dos mercados, se aproximando formalmente à descrição dos desapossamentos que compuseram a acumulação primitiva, além das formas de expropriação de recursos sociais de produção através de processos impulsionados pelo funcionamento habitual do mercado, que aproximam-se da concepção de Harvey (2009) da acumulação por espoliação. Em ambas as formas, o resultado seria a separação dos produtores diretos dos meios de produção, disponibilizando força de trabalho (AKRAM-LODHI, 2012).

Sob tais perspectivas, o *global land grab* representa um novo ciclo, possivelmente final, de expropriação de camponeses e apropriação capitalista da terra. Além da sobreposição entre as discussões, o papel do Estado na acumulação de capital e nos desapossamentos também é central para as teorizações da acumulação primitiva, da acumulação por espoliação, e das

³ A ideia de uma cosmografia de poder, em Fakki e Geisler (2011), envolve uma representação política e culturalmente orientada do espaço, materializada em mapas conceituais ou físicos. As representações coletivas do espaço estão, há séculos, atreladas às formas de extração de excedentes sob o capitalismo. Um aspecto dessa ordem social seria, para os autores, a representação formal que separa os domínios institucionais político e econômico, o que contribui para a difusão de discursos técnicos, definidos como apolíticos, como as noções economicistas dos processos de desenvolvimento.

⁴ WOOD, E. M. **As origens do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

pesquisas a respeito do *land grabbing* (HALL, 2013). A literatura tem enfatizado que grande parte dos negócios de terra de grande escala, particularmente na África Subsaariana, costumam ocorrer em terras devolutas, de propriedade do Estado, e, quando os negócios envolvem expropriação direta, é comum que sejam garantidos por forças policiais. Nesses processos, o Estado não está implicado apenas como âmbito do exercício de violência, mas como o local de furtos legitimados (WOLFORD et al., 2013).

O recente crescimento das negociações de terra é apenas uma das manifestações da dinâmica predatória do capitalismo contemporâneo, que vem sendo associada a crises sociais, refletida em elevados níveis de insegurança alimentar, pobreza, degradação ambiental e perda do acesso à terra. Os efeitos combinados da mudança climática, do desenvolvimento agroindustrial, da extração de recursos naturais, de políticas de austeridade e da rápida urbanização vêm elevando a vulnerabilidade social em áreas rurais. Décadas de implementação de políticas neoliberais resultaram em uma redução nas capacidades de intervenção do Estado, na privatização de ativos públicos e comuns, na catalisação do processo de financeirização e em novos ciclos de desapossamentos e expropriações. Tais tendências caracterizam a ordenação contemporânea o capitalismo global, resultando naquilo que David Harvey (2009) chama de processos de acumulação por espoliação, através dos quais ativos socialmente produtivos são cerceados e convertidos no uso privado, excludente e lucrativo dos recursos. No contexto recente, descrito na literatura do *land grabbing*, a terra, por sua importância social, figura como um dos principais ativos sob disputa.

Parcialmente por influência da formulação de Harvey (2009), pesquisas têm tratado os processos de apropriação de terras como respostas às crises do capitalismo, sobretudo no contexto do capitalismo contemporâneo, algumas das quais fazem uso explícito do conceito da acumulação por espoliação. O argumento geral dessas análises refere-se à crise dos anos 1970 enquanto ponto de partida para a intensificação de estratégias agressivas de apropriação, impulsionadas pelas reformas e políticas neoliberais, e, de maneira mais específica em relação ao tempo presente do *land grabbing*, à crise de 2008 e às ameaças alimentares, energéticas e ambientais, que criam expectativas de valorização da terra e das commodities agrícolas, tornando a terra um ativo atrativo para a alocação de capitais excedentes.

McMichael (2012), por exemplo, considera a corrida pela aquisição de terras bastante variada em termo da origem dos capitais, seu destino, e os impactos, porém sintomática da crise de acumulação do projeto neoliberal de globalização. As múltiplas crises, sob essa perspectiva, são elemento-chave para o ímpeto adquirido pelas aquisições de terras agrícolas, sobretudo diante da elevação dos preços das commodities agrícolas e pela fuga de capitais motivada pela

crise financeira que direciona fundos expressivos a investimentos ligados à terra. Para Harvey (2009), a liberalização dos mercados, embora facilite a abertura de oportunidades de investimento para capitais excedentes, não resolve o problema crônico da sobreacumulação, que requer a contínua liberação de novos ativos a custos reduzidos que possam ser convertidos em fonte de lucro.

A tese geral da acumulação por espoliação, aplicada ao contexto do *land grabbing*, é de que as tomadas de terra seriam resultado de forças globais. Análises com ênfase demasiada em motores globais de processos de espoliação, no entanto, podem deixar de lado os impactos sobre as populações rurais despossuídas, bem fatores locais de impulsão ou de resistência, como capitais locais e o papel desempenhado por governos domésticos, não raro envolvidos na atração de investimentos internacionais e promoção do *land grabbing* (HALL, 2013). Tal movimento consistiria em uma aplicação equivocada do conceito de Harvey (2009), que se propõe a uma teorização geral, o que em si não nega a importância de análises particularizadas. De todo modo, as configurações particulares dos processos de espoliação de terras são compatíveis analiticamente com a tese de que o *land grabbing* é impulsionado por forças globais, a dizer, pelo capitalismo globalizado.

A teorização do *land grabbing* a partir da acumulação por espoliação, enquanto parte do processo de expansão do capitalismo, exige clareza analítica e conceitual a respeito do que vem a ser englobado pelo termo capitalismo e em que consistiria sua expansão (HALL, 2013). Não se pode assumir, a priori, que a incorporação de áreas externas à acumulação capitalista é uma característica comum do *land grabbing*, muito embora seja o caso de parte dos processos de apropriação privada das terras, onde os camponeses despossuídos eram anteriormente agricultores de subsistência, envolvidos no cultivo e na utilização de recursos comuns, com participação limitada no mercado de trabalho. A dimensão do avanço das negociações de terra mediante o desapossamento de produtores diretos, no entanto, é desconhecida, constituindo parcela indeterminada dos *land grabs* de que se tem registro, aparecendo sobretudo em estudos de caso. Cabe fazer a ressalva, no entanto, de que o conceito da acumulação por espoliação, utilizado sob tal perspectiva, não faz referência necessariamente à expansão territorial do capitalismo, mas ao estreitamento de fronteiras sociais e espaciais, movido pelos impulsos da acumulação capitalista, de maneira que a interpretação a que faz referência Hall (2013) é deveras limitada.

Levien (2015) argumenta que só faria sentido utilizar o termo *land grabbing* quando a terra é expropriada por meios que escapam às trocas voluntárias de mercado, já que constituiria, em sua perspectiva, nada menos que um rótulo descritivo para um fenômeno através do qual o

capital realiza expropriações forçadas para sustentar a acumulação, uma definição distinta da maior parte da literatura a respeito do tema. A crítica de Levien (2015) à formulação de Harvey é de que seu conceito não seria claro quanto à presença de mecanismos e estratégias extraeconômicas na acumulação por espoliação, ademais, Harvey (2009) argumenta que os mercados financeiros constituem o principal meio através do qual se realizam espoliações de ativos, de maneira que o conceito, para Levien (2015) perderia sua especificidade. A interpretação dualista entre o funcionamento econômico dos mercados através de trocas voluntárias e mecanismos extraeconômicos de acumulação, no entanto, é problemática.

Conforme discutido anteriormente, a economia só é dissociável de maneira teórica e conceitual. Como parte de processos históricos, a acumulação de capital está sujeita a contingências políticas, e nem mesmo as relações entre capital e trabalho, no âmbito do trabalho assalariado, podem ser consideradas como fenômenos puramente econômicos. O funcionamento dos mercados pode impulsionar processos de expropriação de terras, contra a vontade de camponeses despossuídos, sem o uso de coerção por meio do uso direto da força. Além do mais, as oportunidades que se apresentam para elites locais, que podem deter controle sobre terras, como líderes tradicionais ou agentes do Estado, motivando espoliações forçadas, emanam do funcionamento dos mercados capitalistas. Transações que aparecem como compras, arrendamentos ou contratos, sob o ponto de vista de camponeses, podem ser caracterizadas pela coerção política e legal. Como já alertava Luxemburg (1988), torna-se difícil dissociar as formas fraudulentas, predatórias e violentas de acumulação do funcionamento econômico do capitalismo. Tratam-se de formas organicamente ligadas ao desenvolvimento capitalista, representando continuidade, e não dicotomia (HALL, 2013).

Nem todas as grandes negociações de terra, domésticas ou transnacionais, cujos registros têm sido utilizados como medidas do alcance do *global land grab*, resultam no desapossamento de camponeses, ou na espoliação de terras, e nem todos os desapossamentos de camponeses estão ligados às grandes negociações de terra, podendo ser resultados de disputas territoriais de menor escala, além do mais, podem envolver conflitos e violências que não aparecem em registros contratuais. O desapossamento de camponeses e a apropriação privada da terra para fins comerciais são elementos que acompanham a história de desenvolvimento capitalista desde sua origem e mantêm sua relevância social no contexto contemporâneo, de modo que não podem ser considerados processos recentes. O grande motor da aceleração do *land grabbing*, que adquiriu as feições de um conceito que caracteriza a “corrida” recente por terras, tem sido a abertura de oportunidades lucrativas de investimento nas atividades ligadas à terra e na própria terra, de maneira que pode ser associado à mesma

tendência a que diz respeito a acumulação por espoliação. Se por um lado, nas análises que tem lidado com o *land grabbing* enquanto surto de aquisições transnacionais de terra, os processos de desapossamento de camponeses podem permanecer ocultos, ou característica casuística do surto recente de negociações de terra, nas análises da economia política agrária o fenômeno tem sido encarado a partir de seu impacto sobre as relações sociais construídas em torno da terra, de modo que a avidez capitalista pelo controle da terra, que resulta em espoliações, é colocada em primeiro plano.

4.3 O BRASIL NO GLOBAL LAND GRAB

A difusão de informações sobre o *global land grab*, primordialmente associado à aquisição de terras por estrangeiros, internacionalmente através da GRAIN e no Brasil a partir do INCRA e de relatórios como o de Alvim (2009⁵, apud OLIVEIRA, 2010), para além da exploração midiática do tema, abriu caminho para sua introdução na produção acadêmica. A produção acadêmica internacional a respeito do *global land grab*, desde 2010, foi bastante expressiva, incluindo trabalhos que ecoam e corroboram as denúncias da GRAIN, voltados sobretudo para a aquisição estrangeira, e outros que propuseram visões críticas a respeito do fenômeno e dos discursos associados a ele, muitos dos quais estão presentes em publicações do *Journal of Peasant Studies*. No Brasil, Sauer e Leite (2012) e Fernandes (2011) foram alguns dos acadêmicos a trabalhar o tema, contribuindo para a validação científica a respeito da atualidade e relevância da questão da apropriação de terras, destacando a presença de capital estrangeiro na compra de terras, muito embora os indícios apontem para áreas pequenas se comparadas ao avanço do agronegócio brasileiro.

Para analisar a participação do Brasil no fenômeno que tem sido chamado de *global land grab*, é importante ter em mente a estrutura da propriedade de terra, a posição da agricultura familiar e da agricultura industrial na produção de alimentos e biocombustíveis, bem como nas políticas públicas, o que requer a consideração da bancada de interesses do agronegócio que se tornou uma força política estruturada com grande presença no congresso nacional. Um erro, ao buscar enquadrar o Brasil em tal fenômeno internacional ligado à terra, seria ter como ponto de partida a aquisição estrangeira de terras, algo comum na literatura que

⁵ ALVIM, A. M. **Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil**. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural”, Brasília: NEAD, 2009.

vem lidando com o avanço recente da demanda transnacional por terras. A demanda por terras combina uma conjuntura internacional de consumo, investimentos e produção agrícola às configurações particulares dos países, suas estruturas de propriedade fundiária, disponibilidade de capital, capacidades técnicas, as heterogêneas relações sociais construídas em torno da terra e os modos de inserção no complexo global capitalista. Ademais, o sentido do *land grabbing* não é, necessariamente, seu aspecto internacional, mas o caráter e sentido de seus efeitos sobre a propriedade e controle sobre a terra e as relações sociais no campo (BORRAS; FRANCO, 2012).

Um primeiro aspecto que limita o alcance na compreensão do *global land grab*, que surge como discurso politicamente carregado, de denúncia, é que os processos não podem ser reduzidos à aquisição de terras por estrangeiros, o que levaria à pressuposição de funcionamento de um mercado global de terras marcado pela compra e venda de propriedades rurais, quando diz respeito a um movimento de apropriação e concentração de terra e recursos naturais em grande escala (MERLET, 2010⁶, apud OLIVEIRA, 2010). Não obstante venha surgindo uma literatura crítica e rigorosa, no Brasil o *global land grab* estaria sendo introduzido nas discussões acadêmicas no Brasil como noção equivalente à estrangeirização de terras, ou negociações transnacionais de terra, como nos trabalhos de Fernandes (2011), Alvim (2009), além de Sauer e Leite (2012), oferecendo validação científica à visão que vem sendo propagada por organizações não governamentais e pela mídia (OLIVEIRA, 2010).

A concentração da propriedade da terra é um aspecto expressivo da estrutura fundiária do Brasil, que tem suas raízes no período colonial, passando por um aprofundamento desde os anos 1960, com a implantação de pacotes tecnológicos voltados para a produção agrícola industrial, não revertido desde então, que ainda marca as condições atuais de produção, em grandes fazendas comerciais (FERNANDES, 2011). O censo agropecuário de 2006 demonstra que a concentração de terras no Brasil não retrocedeu: se as propriedades com menos de dez hectares apresentam quase metade dos estabelecimentos rurais, ocupam menos de 3% da área total dos estabelecimentos rurais, enquanto aqueles com área superior a mil hectares, menos de 1% dos estabelecimentos, ocupam mais de 40% da área total. A avaliação dos impactos recentes sobre a estrutura da propriedade fundiária brasileira, no entanto, requer a atualização dos dados. Outro aspecto relevante diz respeito à quantidade de terras sem registro formal, estimadas em

⁶ MERLET, M. **Les appropriations de terres à grande échelle**: analyse du phénomène et propositions d'orientations. Paris: Comité Foncier et Développement, 2010.

20% do território brasileiro, resultando em fragilidade da tributação fundiária, à qual associa-se a apropriação ilegal, cujos efeitos contribuem para a concentração da propriedade (SAUER; LEITE, 2012), dando origem a conflitos sociais em torno da terra, que costumam incorrer em derramamento de sangue, sobretudo de camponeses sem terra, indígenas e quilombolas, armados com enxadas, por vezes em áreas legalmente reconhecidas como suas, em disputa com grandes fazendeiros, armados de fogo e com auxílio de mercenários. O grande número de trabalhadores camponeses sem terra contrasta com a grande quantidade de terras sem uso produtivo, que pode ser ainda maior que os dados sugeridos pelo sistema nacional de cadastro rural.

A aquisição de terras por estrangeiros no Brasil não é um fenômeno recente, basta lembrar do passado colonial. No Brasil moderno, igualmente, jamais foi estabelecido limite efetivo à propriedade da terra, sequer a estrangeiros. Durante o regime militar, inclusive, no contexto da política de investimentos agrícolas ligados à chamada revolução verde, contrastando com o discurso nacionalista, investimentos estrangeiros na terra eram facilitados, como por exemplo em programas de desenvolvimento de agricultura capital-intensiva no cerrado (SAUER; LEITE, 2012), superando os limites legais em alguns municípios. A presença estrangeira nos investimentos ligados à terra é bastante variada, envolvendo a propriedade da terra, via de regra através do controle acionário de grupos nacionais, para utilização produtiva, arrendamento, atividades de processamento, ou especulação em torno da valorização de certas regiões, cenário no qual se integram grileiros e grupos especializados na "preparação" de terras para a venda, que podem incluir a atuação de jagunços armados para a "limpeza". Isso ocorre, no entanto, em um contexto bastante distinto da África, por exemplo, pela elevada densidade de capitais domésticos em empreendimentos agrícolas e indústrias rurais no Brasil, o que faz com que a presença estrangeira seja menos significativa no montante total de investimentos.

Fernandes (2011) associa a tendência inerente à expansão capitalista ao que chama de territorialização do capital ou da agricultura capitalista. Através de sua reprodução em escala sempre ampliada, o capital tem suas fronteiras expandidas, utilizando as estratégias disponíveis para a superação de fronteiras, destruindo ou inserindo de maneira subordinada as demais relações sociais. No campo, a resistência à subalternidade de camponeses esteve historicamente presente desde o período de origem do capitalismo, suas condições de vida tem sido alvo da destruição criativa característica do desenvolvimento capitalista, destruídas e recriadas pelo capital, e recriadas através das ocupações de terra, para, não raro, se inserirem de maneira subordinada. As lutas camponesas contra a subalternidade manifestam oposição direta à territorialização do agronegócio, contra a renda capitalizada que carrega consigo a ameaça do

empobrecimento e da expropriação. Não bastassem as dificuldades para manter e adquirir o acesso a terras, os camponeses estão sujeitos à conjuntura de uma agricultura capitalista particularmente expansionista, além do mais, através da produção mecanizada, com pouca demanda por trabalhadores (FERNANDES, 2011).

A questão agrária, não obstante possa ser enquadrada em termos gerais à tendência de expansão capitalista, envolve um conjunto dinâmico de relações, em constante transformação, que dá vazão a configurações particulares e heterogêneas. A consolidação do agronegócio insumo dependente e da transgenia foram elementos determinantes para a dinâmica agrária brasileira e, no início do século, a estrangeirização da terra estaria adquirindo importância crescente. Para Fernandes (2011), a territorialização do capital não é um fenômeno novo, não obstante, os processos recentes, que vem sendo denominados de *land grabbing*, indicam a intensificação da territorialização da agricultura capitalista, em uma conjuntura de transição para uma matriz energética com maior participação da agroenergia. Participam desses processos um grupo de países arrendatários ou compradores de terra, por vezes sujeitos à presença estrangeira em seus próprios territórios (como a presença brasileira na América Latina), utilizando territórios externos para a produção de alimentos e energia, em processos que aprofundam as formas mutáveis e dinâmicas da dependência e da relação centro-periferia, impulsionados pela necessidade estratégica de incorporação de insumos baratos no centro, e a atuação de empresas, governos e instituições internacionais na abertura de oportunidades de investimento. A substituição de combustíveis derivados do petróleo por agrocombustíveis tem produzido impactos sobre territórios rurais, com a expansão das áreas produzidas globalmente, sob apoio de políticas governamentais, do agronegócio e de parte do campesinato, promovendo reordenamentos no uso de territórios rurais que ocasionam disputas entre setores ligados ao agronegócio e o campesinato - no Brasil, a produção de agrocombustíveis diz respeito, sobretudo, à cana-de-açúcar, uma cultura historicamente importante, sujeita a políticas de incentivo governamental, que tem se tornado crescentemente atrativa no cenário recente (FERNANDES, 2011).

Dentre os fatores que estariam determinando no Brasil o aumento no volume de investimentos estrangeiros diretos no agronegócio, Alvim e Moraes (2013) citam a abundância de recursos naturais, incluindo a terra, bem como reservas florestais, recursos minerais e hídricos, acessíveis a baixo custo, a liberalização comercial e financeira, o crescimento da demanda interna e internacional por produtos agrícolas, a disponibilidade de tecnologia e infraestrutura, e a conjuntura favorável para a exportação de produtos primários, que tem caracterizado a inserção brasileira nas cadeias mundiais de valor. Segundo dados do Banco

Central, os investimentos estrangeiros diretos (ligados ao agronegócio) estariam crescendo em setores ligados à produção de biocombustíveis, bem como à produção de cereais e à pecuária. Tais investimentos, no entanto, não estão restritos à terra e à produção agrícola, muito pelo contrário, direcionam-se ao processamento e às atividades de comercialização, onde tem havido a maior parte do crescimento da participação de corporações transnacionais, além de fundos de investimento que combinam capitais nacionais e internacionais, particularmente atuantes no contexto da produção de biocombustíveis.

O texto de Fernandes (2011) propõe-se a discutir a conjuntura atual da questão agrária no Brasil através da estrangeirização de terras, designação problemática à discussão do *land grabbing*, que parece reproduzir elementos da denúncia original que tinha como centro a África. Embasa sua argumentação em alguns exemplos significativos, como o arrendamento de terras no Madagascar para uma corporação da Coreia do Sul, assumindo que se trataria de uma tendência global a que está sujeito o Brasil, mesmo diante do grande crescimento do agronegócio nacional. Enquanto Fernandes (2011) fala em uma estrangeirização de terras, Oliveira (2010) sustenta que ocorre um processo de mundialização monopolista da produção agropecuária do mundo, não realizada primordialmente através da aquisição transnacional de propriedade das terras agricultáveis do mundo, mas através do controle monopolista da produção agrícola. Enquanto a aquisição de terras por estrangeiros seria territorialmente insignificante, o controle estrangeiro direto sobre a circulação da produção agrícola, e indireto sobre a produção, seriam questões relevantes a serem abordadas, à luz de um imperialismo que não mais diria respeito à dominação territorial, mas ao controle sobre os recursos sociais (OLIVEIRA, 2010).

A abordagem de Oliveira (2010) é particularmente crítica a respeito da estrangeirização de terras no período recente, buscando analisar seu impacto real e contextualizá-la na história agrária brasileira. Configurações políticas e econômicas locais, padrões produtivos previamente existentes, particularidades institucionais e jurídicas, tudo isso faz com que as dinâmicas de transformação agrária, mesmo diante do mesmo contexto global capitalista, sejam bastante heterogêneas. No Brasil, segundo Oliveira (2010), a atenção demasiada à aquisição de terras por estrangeiros possui feições de uma farsa, impulsionada pela mídia e governos associados à bancada de interesses ruralistas, em um contexto de aceleração do desapossamento de terras, onde pouco aparece a importância da grilagem de terras por brasileiros, que vem sendo promovida por medidas de regularização de terras.

Oliveira (2010) chama atenção para a diferença entre a lógica da *territorialização do monopólio*, onde a maior parte das atividades é realizada em terras de propriedade corporativa,

desde a produção ao processamento e comercialização, presentes na silvicultura e no complexo agroindustrial sucroenergético, e a *monopolização do território* que caracteriza, por exemplo, o setor de grãos, onde os grandes monopólios comerciais não produzem os grãos em terras próprias, mas através de alianças transnacionais, onde os capitais podem ser proprietários de terras e/ou envolvidos no beneficiamento e comercialização da produção. Esse tipo de participação estrangeira, no entanto, não é recente, como podem sugerir as denúncias da estrangeirização de terras no Brasil, mas característica de seu capitalismo dependente, ponto no qual marca diferenças em relação à análise de Fernandes (2011). O capital nacional e internacional são participantes entrelaçados no desenvolvimento capitalista, cujas relações econômicas e políticas foram estreitadas pelo processo de mundialização do capital. No agronegócio brasileiro, mundializado, tais associações e fusões vem elevando empresas nacionais ao topo de seus respectivos setores no mercado mundial (OLIVEIRA, 2010).

O INCRA, órgão designado para a promoção da função social da terra e da reforma agrária, tem sido um dos principais difusores da narrativa da estrangeirização das terras brasileiras, divulgando uma série de estatísticas a respeito de aquisições imobiliárias estrangeiras, sobretudo rurais. O "novo escândalo" sobre a aquisição de terras por estrangeiros, divulgado tanto por agentes de órgãos de governo quanto pela mídia, oculta, para Oliveira (2010), o que está por trás de sua farsa, a grilagem de terras públicas e as políticas implementadas para sua legalização, por meio do que seria uma contrarreforma agrária a partir das MPs 422 e 458. A análise de Alvim (2009) mostra que, na primeira década dos anos 2000, 46,9 bilhões de dólares foram transferidos para o Brasil por multinacionais do ramo de alimentos, além de destacar o crescimento do capital investido na aquisição de terras, de 104 milhões de dólares em 2002, para 548 milhões em 2008. O percentual elevado de crescimento serviu para imputar alarme a respeito da aquisição de terras, dando elevado grau de significância para o fenômeno econômico, muito embora a maior parte dos investimentos, 93,9% mesmo no ano de 2008, ligado à "explosão" das negociações de terra, foram realizados fora do mercado de terras, onde repousaria o foco do aumento dos investimentos estrangeiros em ramos ligados à produção agrícola no Brasil (OLIVEIRA, 2010).

A análise desses dados revela praticamente o inverso da tese defendida pelo ex-presidente do INCRA, pois, primeiro, o número absoluto dos imóveis registrados em nome de estrangeiros caiu de 43.403 em 1972, para 35.010 em 1978, e, para 23.937 em 1992. Depois, em 1998 há um pequeno aumento para 27.274; outro aumento para 33.219 em 2007; e um pouco mais em 2008, quando atingiu 34.591. Mas, em 2009 o número volta a cair para 34.371. Quanto à área ocupada, a evolução no mesmo período, revela um quadro parecido com aqueles referentes ao número de imóveis. Em 1972 a área ocupada pelos imóveis era de 7,161 milhões de hectares e caiu para

6,865 em 1978. Em 1992 a queda foi maior chegando a 2,615 milhões de hectares. Deste ano em diante o crescimento foi pequeno, porém, constante: em 1998 a área era de 3,033 milhões; 2007 igual a 3,833; em 2008 foi de 4,039, em 2009 atingiu 4,348 milhões e em 2010 chegou a 4,500 milhões de hectares. Logo, os dados de 2009, embora em processo de crescimento, mostram a insignificância territorial das terras em poder de estrangeiros no Brasil, face as disposições legais vigentes, ou seja, ocupam apenas 0,53% do território brasileiro. (OLIVEIRA, 2010, p. 48-49)

Segundo Oliveira (2010), as Medidas Provisórias 422 e 458, voltadas para a regularização fundiária, tinham como pressuposto político e jurídico a ideia de que somente a partir de novos dispositivos legais poderia ser realizada a regularização fundiária na Amazônia Legal. No entanto, o país já possuía instrumentos legais que permitiam a regularização da posse segundo os princípios constitucionais. Tais medidas serviram como uma espécie de contrarreforma agrária, facilitando a regularização e licitação de terras sujeitas à grilagem, além do mais, muitas das quais localizadas na cada vez mais estreita fronteira agrícola. A apropriação privada ilegal de terras públicas federais na Amazônia Legal, na MP 458, aparece como irregularidade passível de regularização, além disso, igualou em direitos o grileiro e o posseiro, que já tinha direito à legitimação da posse na constituição: a MP criou a figura jurídica da ocupação indireta, que estendeu prerrogativas de regularização de posse para grileiros, contrárias ao ordenamento jurídico existente, e fundamentalmente distintas da posse e uso direto da terra por seus ocupantes. (OLIVEIRA, 2010).

A expansão das lavouras e da produção agrícola industrial no Brasil, segundo Fernandes (2011), estão ligadas aos circuitos internacionais de produção agrícola, que tem observado crescimento de terras utilizadas para a produção de biocombustíveis, cuja área, segundo o Banco Mundial (2010), dobrou mundialmente entre 2004 e 2008. O Brasil, como o resto da América Latina, por ter terras abundantes com elevado potencial produtivo, torna-se alvo de deslocamentos na produção, que envolvem investidores estrangeiros, mas, sobretudo, como indicam os dados, capitais nacionais, que tem expandido a área utilizada no agronegócio de grande escala. Além disso, não se pode negligenciar o importante papel regional desempenhado pelo capital brasileiro, responsável pelo maior volume de aquisição transnacional de controle sobre a terra na América do Sul. A participação do capital internacional, direta ou indireta, toma parte na expansão recente da produção, reforçando a concentração e articulando alianças com os grandes produtores nacionais. No entanto, torna-se difícil medir a participação nacional de capitais investidos em grandes grupos de produção agropecuária brasileiros, que tem presença crescente de financiamentos estrangeiros, sobretudo através do controle acionário. Além do mais, não há indícios de que a presença de investidores internacionais tenha produzido novas tendências nas relações sociais e na produção rural, pelo

contrário, vem reforçando os padrões anteriormente existentes, integrando investimentos em setores lucrativos (OLIVEIRA, 2010).

A denominação do *global land grab*, que poderia traduzir-se, na linguagem dos estudos agrários brasileiros, à grilagem global de terras, tem sua origem na resposta de ativistas à crescente demanda internacional por terras e a consequente estrangeirização, mais marcante nos países com baixa disponibilidade de capital. No contexto brasileiro, a ênfase na questão da estrangeirização de terras é bastante problemática, já que as propriedades fundiárias estrangeiras representam uma área bastante limitada, mesmo diante da proclamada aceleração das aquisições estrangeiras, que tem como base dados de crescimento dos investimentos estrangeiros diretos ligados ao agronegócio, dos quais apenas uma parte direciona-se à aquisição de terras. A aquisição estrangeira, ao que indicam os dados, tem impactos limitados sobre as trajetórias históricas de concentração da propriedade e as múltiplas disputas em torno da terra, no contexto de um desenvolvimento capitalista dependente, originalmente agrário, que, muito embora tenha passado por processo amplo de urbanização e desenvolvimento industrial, permanece tendo a produção agrícola como uma das principais atividades econômicas e o campo como um espaço central de seus antagonismos sociais.

5 CONCLUSÃO

A exposição de Marx (2011) a respeito da chamada acumulação primitiva é composta por uma gênese de elementos, utilizados em conjunto como ferramental que busca explicar a origem histórica do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, dessa forma, da internalização da produção de excedentes sob o domínio do capital, uma das características que marcam a reprodução social sob o modo de produção capitalista. Embora trate-se de uma análise descritiva da origem de uma primeira sociedade capitalista, aparecem na acumulação primitiva uma série de estratégias e mecanismos que, embora não sejam decorrência do modo de produção capitalista, permanecem presentes ao longo da história do capitalismo, no entanto, não mais como parte de um processo histórico originário, mas como técnicas socialmente predatórias da acumulação de capital que escapam ao âmbito da exploração no processo produtivo. Na análise descritiva da acumulação primitiva, dessa maneira, aparecem elementos que escapam às determinações do capital, uma vez que os processos desencadeados antes da internalização das condições de produção de excedentes sob o domínio do capital não podem ser considerados decorrências da acumulação de capital, mas seu ponto de partida. É pelo seu papel enquanto ferramenta que retira a teorização de Marx (2011) de um “ciclo vicioso”, que a chamada acumulação primitiva aborda elementos à primeira vista alheios à teorização geral da obra *O Capital* e, por tal motivo, tem sido alvo de continuadas discussões que buscam ampliar a compreensão sobre o capitalismo.

Buscando incorporar tais elementos que escapam às determinações gerais do capital e às leis de funcionamento do modo de produção capitalista, presentes na história de origem do capitalismo, autores como De Angelis (2001) e Perelman (2000) oferecem reinterpretções da acumulação primitiva, considerando sua continuidade sob a óptica da recriação das condições de separação entre trabalhadores e meios de produção e a incorporação de formas de trabalho direto à acumulação de capital. No entanto, se na acumulação primitiva tais mecanismos e estratégias, que envolvem expropriações e dispositivos legais voltados à subordinação dos trabalhadores, desempenham função originária, hoje os mesmos são movidos pelos imperativos da acumulação de capital. De toda forma, a presença marcante de dispositivos semelhantes no capitalismo contemporâneo demonstra a atualidade da análise de Marx (2011) da acumulação primitiva, muito embora seu uso enquanto categoria conceitual seja bastante controverso, já que não fornece interconexões diretamente aplicáveis ao capitalismo contemporâneo, pois mesmo a expansão geográfica das relações sociais capitalistas e novos processos de proletarianização são,

na atualidade, condicionados sobretudo pelos imperativos da acumulação capitalista em escala mundial.

Harvey (2009), com seu conceito de acumulação por espoliação, oferece a inserção de uma nova categoria geral a respeito de mecanismos e estratégias predatórias do capitalismo, enquanto formas de acumulação que se realizam primordialmente por meio da apropriação, onde ativos são incorporados à circulação enquanto capital, sem que haja uma expressa equivalência na transferência do controle dos mesmos, isto é, aquelas formas de acumulação que se realizam a partir da espoliação, cujo objetivo é absorver valores de uso, ativos com valor de troca e potencial para a produção de valor. Sua análise volta-se para o capitalismo contemporâneo, e sua face predatória e rentista, que se manifesta mediante a multiplicação de processos de espoliação. A base da teorização de Harvey é de que a acumulação por espoliação cumpre a função de dar usos lucrativos aos excedentes de capital produzidos através dos processos englobados pela reprodução expandida, que tem como base a exploração. Sua intensificação é interpretada como resultado da produção endêmica de excedentes, uma vez que, desde o esgotamento do ciclo de expansão do pós-guerra, não houve resolução dos problemas de lucratividade que ocasionaram a crise dos anos 1970, diante da restrição à destruição de capitais que poderia ter servido de mecanismo interno de correção.

As tendências predatórias que aparecem nas teorizações de Harvey (2009) bem como de Virgínia Fontes (2010), dentre outras contribuições relevantes para a economia política contemporânea, se expressam em diversos campos sociais, enquanto manifestação de uma lógica de acumulação crescentemente voltada à extração e à apropriação de riquezas. O alto volume de capital monetário circulando mundialmente através das instituições financeiras, ademais, compele à intensificação da exploração e ao aumento da produção de mais-valor, o que apenas alimenta o impulso às espoliações, em termos de abertura de novos campos para a acumulação de capital e ao aprofundamento da dependência dos trabalhadores. A acumulação por espoliação diz respeito a uma ampla gama de processos, que podem ser pensados como elementos que compõe o núcleo das práticas neoliberais, como a privatização de riquezas públicas e comuns, incluindo sistemas educacionais e de saúde e recursos naturais como a água, minérios e a terra, bem como à extração de renda através das dívidas públicas, além de formas de acumulação por meio da aquisição de ativos subvalorizados, que já constituem capital.

A terra, ao que indicam a denúncia e a literatura do *land grabbing*, vem se tornando um dos principais ativos sob disputa, sobretudo desde a crise de 2008 e a recessão que lhe seguiu e, ao que parece, persiste. O *global land grab* designa a aceleração global de processos de apropriação corporativa da terra no contexto da convergência entre a crise econômica, altas

nos preços alimentares e o desenvolvimento dos mercados verdes, na iminência de crises energéticas e ambientais, o que torna a terra um ativo bastante atrativo para investidores institucionais, por seu potencial de rentabilidade ou como forma de imobilizar valores e retirá-los de circulação evitando a desvalorização, sobretudo quando são disponibilizadas terras subvalorizadas. Nesse contexto, aceleram-se processos de privatização de terras comunais, bem como o desapossamento direto de camponeses, que remetem ao episódio britânico dos *enclosures*, um dos elementos centrais no processo histórico que origina o modo de produção capitalista, enfatizado na análise de Marx (2011) da acumulação primitiva.

O desapossamento de camponeses foi um dos elementos centrais do processo histórico que originou a primeira sociedade capitalista, a inglesa, por representar o meio primordial através do qual se efetiva a separação dos trabalhadores diretos dos meios de produção, um componente central da caracterização do capital enquanto relação social, que permite o estabelecimento dos dois polos opostos que aparecem nas relações de produção capitalistas. Não é por menos que há, ainda hoje, teorizações a respeito do desapossamento de camponeses que fazem referência à acumulação primitiva. No entanto, cabe ressaltar, os desapossamentos e expropriações contemporâneos que têm como objeto a terra não podem ser compreendidos apenas a partir do papel que desempenham no desenvolvimento originário das relações capitalistas, mas como parte da dinâmica contraditória do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, no contexto de um capitalismo mundializado sob a égide do capital financeiro, no qual jamais findaram as expropriações sociais e onde aprofundam-se as contradições ecológicas.

Na literatura do *land grabbing*, o uso das categorias da acumulação primitiva e da acumulação por espoliação tem sido problemático. Quanto à acumulação primitiva, o desapossamento de camponeses que origina a separação entre produtores diretos e meios de produção, embora seja enfatizado por Marx (2011), é apenas um dos elementos presentes na chamada origem do modo de produção capitalista, de modo que, enquanto categoria conceitual, refere-se a um período histórico específico, e não aos próprios processos de expropriação que aparecem exercendo a “função histórica” originária. Ademais, as forças motrizes que aparecem quando se trata da apropriação capitalista sobre a terra no contexto contemporâneo são inteiramente distintas, ligadas a mercados emergentes, a commodities em ampla valorização, à mercantilização progressiva da terra, à chamada financeirização, dentre outras tendências marcantes do capitalismo hodierno e de seu recrudescimento pós-crisis. Desse modo, a categoria conceitual da acumulação primitiva, em seu sentido e intenção percebida em Marx (2011) pelo presente autor, não se mostra adequada à aplicação no contexto do *land grabbing*,

muito embora permaneça extremamente atual, pela proximidade que possuem seus mecanismos característicos e os processos correntes de desapossamento e expropriação.

A acumulação por espoliação de Harvey (2009), por outro lado, oferece uma base explicativa geral, que permite compreender o *global land grab* enquanto parte da dinâmica da economia política do capitalismo contemporâneo. Muitas críticas são dirigidas à análise de Harvey (2009) pelo baixo poder explicativo que possui sobre as particularidades observadas nos processos de apropriação corporativa de terras, baseadas na ideia de que uma teorização geral oculta as particularidades históricas, quando na verdade, oferece ferramentas analíticas que podem ser utilizadas para dar sentido geral às particularidades. A teorização de Harvey (2009) não tem como objetivo explicar as particularidades dos processos de espoliação, mas compreender a relação geral desses processos com a reprodução expandida do capital, cujo fundamento é a exploração, determinando um contexto politizado através do qual ocorre a acumulação de capital. Ademais, o autor reconhece as particularidades entre diferentes objetos sujeitos à espoliação e entre processos distintos que têm em comum o ativo espoliado. A literatura do *land grabbing*, não obstante, demonstra uma intensificação global na espoliação de terras, trazendo elementos que suportam a análise geral de Harvey (2009), como a relação entre crises e problemas de acumulação e as expropriações, constituindo um exemplo recente e socialmente relevante que ilustra as tendências predatórias do capitalismo contemporâneo. Para analisar a questão da terra, especificamente, a análise da acumulação por espoliação é útil, embora seja insuficiente, por indicar apenas relações gerais com a acumulação de capital, de maneira que o auxílio das ferramentas analíticas da economia política agrária e análises particularizadas mantêm sua importância para delinear uma compreensão abrangente do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- AKRAM-LODHI, H. A. Contextualising land grabbing: contemporary land deals, the global subsistence crisis and the world food system. **Canadian Journal of Development Studies**, Ottawa, v. 33, n. 2, p.119-142, Jun. 2012.
- ALDEN WILY, L. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. **The Journal of Peasant Studies**, The Hague, v. 39, n. 3, p.751-775, 2012.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p.22-32, jan. 2010.
- ALVIM, A. M. **Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil**. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural”, Brasília: NEAD, 2009.
- ALVIM, A. M.; MORAES, S. L. Os investimentos estrangeiros diretos no agronegócio brasileiro: 2002 - 08. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p.105-120, 2013.
- ANIEVAS, A.; NIŞANCIOĞLU, K. **How the West came to Rule: the geopolitical origins of global capitalism**. London: Pluto, 2015.
- ARAGHI, F. Accumulation by Displacement: Global Enclosures, Food Crisis, and the Ecological Contradictions of Capitalism. **Review: Political Economic Perspectives on The World Food Crisis**, New York, v. 32, n. 1, p.113-146, 2009.
- BERNSTEIN, H. **Class Dynamics of Agrarian Change**. Halifax: Fernwood, 2010.
- BOLLIER, D. **Silent theft: the private plunder of our common wealth**. New York: Routledge, 2003.
- BORRAS JR, S. M.; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, New Jersey, v. 12, n. 1, p.34-59, jan. 2012.
- BORRAS JUNIOR, S. M. et al. Land Grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, Ottawa, v. 33, n. 4, p.402-416, 2012.
- CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 5, p. 1-30, dez. 1995.
- _____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, Brasília, v. 5, n. 1, p. 7-28, 2001. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. (Estado de Sítio).

DE ANGELIS, M. Marx and Primitive Accumulation: the continuous character of capital's 'enclosures'. **The Commoner**, n. 2, 2001.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **The real and financial components of profitability**: (USA 1948-2000). Paris: Jourdan, 2005. Disponível: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

_____. **A Crise do Neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAIRHEAD, J. et al. Green Grabbing: a new appropriation of nature?. **Journal Of Peasant Studies**, The Hague, v. 39, n. 2, p.237-261, abr. 2012.

FERNANDES, B. M. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CPT (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011. p. 76-81.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Hunger on the Rise Due to Soaring Food Prices**. 2008

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Microfísica do Poder**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GLASSMAN, J. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. **Progress in Human Geography**, Londres, v. 30, n. 5, p.608-625, 2006.

GRAIN. **Seized**: The 2008 landgrab for food and financial security. GRAIN, 2008.

HALL, D. Primitive Accumulation, Accumulation by Dispossession and the Global Land Grab. **Third World Quarterly**, Londres, v. 34, n. 9, p.1582-1604, 2013.

HARVEY, D. **Spaces of Global Capitalism**. Londres: Verso, 2006.

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **O Novo Imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LEVIEN, M. From Primitive Accumulation to Regimes of Dispossession: Six Theses on India's Land Question. **Economic & Political Weekly**, Mumbai, v. 50, n. 22, p. 146-157, May 2015.

LI, T. M. 2011. Forum on Global Land Grabbing: Centering Labor in the Land Grab Debate. **Journal of Peasant Studies**, The Hague, v. 38, n. 2, p. 281-298, 2011.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

MAKKI, F; GEISLER, C. Development by Dispossession: Land Grabbing as New Enclosures in Contemporary Ethiopia. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING, Sussex: University of Sussex, 2011. p. 1 - 22.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do Capital. Volume 1. 29. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do Capital. Volume 2. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III – O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **Journal of Peasant Studies**, The Hague, v. 39, n. 3-4, p.681-701, jul. 2012.

MERLET, M. **Les appropriations de terres à grande échelle**: analyse du phénomène et propositions d'orientations. Paris: Comité Foncier et Développement, 2010.

MOYO, S; YEROS, P; JHA, P. Imperialism and Primitive Accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. **Agrarian South**: Journal of Political Economy, London, v. 1, n. 2, p.181-2003, 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, v. 12, p.3-113, 2010.

PERELMAN, M. **The Invention of Capitalism**: classical political economy and the secret history of primitive accumulation. Durham: Duke University Press, 2000. 424 p.

PIKETTY, T. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POLANYI, K. **A grande transformação**: As origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p.503-524, set. 2012.

SHAIKH, Anwar. Explaining the Global Economic Crisis. **Historical Materialism**, Londres, n. 5, p.103-144, 1999.

SMITH, A. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**. New York: Oxford University Press, 1976.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

VAROUFAKIS, Y. **O Minotauro Global**: A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

WHITE, B. et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. **The Journal of Peasant Studies**, The Hague, v. 39, n. 3-4, p.619-647, jul. 2012.

WOLFORD, W. et al. Governing Global Land Deals: The Role of the State in the Rush for Land. **Development and Change**, v. 44, n. 2, p.189-210, 2013

WOOD, E. M. **As origens do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

WORLD BANK. **Agriculture for Development**. Washington, DC: World Bank, 2008.

WORLD BANK. **Rising Global Interest in Farmland**: Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits? Washington, DC: World Bank, 2010.

WORLD BANK. **Awakening Africa's Sleeping Giant**: Prospects for Commercial Agriculture in the Guinea Savannah Zone and Beyond. Washington, DC: World Bank, 2009.